

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO



São Paulo - 2004

SIMONE MARTINOLI MADEIRA CAMPOS

**O Estado brasileiro e  
o processo de produção do espaço no Acre**

Tese apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
de São Paulo para a obtenção do título de  
doutor.

Área de concentração: Estruturas  
Ambientais e Urbanas

Orientador: Prof. Dr. Csaba Deák

São Paulo  
2004

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA: 

E-MAIL: simone.martinoli@uol.com.br

Campos, Simone Martinoli Madeira  
C198e O Estado brasileiro e o processo de produção  
do espaço no Acre / Simone Martinoli Madeira  
Campos .--São Paulo, 2004.  
256 p : il.

Tese (Doutorado) - FAUUSP.  
Orientador: Csaba Deák

1.Produção do espaço urbano - Acre - Teses  
2.Ocupação territorial - Acre - Teses I.Título

CDU 711:330.191.3(811.2)

Ao Rodrigo, ao Victor e ao mais novo membro de nossa família, ainda no quarto mês de gestação.

À memória de meus pais.

## AGRADECIMENTOS

À Deus.

Aos amados Rodrigo e Victor, pela família que formamos e pelo amor, companheirismo, carinho e compreensão.

Ao professor Dr. Csaba Deák, pela orientação sem a qual não seria possível compreender o processo pesquisado.

Às minhas irmãs Andreísa e Gisele, pela amizade e solidariedade.

Aos amigos Marlúcia Neves, Tião Viana e Marihá Neves, pela amizade de sempre e por terem me apresentado o Acre.

A alguns queridos amigos acreanos, que me ensinaram sobre o Acre e contribuíram para a elaboração desta tese: em ordem alfabética para não ser injusta, Aníbal Diniz, Jorge Viana, José Fernandes Lima (o Dudé) e Mâncio Lima Cordeiro.

À Universidade de Viena – Áustria, onde comecei esta tese, e em especial ao professor Phd Andreas Novy.

Àqueles que encontrei no Acre, que me ajudaram a compreender um pouco desta realidade e torná-la parte de minha vida.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

## RESUMO

CAMPOS, S. M. M. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre.** 2004. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

A presente tese permite a constatação da fundamental presença do Estado brasileiro em todo o processo histórico de ocupação, incorporação, integração e consolidação do Estado do Acre. Através de suas políticas o Estado brasileiro conduziu o processo de conquista e ocupação territorial do Acre, desde a metade do século XIX até os dias de hoje. Os objetivos destas políticas eram: a ocupação territorial, o adensamento populacional e a integração do Acre ao espaço brasileiro. Tais objetivos estavam baseados nas concepções geopolíticas, que julgavam a localização estratégica do Acre numa faixa da fronteira amazônica brasileira, sua rarefeita ocupação territorial e a inexistência de vias de integração do Acre ao território brasileiro como elementos de vulnerabilidade à defesa do território e da soberania brasileira. Como resultado das políticas implantadas, no ano 2000 a população acreana estava majoritariamente (66,4%) concentrada nos municípios e o Acre estava integrado ao espaço nacional através de rodovias. Por outro lado, estas políticas consolidaram a própria instituição do Estado como o principal elemento da estrutura econômica acreana, responsável por 47,8% da composição do PIB acreano, no entanto dependente em 70% de seu orçamento dos repasses do governo brasileiro. A subvenção econômica do Estado do Acre, por parte do governo brasileiro, revela a concepção estratégica do Estado brasileiro a respeito do Acre. Mesmo nos anos em que o predomínio ideológico neoliberal promove o desmonte do Estado, no caso do Acre ele se mantém como elemento central de todos os processos. Constatamos então que em suas diferentes instâncias e formas o Estado brasileiro é o elemento fundamental na constituição do Estado do Acre.

Palavras-chave: Acre - produção do espaço. Acre – ocupação territorial.

## ABSTRACT

CAMPOS, S. M. M. **The Brazilian State and the process of space production in Acre.** 2003. 256 f. Thesis (Doctor's degree) – School of Architecture and City Planning, University of São Paulo, São Paulo, 2004.

This thesis confirms the vital role of the Brazilian State in the whole historical process of occupation, incorporation, integration and consolidation of the State of Acre. The policies of the Brazilian State have guided the land occupation process in Acre from the mid-nineteenth century until today. Such policies have been oriented to land occupation, populational concentration and integration of Acre into the Brazilian space. These goals were based in geopolitical conceptions of land strategy, according to which Acre's strategic location in a strip of the Brazilian Amazon border, its scarce land occupation and lack of integration to the Brazilian space would threaten the defense of the country's territory and sovereignty. Thanks to policy implementation, in 2000 the local population was largely concentrated (66.4%) in cities and Acre was integrated to the rest of the country through highways. On the other hand, these policies consolidated the State institution as the key element of Acre's economic structure, accounting for 47.8% of its GDP, although 70% of its budget consists of on-lendings from the Brazilian government. Economic sustainability in the State of Acre by the Brazilian government reveals the Brazilian State's strategic conception of Acre. Even when the neoliberal ideological predominance promotes the State's dismantlement, in Acre's case it remains the core of all processes. This has led us to conclude that, despite differences in jurisdiction and form, the Brazilian State is the key driver in the constitution of the State of Acre.

Key words: Acre – space production, Acre – land occupation.

## LISTA DE MAPAS

### ***3 – A INCORPORAÇÃO DO ACRE AO TERRITÓRIO BRASILEIRO – 1820 A 1930***

Mapa 3.1 – Habitat da <i>hevea brasiliensis</i> .....	44
Mapa 3.2 – Fortes fundados pelos bandeirantes .....	47
Mapa 3.3 – Principais rios da Amazônia brasileira.....	54
Mapa 3.4 - Esquema do Tratado de Ayacucho .....	62
Mapa 3.5 - Aplicação do Tratado de Ayacucho.....	62
Mapa 3.6 - A Cordilheira dos Andes .....	64
Mapa 3.7 – Limite das reivindicações peruanas no Acre.....	77
Mapa 3.8 – Solução das fronteiras acreanas – Tratado de Petrópolis e Tratado Brasil – Peru ....	79
Mapa 3.9 – Território Nacional do Acre – 1904.....	82
Mapa 3.10 – Projetos da Comissão de Obras (1906) e do Plano de Defesa da Borracha (1912)	85

### ***4 – A INTEGRAÇÃO DO ACRE AO ESPAÇO NACIONAL – 1930 A 1975***

Mapa 4.1 – Principais rodovias pavimentadas em 1955 .....	101
Mapa 4.2 – Principais rodovias pavimentadas – 1975.....	101
Mapa 4.3 – PIN – Programa de Integração Nacional.....	107
Mapa 4.4 – Rodovias projetadas no I Plano de Desenvolvimento da Amazônia.....	108
Mapa 4.5 – Rodovia Transacreana – BR-364 .....	116
Mapa 4.6 – Sentido das relações comerciais do Acre baseadas nos rios .....	124
Mapa 4.7 - Sentido das relações comerciais do Acre baseadas nas rodovias .....	125

## **5 – A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO ACRE – 1975 A 2004**

Mapa 5.1 Base do Projeto Calha Norte.....	136
Mapa 5.2 – Municípios criados em 1976 e principais rodovias acreanas .....	140
Mapa 5.3 – Municípios sedes dos projetos do INCRA até 1990 .....	150
Mapa 5.4 – População urbana acreana – 1980.....	159
Mapa 5.5 – População urbana acreana – 1991 .....	159
Mapa 5.6 – Reservas extrativistas Alto Juruá e Chico Mendes .....	181
Mapa 5.7 – Municípios criados em 1992.....	185

## **6 – O ACRE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI**

Mapa 6.1 – Municípios acreanos .....	209
Mapa 6.2 – Áreas desflorestadas no Acre – 1996.....	228
Mapa 6.3 – Terras indígenas no Acre .....	230
Mapa 6.4 – Unidades de conservação no Acre .....	230
Mapa 6.5 – Corredores Bioceânicos – área de abrangência do Acre.....	235

## LISTA DE TABELAS

### ***3 – A INCORPORAÇÃO DO ACRE AO TERRITÓRIO BRASILEIRO – 1820 A 1930***

Tabela 3.1 - Exportação de borracha da Amazônia (1825 - 1900) .....	50
Tabela 3.2 - Exportações de borracha da Amazônia (1900 - 1920).....	89
Tabela 3.3 - Produção, consumo e preços mundiais da borracha (1900-1919) .....	91

### ***4 – A INTEGRAÇÃO DO ACRE AO ESPAÇO NACIONAL – 1930 A 1975***

Tabela 4.1 – Exportação de borracha silvestre amazônica (1901-1947).....	111
Tabela 4.2 - Rodovias acreanas em 1955.....	122
Tabela 4.3 – Evolução do processo de urbanização no Acre (1920-1970).....	126
Tabela 4.4 – Crescimento da população acreana (1920-1970) .....	127

### ***5 – A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO ACRE – 1975 A 2004***

Tabela 5.1 – Rebanho, área de pastagem e densidade ocupacional do rebanho .....	147
Tabela 5.2 – Assentamentos do INCRA no Acre - 1977 a 1990 .....	149
Tabela 5.3 – Imóveis rurais e classificação das áreas do Acre – 1986 a 1991.....	152
Tabela 5.4 – População acreana e percentual de crescimento .....	156
Tabela 5.4.1 - População e percentual de crescimento – Brasil, região norte, Acre, Amazonas e Rondônia.....	156
Tabela 5.5 – Densidade demográfica no Acre .....	157
Tabela 5.6 – População urbana no Brasil, região norte e Acre .....	157
Tabela 5.7 – Taxa de crescimento da população urbana no Acre – 1960 a 1980 .....	158
Tabela 5.8 – IDH do Estado do Acre (1970, 1980 e 1991).....	160
Tabela 5.9 – Projetos de assentamentos agro-extrativistas implantados no Acre (1996-2001).	183

## **6 – O ACRE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI**

Tabela 6.1 – Percentual do pessoal ocupado no Acre, por setor (1996 a 2001) .....	195
Tabela 6.2 – Percentual do pessoal ocupado na administração pública no Brasil – 2002 .....	197
Tabela 6.3 – Rendimento mensal segundo ramo de atividade – 1997 .....	198
Tabela 6.4 – Percentual da participação das atividades econômicas na composição do PIB acreano (1985 a 1997).....	199
Tabela 6.5 – Composição da receita do Estado do Acre – 1997 e 1999 .....	200
Tabela 6.6 – Produção de borracha no Acre – 1986 a 2000 .....	202
Tabela 6.7 – Rebanho acreano – 1970 a 2002 .....	203
Tabela 6.8 – Área média dos municípios e densidade demográfica dos Estados amazônicos...	210
Tabela 6.9 – População urbana e densidade populacional dos municípios acreanos.....	213
Tabela 6.10 – Indicadores de infra-estrutura urbana – 2002.....	216
Tabela 6.11 – IDH dos municípios do Acre 1970 a 2000.....	217
Tabela 6.12 - Percentual de crescimento da população urbana no Acre – 1940 a 1990 .....	220
Tabela 6.13 – População urbana no Brasil, região norte e Acre – 1950 a 2000 .....	220
Tabela 6.14 – Densidade demográfica no Brasil, região norte e Acre.....	221
Tabela 6.15 – IDH do Estado do Acre – 1970 a 2000 .....	222
Tabela 6.16 – Principais indicadores sócio-ambientais e econômicos do Acre.....	222
Tabela 6.17 – Desmatamentos e produção de madeira no Acre – 1999 .....	227
Tabela 6.18 – Situação das terras do Estado do Acre – 1999 .....	229

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BASA – Banco da Amazônia

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CAEX – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri

CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

ESG – Escola Superior de Guerra

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

I PDA/ II PDA/ III PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia

I PND/ II PND/ III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

PA – Projeto de Assentamento

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista (ou Agroextrativista a partir de 1996)

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIN – Programa de Integração Nacional

PPA – Plano Plurianual

PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste

RESEX – Reserva Extrativista

SPVEA – Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 – ESTADO, TERRITÓRIO, FRONTEIRA E SOBERANIA.....</b>	<b>22</b>
2.1 – O conceito de Estado.....	24
2.2 – O processo de produção do espaço nacional .....	29
2.3 – Fronteira e soberania – as concepções geopolíticas .....	35
<b>3 – A INCORPORAÇÃO DO ACRE AO TERRITÓRIO BRASILEIRO – 1820 A 1930 .....</b>	<b>41</b>
3.1 – A ocupação territorial do Acre – 1850 a 1899 .....	43
3.1.1 - Ilha-Brasil – a constituição do território nacional .....	45
3.1.2 - A ascensão do consumo internacional de borracha.....	49
3.1.3 - A navegação a vapor e a ocupação territorial do Acre .....	52
3.2 - A constituição do Território Nacional do Acre.....	56
3.2.1 – A concepção republicana da integridade territorial .....	58
3.2.2 - A definição da posse territorial do Acre.....	60
3.2.3 – O Bolivian Syndicate.....	68
3.2.4 – O interesse internacional na Amazônia.....	71
3.2.5 – A solução das fronteiras do Acre.....	74
3.3 – A estruturação do Território Nacional do Acre .....	80
3.3.1 – As primeiras políticas para estruturação do Território do Acre .....	83
3.3.2 – A decadência da produção de borracha.....	88
<b>4 – A INTEGRAÇÃO DO ACRE AO ESPAÇO NACIONAL – 1930 A 1975 .....</b>	<b>93</b>
4.1 – A concepção brasileira da integração do espaço nacional.....	96
4.2 – A integração da Amazônia ao espaço nacional .....	102
4.3 – As políticas para a integração do Acre .....	108

4.3.1 - A batalha dos soldados da borracha .....	109
4.3.2 – O momento da integração do Acre – 1964 a 1975 .....	115
<b>4.4 – A estruturação territorial do Acre – 1930 a 1975 .....</b>	<b>120</b>
4.4.1 – A organização territorial do Acre .....	121
4.4.2 – O início do processo de urbanização do Acre .....	126
<b>5 – A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO ACRE – 1975 A 2004 .....</b>	<b>131</b>
5.1 – A produção do espaço nacional durante a crise da acumulação entravada.....	132
5.2 – O Acre durante a primeira década perdida .....	137
5.2.1 – As políticas implantadas no Acre durante a primeira década perdida .....	138
5.2.2 – As atividades produtivas e a introdução do trabalho assalariado no Acre .....	145
5.2.3 – O processo de urbanização no Acre na primeira década perdida .....	155
5.2.4 – A organização dos seringueiros.....	162
5.3 – A ascensão do ‘desenvolvimento sustentável’ na segunda década perdida .....	169
5.3.1 – A idéia do ‘desenvolvimento sustentável’ .....	170
5.3.2 – A diretriz política brasileira na segunda década perdida .....	177
5.3.3 – As primeiras políticas para o ‘desenvolvimento sustentável’ no Acre .....	180
5.3.4 – A consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável do Acre – 1999 a 2004.....	187
<b>6 – O ACRE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI.....</b>	<b>193</b>
6.1 – A importância da instituição do Estado no Acre .....	195
6.2 – As tradicionais atividades econômicas do Acre .....	201
6.3 - Os 22 municípios acreanos.....	207
6.4 – O processo de urbanização no Acre .....	218
6.5 – Os projetos para o ‘desenvolvimento sustentável’ .....	224
6.6 – A estruturação do Estado do Acre.....	232

<b>7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>242</b>
<b>8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>248</b>



---

## ***1 - INTRODUÇÃO***

Recém concluída a graduação de Arquitetura e Urbanismo em São Paulo e chegando de uma temporada de seis meses em Paris, desembarquei em Rio Branco, no Acre, em janeiro de 1993. A mudança foi motivada pelo convite para trabalhar como arquiteta na Prefeitura de Rio Branco, com o recém eleito prefeito Jorge Viana, hoje governador do Estado.

A nova experiência, vivida por quatro anos, além de rica e muitas vezes surpreendente, despertou curiosidades e questionamentos sobre aquela realidade tão peculiar. A atividade profissional na coordenação de projetos de urbanização de favelas e em diversos projetos da Prefeitura de Rio Branco, além da oportunidade de conhecer o interior do Acre e de participar da elaboração de programas de governo de candidatos a prefeito e governador, construíram, ano a ano, o maior de todos os questionamentos a respeito do Acre.

A questão que me perseguia estava relacionada ao papel do Estado na conformação daquela realidade. Instigava-me o fato da instituição do Estado ser o principal elemento da economia acreana – em 2002 ela era responsável por cerca de 48% dos empregos do Estado, enquanto a média brasileira era de 19,46% – e o elemento central do processo histórico de ocupação, incorporação e integração territorial do Acre. Era imperativo compreender como e porque a instituição do Estado se transformara no sustentáculo do Estado do Acre.

---

Para tal, era necessário desenvolver uma pesquisa que permitisse interpretar a realidade experimentada a partir de um ponto de vista científico. Assim nasceu o desafio acadêmico de pesquisar sobre *O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre*, que teve início na Universidade de Viena, na Áustria, em 1997, e, com muito orgulho, é concluído na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O elemento que pautou toda a pesquisa foi a busca da compreensão do papel do Estado brasileiro no processo de ocupação, conquista, incorporação e integração territorial do Acre ao espaço nacional. Interpretar o referido processo implicou numa extensa pesquisa histórica, que muitas vezes nos conduziu a acontecimentos distantes – como, por exemplo, ao episódio da solução das fronteiras entre a Bolívia e o Peru; ou exigiu a leitura de versões envoltas em controvérsias, que em alguns casos não possuíam uma segunda versão para ser confrontada; ou obrigou a pesquisa não apenas das políticas implantadas, mas também da retórica que sustentava tais políticas.

Nesta busca perseguíamos os motivos e as concepções que inspiraram as políticas brasileiras, assim como as retóricas que as acompanharam durante todo o processo de produção do espaço acreano, e que justamente consolidaram a instituição do Estado como principal elemento do próprio Estado do Acre.

Para alcançar o objetivo perseguido lançamos mão das pesquisas sobre as teorias marxistas e weberianas sobre o Estado e a produção do espaço. Estas apontaram no sentido de que as políticas implantadas para produção do espaço são frutos do processo de expansão da forma mercadoria, que tem na homogeneização do espaço nacional o

---

elemento essencial da sua expansão – isso no modelo em que o modo de produção é predominantemente extensivo, como no caso brasileiro.

Por outro lado, a pesquisa histórica sobre o processo de ocupação, incorporação e integração do Acre apontava para a importância das concepções geopolíticas nas políticas implantadas na região. Assim tiveram início as pesquisas no âmbito da geopolítica, especialmente sobre os temas relacionados ao Estado, território, fronteira e soberania, que apontaram a importância das estratégias de ocupação territorial na defesa do território e da soberania nacionais.

A partir da pesquisa histórica identificamos três momentos específicos no processo de produção do espaço no Acre, que inclusive pautaram a organização dos capítulos desta tese. O primeiro destes momentos, iniciado em meados do século XIX e concluído na década de 1930, foi aquele de incorporação do Acre ao território brasileiro.

Neste momento houve o movimento de ocupação e conquista territorial, promovido pelo incentivo ao aumento da produção de borracha na Amazônia, que tinha no Acre uma área rica em espécies produtoras desta matéria-prima. O resultado deste processo foi a incorporação do Acre ao território brasileiro nos primeiros anos da década de 1900, depois de uma Revolução e a partir das negociações comandadas pelo Barão de Rio Branco.

O segundo momento do processo de produção do espaço no Acre foi aquele de sua integração ao espaço nacional. Este momento teve início em 1930 e se estendeu até meados da década de 70, e foi principalmente marcado por um intenso processo de

---

implantação de políticas para a produção do espaço, que promoveram a integração territorial do Acre ao espaço nacional e uma profunda reestruturação de suas características econômicas e de sua organização territorial.

Estas políticas foram inspiradas pelas estratégias geopolíticas, que identificavam algumas das principais características acreanas - localização numa faixa da fronteira amazônica brasileira, baixa densidade demográfica e dispersão da ocupação territorial – como pontos vulneráveis para a defesa do território e da soberania brasileira. Para neutralizar estas características, segundo o ponto de vista das estratégias geopolíticas, era necessário ocupar, adensar, urbanizar e, finalmente, integrar este território ao espaço nacional.

Por fim, o terceiro e último momento do processo de produção do espaço no Acre é aquele que tem início em meados da década 70 e se estende até o presente ano. Este momento foi caracterizado pela consolidação das políticas de integração implantadas no período anterior, cujos resultados alteraram profundamente as tradicionais características acreanas, e pela ascensão da ideologia ambientalista, especialmente da idéia do ‘desenvolvimento sustentável’.

Ao final deste período o Acre era um Estado de população majoritariamente urbana, 66,4%; integrado ao espaço nacional através de rodovias que alteraram a forma de sua ocupação territorial, da margem dos rios para o eixo das rodovias; e onde a antiga atividade extrativista tinha importância econômica insignificante. Este período foi marcado também pela substituição, no discurso hegemônico, da inspiração geopolítica

---

pelas concepções ambientalistas, em especial do desenvolvimento sustentável, que passaram a acompanhar a concepção das políticas implantadas no Acre.

A única característica acreana que sobreviveu às políticas implantadas por mais de um século, e na verdade fortaleceu-se através delas, foi a importância da instituição do Estado como principal elemento da estrutura econômica estadual e do processo de produção do espaço. A novidade com relação a este fato está no fortalecimento da estrutura da instituição estadual, que nos últimos seis anos passou a assumir a condução das políticas de produção do espaço no Acre, em substituição às políticas brasileiras dos períodos anteriores.

Enquanto no âmbito nacional a crise da acumulação entravada e o predomínio neoliberal orientavam a implantação de políticas recessivas e a diminuição da intervenção do Estado, o governo do Acre, ciente de sua dependência econômica dos recursos externos e diante do predomínio da idéia do desenvolvimento sustentável, incorporou o discurso e os projetos da ideologia dominante. A partir da incorporação de tal ideologia o governo estadual viabilizou os financiamentos necessários à promoção de uma estruturação de todos os elementos que compõem o Estado, inclusive de sua própria instituição, perpetuando assim a condição do Estado como elemento central dos processos desenrolados no Acre.

Chegamos então à compreensão da problemática que deu origem a esta tese. Interpretamos o processo de produção do espaço no Acre como resultado das políticas brasileiras implantadas desde meados do século XIX, cujos objetivos eram conquistar, ocupar, povoar, organizar sua ocupação e integrar este território ao espaço nacional

---

como forma de garantir as condições necessárias à defesa do território e da soberania brasileira.

Estamos propondo a interpretação de que o processo de produção do espaço no Acre faz parte do processo de apropriação do território nacional e só pode ser explicado em função do processo que o engendrou. Ele está relacionado às questões de segurança e soberania nacional, não apenas por se tratar de um Estado amazônico, mas também, e principalmente, por sua localização geográfica numa faixa da fronteira brasileira. A interpretação elaborada a partir deste ponto de partida evidencia não apenas o fundamental papel do Estado no processo de ocupação, incorporação e integração do Acre ao espaço nacional, ela revela também a concepção de espaço nacional do Estado brasileiro.



## *2 - Estado, território, fronteira e soberania*

---

## **2 – ESTADO, TERRITÓRIO, FRONTEIRA E SOBERANIA**

A constatação de que o Estado brasileiro era o elemento fundamental do processo de produção do espaço no Acre, além de sua própria incorporação ao território nacional, tornou prioridade a compreensão do papel do Estado. Por outro lado, as análises sobre o processo histórico de incorporação e integração do Acre apontavam a importância das estratégias político-territoriais no referido processo, o que exigiu o estudo das concepções geopolíticas.

A partir destes dois eixos conceituais realizamos as pesquisas teóricas necessárias à apreensão dos conceitos de Estado, espaço nacional, mercado unificado, território nacional, fronteira e soberania que sustentam a presente tese. Não nos detivemos no debate das teorias pesquisadas, tampouco era nosso objetivo a formulação de uma teoria sobre o Estado, tema que envolve posições ambíguas e antagônicas. Nossa meta era analisar as teorias clássicas e da geopolítica, e a partir delas estabelecer o arcabouço teórico que sustentará as análises de *‘O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre’*.

## 2.1 – O conceito de Estado

O Estado é um tema complexo, envolto em controvérsias e antagonismos, mesmo dentro de uma mesma escola teórica. Uma das principais tendências dentre as teorias clássicas sobre o Estado é a concentração do debate sobre a crítica à concepção marxista, que por sua vez também apresenta controvérsias e diferentes interpretações.

A controvérsia com relação à teoria marxista ocorre principalmente porque Marx e Engels não apresentaram uma análise definitiva sobre o tema, apesar de terem abordado diversas questões relacionadas a ele. Já a teoria concebida por Max Weber, embora este tenha se concentrado mais sobre o tema do Estado, também não é menos antagônica do que a marxista, e parte de sua controvérsia está justamente relacionada à crítica às concepções marxistas. Segundo POULANTZAS (1981) “[...] toda teoria política, desde Max Weber, ou é diálogo com o marxismo ou prende-se a ele”<sup>1</sup>.

A concepção marxista que centraliza o debate sobre o Estado é a concepção instrumentalista, concebida principalmente a partir das formulações de Engels. Nela o Estado é concebido como um instrumento de sustentação da reprodução social, organizado de forma a garantir que a classe dominante exerça seu poder sobre a sociedade em questão, garantindo assim a reprodução do *status quo*.

Esta concepção do Estado instrumentalista tem sua origem nas mais recentes elaborações de Marx e Engels, que conceberam o desenvolvimento do Estado a partir da

---

<sup>1</sup> POULANTZAS, Nico. 1981. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. p. 9 –10.

---

divisão da sociedade em classes, por efeito da divisão social do trabalho, o que por sua vez refletiria a base econômica da sociedade.

A partir de então Engels concebeu o Estado como instrumento de dominação, através do qual a classe dominante ajusta seus interesses comuns, sendo principalmente a forma de expressão da sociedade capitalista estruturada em classes. Sua formulação incorporou também a concepção de que é uma classe específica que controla o aparato do Estado e usa este controle para manter sua predominância política e econômica.

É o poder do Estado que confere poder político à classe que domina o processo de reprodução social. Este poder, assim como o aparato do Estado sobre o qual essa classe se organiza, serve à justificativa e manutenção de sua dominação, garantindo a realização de seus interesses. O aparato do Estado se torna então uma organização que, através de sua administração e leis, serve aos propósitos desta classe.

Mais do que isso, é através do aparato estatal que é legitimada a construção ideológica que sustentará a dominação de classe, qual seja, a idéia de que o Estado exerce um poder que não pertence a ninguém e que age de forma impessoal e anônima em defesa dos interesses gerais. Especialmente através das leis, legitimadas como justas e válidas para todos, o Estado paira como aquele necessário à moderação dos conflitos entre as classes, como o conciliador dos interesses gerais.

Ora, a classe que explora economicamente só poderá manter seus privilégios se dominar politicamente e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Esses instrumentos são dois: o Estado e a ideologia. Através do Estado, a classe dominante monta um aparelho de coerção e de repressão social que lhe permite exercer o poder sobre toda a

sociedade, fazendo-a submeter-se às regras políticas. [...] Através do Direito, o Estado aparece como legal, ou seja, como 'Estado de direito'. [...] isto é, como justo e bom. Assim, a ideologia substitui a realidade do Estado pela idéia do Estado – ou seja, a dominação de uma classe é substituída pela idéia de interesse geral encarnado pelo Estado.<sup>2</sup>

Em outras palavras, é através do Estado e de seu aparato que os interesses da classe dominante ganham aparência de interesses gerais. Mais precisamente, é através da ideologia sustentada pelo Estado que os interesses desta classe ganham a aparência de interesse coletivo. É especialmente através da ideologia que os interesses dominantes são escamoteados e qualquer forma de dominação é impedida de ser percebida como tal.

[...] o discurso ideológico se caracteriza, justamente, pelo ocultamento da divisão, da diferença e da contradição. Portanto através da ideologia é montado todo um imaginário e toda uma lógica de identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, escamotear a dominação, escamotear a presença do ponto de vista particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência de ser o ponto de vista universal.<sup>3</sup>

E é justamente no ponto em que a ideologia confere ao Estado a imagem daquele que atua como o conciliador dos interesses em defesa do bem comum, que o aparato estatal, na forma da burocracia técnica que o compõe, adquire papel relevante. Através do seu trabalho a burocracia torna-se instrumento no processo de consolidação da idéia de defesa do interesse comum e um importante elemento na reprodução do *status quo*, especialmente no ponto em que suas ações consolidam a ideologia da defesa do interesse coletivo, o que justamente encobre os interesses de manutenção do *status quo*.

---

2 CHAÚÍ, Marilena. 1980. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p.90.

3 Id., 1978. Crítica e ideologia. In: Cadernos CEAF, Rio de Janeiro, 1(1): 21-22, agosto de 1978. Apud. DECCA, Edgar Salvadori de. 1981. **1930 O silêncio dos vencidos – memória, história e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, 1997. p.46.

É nesse sentido que tem importância a concepção de Weber sobre burocracia, cuja existência é defendida por ele apenas sob a condição de instrumento técnico e não como um agente elaborador de política ou politicamente responsável.

Sua natureza específica [da burocracia], bem recebida pelo capitalismo, desenvolve-se mais perfeitamente na medida em que a burocracia é ‘desumanizada’, na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo, É essa a natureza específica da burocracia, louvada como sua virtude especial.<sup>4</sup>

Esta concepção sustenta a idéia e o discurso da burocracia como instrumento técnico, desvinculada de interesses particulares, justamente a serviço do interesse coletivo. É com base nesta idéia que a imagem do Estado é desvinculada dos interesses particulares, em especial da classe que o domina.

Assim, através da ideologia o Estado dominado pelos interesses de reprodução do *status quo*, ganha aparência de uma organização racional destinada à representação e defesa do bem comum. Desta forma a classe dominante se torna responsável pelas decisões e desígnios de uma maioria, que acredita que seus interesses estão representados pelo Estado e por seu aparato administrativo. CHAÚÍ (1980) afirma que “a ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo”<sup>5</sup>.

---

4 GERTH, H.H. e WRIGHT, C. Mills. 1946. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. p.251.

5 CHAÚÍ, M. 1980. op. cit., p.93.

No entanto, este processo não ocorre de maneira declarada, ele é escamoteado pelas diversas construções ideológicas que levam justamente ao acobertamento da realidade e, em especial, dos conflitos entre as classes. Aliás, como bem coloca CHAUI (1978), “o discurso ideológico se sustenta, justamente, porque ele não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. [... caso contrário] ele se auto-destrói como ideologia”<sup>6</sup>.

O Estado, pois não representa uma classe universal com interesses universais como faz parecer a ideologia dominante, ele simplesmente reproduz os antagonismos de classes dentro dele próprio, inclusive permitindo que prevaleça os interesses dominantes.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.<sup>7</sup>

---

6 Id., 1978. op.cit., p.47.

7 ENGELS, F. 1884. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro Editora, 2002. p.203-205.

## 2.2 – O processo de produção do espaço nacional

No esforço para fazer prevalecer seus interesses a classe dominante faz uso das ações do Estado, que tem diversas formas de criar as condições necessárias à manutenção da referida dominação, dentre elas estão as políticas de produção do espaço nacional. A produção do espaço é condição, *sine qua non*, para a produção capitalista, uma vez que é através dela que se dá a expansão da forma-mercadoria, o que sustenta o processo de expansão do modo de produção vigente.

A produção capitalista de mercadorias dentro dos limites de um mercado unificado impõe a redução da anterior dicotomia cidade/campo com a redução da constelação de espaços locais a um simples espaço em que as mercadorias, trabalho e capital fluem livremente e numa escala suficientemente grande para sustentar um processo autônomo de acumulação – tal qual realizado historicamente dentro dos limites da nação-Estado moderno. O mercado unificado requer que seu espaço seja suficientemente homogeneizado por uma infra-estrutura de transporte e comunicação de forma que, embora a diferenciação dentro do espaço persista, sua homogeneidade assegure que nenhum regime independente de acumulação autônoma (no qual haveria um mercado separado de fato) possa emergir.<sup>8</sup>

É justamente através da ação do Estado que o espaço<sup>9</sup> é organizado e homogeneizado, constituindo as condições requeridas pelo mercado para a generalização da forma-mercadoria. O papel do Estado neste processo é produzir o espaço econômico capitalista com vistas a atender os requisitos de performance da estrutura de produção vigente, constituindo assim a base sobre as quais se assentará o mercado unificado. É desta

---

8 DEÁK, Csaba. 1985. **Rent theory and the price of urban land**. King's College. Tese de Doutorado. Cambridge: University of Cambridge, 1985. p.102–103.

9 O espaço ao qual nos referimos neste trabalho é aquele território cuja apropriação por um modo de produção transformou-o num espaço econômico capitalista, onde a forma-mercadoria tende a generalizar-se.

forma que se dá a relação entre o Estado e o mercado no processo de produção do espaço<sup>10</sup>. Segundo DEÁK (1989), “a intervenção do Estado não torna a produção de mercadorias mais eficiente, senão que a torna possível, ao assegurar as próprias condições de sua existência”<sup>11</sup>.

O processo de produção do espaço é então condicionado pelo modo de produção capitalista e de acumulação predominante, estando diretamente relacionado à estrutura econômica da sociedade. Por esse motivo a produção do espaço com vistas à constituição do mercado unificado só ocorre na medida em que viabiliza o processo de produção/ reprodução dominante, onde a produção econômica tem primazia sobre a produção do espaço.

A produção do espaço está vinculada à produção. O processo de produção do espaço se dá, a princípio, na apropriação e transformação de um espaço natural (território), o qual naquele momento é premissa condicionante da produção. A partir desse instante o espaço passa a ser produzido e é recriado sucessivamente segundo as necessidades do processo de produção. E a cada novo momento é condicionante e é condicionado pela produção.<sup>12</sup>

No caso brasileiro, a produção do espaço nacional foi marcada pela característica do modo capitalista de produção, que tem na acumulação entravada sua forma de reprodução. Através da acumulação entravada o processo de produção do espaço foi

---

10 Esta relação Estado – mercado caracteriza a dialética da forma-mercadoria, onde os processos antagônicos do mercado e da intervenção do Estado organizam a produção capitalista.

11 DEÁK, Csaba. 1989. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: 1989, n°28, p.18 – 31. p.24.

12 SCHIFFER, Sueli T. R.. 1989. **As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista 1955 – 1980**. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1989. p.11.

condicionado às ações de indução e refreamento do livre desenvolvimento das forças produtivas, caracterizando um desenvolvimento do tipo anda-pára, ou seja, entravado.

A acumulação entravada ao frear o processo de acumulação interna estará, conseqüentemente, restringindo a expansão do mercado nacional e a homogeneização do espaço se dará em ritmo controlado. O crescimento do mercado interno deverá ser de ordem apenas suficiente para viabilizar o processo de acumulação com primazia da expatriação do excedente, assegurando deste modo a hegemonia da elite nacional.<sup>13</sup>

É esta característica do modo de produção/ reprodução vigente que conformou o processo de produção do espaço brasileiro, e principalmente sua homogeneização/diferenciação. A partir dessa relação a homogeneização do espaço nacional não se deu de forma desimpedida, e sim, apenas, na medida em que esta viabilize o processo de acumulação dominante. Ao balizarem o processo de produção do espaço os interesses dominantes criaram movimentos de avanço e retrocesso que ficam revelados na forma de um movimento entravado de homogeneização do espaço, constituindo assim a dialética homogeneização/diferenciação do espaço.

[...] diferenciação e homogeneização vão de par – uma particular localização se diferencia de qualquer outra somente por ambas pertencerem ao mesmo espaço, que é suficientemente homogêneo para incluir uma e outra – duas localizações não pertencentes ao mesmo espaço não são diferentes: elas não se comparam.<sup>14</sup>

---

13 Ibid., p. 24-25.

14 DEÁK, Csaba. 1985. **Rent theory and the price of urban land**. King's College. Tese de Doutorado. Cambridge: University of Cambridge, 1985. p.102-103.

Soma-se a este processo a característica extensiva do modo de produção dominante no Brasil, que está baseada essencialmente na expansão territorial e na incorporação de novas frentes da força de trabalho, na medida da demanda da produção e do mercado.

No estágio de acumulação extensiva, a expansão da forma-mercadoria procede relativamente desimpedida, predominantemente mediante a extensão da produção de mercadorias às custas de formas não capitalistas de produção.<sup>15</sup>

São estas, entre outras especificidades do processo de apropriação territorial e produção do espaço, que conferem homogeneidade/diferenciação ao espaço produzido. E é a diferenciação resultante desse processo que dá origem às subdivisões do espaço nacional em regiões.

Apesar das inúmeras variações que envolvem a definição do conceito de região, o que é aqui adotado percebe estas diferenciações como parte do processo de produção do espaço nacional, que só são percebidas como tal, justamente por serem parte de um mesmo espaço econômico, fruto do processo de acumulação e de homogeneização do espaço nacional<sup>16</sup>.

---

15 Id. 1990. Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999. p.31.

Em contraponto, no estágio de acumulação intensivo, “em que a expansão da produção fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade do trabalho, o antagonismo entre mercado e Estado atinge novo patamar, porque a intervenção do Estado (planejamento, produção do espaço etc.) – que nega a forma-mercadoria, ainda que seja necessária para sua preservação – se intensifica e a reassertão da primazia da forma-mercadoria – a negação da negação – torna-se cada vez mais problemática.” DEÁK, (1990), loc. cit.

16 As regiões podem ser concebidas a partir de diferentes pontos de vista, dentre eles o econômico, o social, o político, o cultural, o histórico, o geográfico, sendo este último o mais tradicional. Vale salientar que o conceito de região relacionado ao processo econômico de produção do espaço nacional pode não coincidir com as definições de região baseadas na geografia física, uma vez que o primeiro é marcado por um movimento dinâmico baseado no modo de produção capitalista vigente.

[...] privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem ‘regiões’ em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’[...]. Tal tendência quase nunca chega a materializar-se de forma completa e acabada, pelo próprio fato de que o processo de reprodução do capital é por definição desigual e combinado [...]<sup>17</sup>

No entanto a identificação desta diferenciação do espaço regional é por vezes conduzida de forma a consolidá-la, dando origem aos regionalismos. O antagonismo entre a concepção das regiões como resultado do processo histórico de produção do espaço nacional e a diferenciação que identifica o padrão regional em relação ao espaço nacional, conduz à consolidação das diferenças e à institucionalização das regiões justamente por suas diferenças, estabelecendo a fragmentação do espaço nacional a partir da diferenciação promovida pelo processo de produção do espaço.

A percepção das diferenças historicamente tem conduzido a um empenho de regionalização das ações. E, a pretexto de superar diferenças, perpetuá-las; ao invés de empreender políticas de unificação do espaço, mantê-lo fragmentado pela aplicação de intervenções estanques - ‘regionais’. O que não deixa de ser, à sua maneira, uma política nacional.<sup>18</sup>

---

17 OLIVEIRA, Francisco. 1977. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987. 5ª edição. P.27.

18 MORI, Klára Kaiser. 1996. **Brasil: urbanização e fronteiras**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 152.

---

Esta fragmentação do espaço nacional baseada principalmente na regionalização das políticas, perpetua a diferenciação dentro deste espaço, mas também reproduz os interesses do modo de produção dominante, que justamente dita o ritmo do processo de homogeneização/ diferenciação do espaço nacional.

O que devemos reter deste debate é que as diferenciações do espaço nacional foram constituídas a partir do processo de produção do espaço, que por sua vez constituiu a homogeneização/ diferenciação deste espaço como materialização territorial dos interesses do processo de produção capitalista.

Assim, qualquer debate relacionado à diferenciação do espaço dentro do espaço nacional deve partir do princípio de que tal diferenciação faz parte do movimento de constituição do mercado nacional. Destacando-se, que tal movimento está diretamente relacionado ao modo de produção capitalista vigente, no caso brasileiro, ao modo extensivo de produção, dentro do modelo da acumulação entravada. A diferenciação dentro do espaço nacional é então produto do processo de produção do espaço, elemento essencial para o desenvolvimento da produção capitalista, sem a qual este não se realiza.

Por outro lado, ao produzir o espaço nacional, constituindo o mercado nacional unificado onde ocorre a generalização da forma-mercadoria, o Estado não constitui apenas o referido mercado, mas se constitui propriamente como Estado capitalista.

As fronteiras e o território nacional não são anteriores à unificação disso que lhes enquadram: não existe previamente alguma coisa que esteja dentro e que é preciso unificar depois. O Estado capitalista não se limita a aperfeiçoar a unidade nacional, ele se constitui quando fundamenta essa unidade [...]. O Estado estabelece as fronteiras desse espaço serial no próprio

movimento que unifica e homogeneíza o que essas fronteiras delimitam. [...] Esse Estado não acontece para unificar um mercado ‘interno’ prévio, mas instaura um mercado nacional unificado ao estabelecer as fronteiras disso que torna-se um dentro em relação a um fora.<sup>19</sup>

### ***2.3 – Fronteira e soberania – as concepções geopolíticas***

O processo de produção do espaço nacional não está relacionado apenas à constituição de condições para o desenvolvimento da produção capitalista, em algumas situações ele também está relacionado à promoção das condições necessárias às estratégias de defesa político-territoriais de um país, como por exemplo, no caso das faixas de fronteira.

Neste processo, cada uma das localizações, cidades, fronteiras, sistemas de comunicações e transportes, estratégias militares, entre outros, têm função antes como elementos de defesa do território e da soberania. A organização destes elementos segundo o ponto de vista da estratégia de territorial é principalmente baseada sobre as concepções geopolíticas de defesa e soberania. Segundo estas concepções o Estado deve se fazer presente sobre seu território através da estruturação de seu espaço, da implantação de malhas e redes, da importância central ou periférica de suas cidades, do traçado de suas fronteiras e de seus espaços povoados.

A geopolítica adquiriu o caráter de geografia aplicada ao Estado a partir da década de 30 do século XX, com a elaboração do pensamento geográfico do Estado nazista, sob a

---

19 POULANTZAS, Nico. 1981. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. p.105.

coordenação de Karl Haushofer<sup>20</sup>. A partir de então passou a ser identificada como “um conjunto de técnicas e de um saber que instrumentalizam e pensam o espaço a partir da ótica do Estado”<sup>21</sup>, seguindo o princípio da posse, domínio, defesa e expansão territorial e também do poder, autoridade e responsabilidade do Estado.

Em sua ação estratégica de modelar seu território, o Estado deve intervir a partir do princípio de que sua organização territorial deve estar arranjada da melhor forma possível, permitindo seu controle e conseqüentemente o exercício de seu poder, garantindo sua coesão interna e consolidando sua soberania. Desta forma a estrutura geral do território e do sistema de circulação de um país deve revelar a estratégia nacional de construção de sua coesão interna, de defesa de sua integridade territorial e a natureza de sua projeção externa.

Controlando e organizando seu território, através da implantação de infra-estrutura e do estabelecimento de redes de comunicação, o Estado controla aquilo que deve ser distribuído ou integrado, organizando e defendendo assim sua integridade territorial. Integridade esta essencial ao ponto de vista da geopolítica, onde um dos princípios do exercício do poder do Estado é a garantia de sua indivisibilidade, uma vez que nesta ciência “Estado, nação e território constituem um todo indivisível”<sup>22</sup>. E é justamente o

---

20 A geopolítica credita sua fundação à Friederich Ratzel, fundador da geografia política. A geografia política é uma ciência voltada ao estudo das políticas territoriais dos Estados, onde é estreita a relação entre espaço e Estado. “[a geopolítica] se apropria de parte de seus postulados gerais [da geografia política], para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”. COSTA Wanderley M da. 1992. **Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. p.55.

21 BECKER, Bertha. 1988. A geografia e o resgate da geopolítica. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Ano 50, nº. especial, Tomo II. FIGBE, 1988. p.100.

22 COSTA, Wanderley M da. 1992. **Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. p.19.

princípio da indivisibilidade e os argumentos da integridade e segurança nacional que conferem ao tema da soberania sua posição central nas formulações geopolíticas.

Segundo BOBBIO (1976), numa sociedade organizada, todo poder inferior é subordinado a um poder superior, que por sua vez também é subordinado a outro poder superior, onde no ápice deve haver um poder que não tem sobre si nenhum outro, ou seja, no ápice há um poder supremo, soberano.

“[...] esse poder supremo, ‘summa potestas’, é o poder soberano. Onde há um poder soberano, há um Estado. [...] Por soberania se entende o poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. [...] A soberania ou é única ou não existe”<sup>23</sup>

Sob este ponto de vista, as estratégias e ações do Estado têm entre seus objetivos assegurar sua soberania, assegurando assim o poder supremo deste Estado. Estruturando seu território, desenvolvendo estruturas físico-territoriais e militares, acumulando poder econômico, tecnológico e político, as estratégias do Estado transformam o potencial nacional em poder efetivo do Estado.

O esforço de manutenção da soberania de um Estado é inspirado pela concepção geopolítica de expansão territorial. Este princípio se manifesta através do desejo de expansão, de alcançar o mar, de fazer coincidir uma fronteira com um marco geográfico, de preservar ou estabelecer acesso às rodovias e rotas terrestres, marítimas ou aéreas, de ter acesso a recursos naturais estratégicos, de expandir atividades econômicas e mercados, ‘seja por colonização, amalgamação ou conquista’, segundo o pioneiro da geopolítica, Rudolf Kjéllen.

---

23 BOBBIO, N. 1976. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. p. 95 – 101.

Chegamos então ao tema do expansionismo que marcou fortemente a geopolítica, e que é um dos principais contrapontos ao princípio de soberania de um Estado sobre seu território. É justamente o princípio expansionista que torna a fronteira um instrumento fundamental dentre os elementos de organização do espaço nacional.

Diante do princípio expansionista a fronteira se destaca na preservação da soberania de um Estado, por ser a linha que delimita a área de exercício das soberanias estatais e exprime a relação de poder de um Estado. A fronteira é o limite territorial de uma soberania, dotada por postos alfandegários e policiais. Ela consolida não apenas o domínio territorial interno de um determinado Estado, mas também a aceitação externa destes limites, o que, por sua vez, consolida a soberania estatal interna ao país e também as suas relações internacionais. Desta forma, a fronteira é elemento fundamental na preservação da soberania, da integridade territorial e do poder do Estado.

E não apenas aquela fronteira cujo caráter original era o limite rígido, separador e de disjunção. Também aquela fronteira que vem cedendo espaço para a noção de uma zona de integração, ‘unificante’, embora sem perder o sentido de limite territorial de uma soberania nacional.

Analisando as principais teorias sobre as fronteiras, COSTA (1992) destaca a importância das características de integração e articulação das fronteiras, inclusive no papel de evitar que as fronteiras interrompam a circulação cotidiana de bens e pessoas, “evitando-se assim *disfunções*, tais como contrabando e outros artifícios”<sup>24</sup>.

---

24 COSTA Wanderley. M da. 1992. **Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. p.36. Outro fator destacado pelo autor é o fato do conteúdo militar do princípio das fronteiras e soberania nacional ter perdido importância diante da “facilidade de ‘arrebentação’ dos limites pelas armas estratégicas”. COSTA (1992), loc. cit.

---

Assim, as fronteiras adquiriram também o caráter de espaço de integração entre as sedes nacionais, tornando-se abertas e porosas. Esta fronteira possibilita a intensificação das relações comerciais e muitas vezes “esta integração é chamada, sobretudo, para mascarar a necessidade de integrar territórios para promover uma maior fluidez para grandes empresas”<sup>25</sup>.

Essa característica de integração das fronteiras nos remete de volta ao processo de produção do espaço com o objetivo de estabelecer as condições necessárias à expansão do modo de produção capitalista. O espaço organizado a partir da estratégia geopolítica de defesa territorial, além de permitir a referida defesa, cria também as condições necessárias à expansão da produção capitalista.

A estrutura física implantada sob o ponto de vista geopolítico para a defesa do território e da soberania, faz uso dos mesmos elementos necessários à produção do espaço com vistas à expansão da forma-mercadoria. Assim, constituídos os elementos de defesa territorial, o espaço produzido possibilita também a expansão do mercado nacional, ainda que este não seja o objetivo promotor do processo de produção do espaço ocorrido.

Neste caso a expansão capitalista é condicionada a outras variáveis que não apenas o processo de produção do espaço processo em si. Por exemplo, ela é balizada pelo processo de expansão do trabalho assalariado, que no caso dos territórios estratégicos ocorreu muitas vezes baseado sobre a própria instituição do Estado.

---

25 SCHÄFFER, Neiva O. Globalização e fronteira. In: CASTELLO, I. R., et alii (orgs.). **Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995. p.89.

---

De uma forma ou de outra, o espaço produzido reflete tanto as estratégias de defesa territorial de um Estado, como o modo de reprodução de sua sociedade. O que não se altera nesses processos é o papel do Estado como elemento central do processo de produção do espaço nacional, seja para fins de defesa estratégica, seja para a expansão da produção capitalista.

As ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. [...]De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações.<sup>26</sup>

---

26 RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p.152.



### *3 - A incorporação do Acre ao território brasileiro - 1820 a 1930*

---

### ***3 – A INCORPORAÇÃO DO ACRE AO TERRITÓRIO BRASILEIRO – 1820 A 1930***

A formação do território do Acre foi resultado da ocupação territorial dos vales dos rios amazônicos a partir da busca por novas áreas produtoras de borracha, matéria-prima cujo consumo internacional ascendeu durante o século XIX. A partir de interesses econômicos, seguidos governos do Amazonas promoveram e orientaram a ocupação do Acre, principalmente a partir de meados de 1850. Os desdobramentos desta ocupação econômica foram as disputas territoriais com a Bolívia e o Peru, que levaram à intervenção do governo brasileiro e à incorporação do Acre ao território brasileiro.

A conquista e a posterior incorporação do Acre ao território brasileiro foram caracterizadas pelos movimentos provocados pelo consumo industrial da borracha e pela concepção imperial do território nacional. Esse processo, que compreendemos como parte do movimento de constituição do território nacional, teve na intervenção e nos investimentos do governo brasileiro e do Amazonas seus principais pilares, resultando na incorporação do Estado do Acre como parte integrante do território brasileiro.

### 3.1 – A ocupação territorial do Acre – 1850 a 1899

[...] o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão.<sup>1</sup>

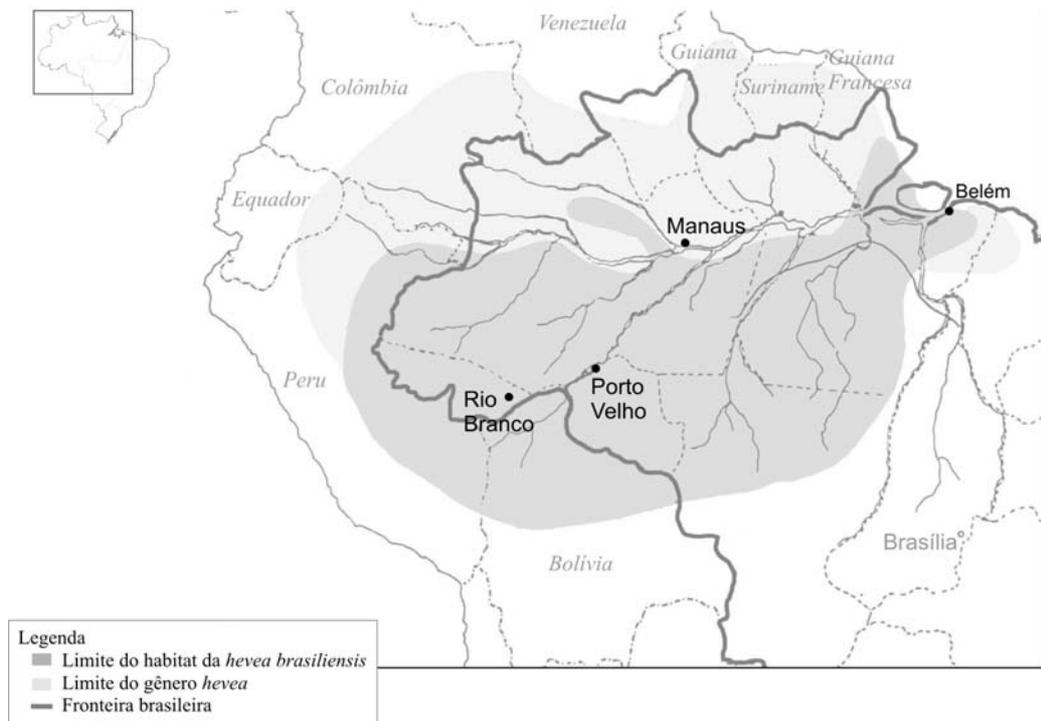
A ocupação da Amazônia pelo homem branco é frequentemente analisada em função dos ciclos econômicos ocorridos, principalmente com relação ao ciclo do cacau, em meados do século XVIII, e o ciclo da borracha, iniciado na década de 1820. Embora esteja diretamente relacionado à ascensão da atividade econômica, o processo de ocupação territorial da Amazônia está principalmente inscrito dentro do contexto de constituição do território nacional, especialmente a partir da Independência brasileira. Neste contexto, o papel da Amazônia era o da fronteira a ser alcançada e incorporada ao território brasileiro em constituição.

Com relação ao Acre, os primeiros registros de sua ocupação territorial datam de meados da década de 50, quando foram registradas as primeiras expedições e movimentos migratórios no vale do rio Purus e seus afluentes. O alcance destes vales estava diretamente relacionado à busca por novas áreas ricas em espécies de seringueiras<sup>2</sup> e à introdução da navegação a vapor, que diminuiu o tempo de percurso a partir das cidades de Belém e Manaus.

---

1 CUNHA, Euclides da. 1914. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.2.

2 Seringueira é a árvore que produz o látex da borracha, cujo nome científico é *hevea brasiliensis*.

Mapa 3.1 – Habitat da *hevea brasiliensis*

\* Fonte: DEAN, Warren. 1989. A luta pela borracha no Brasil. p.22.

No entanto o movimento de ocupação territorial do Acre só se consolidou a partir dos movimentos migratórios de mão-de-obra nordestina, que ao ser associado aos dois elementos referidos acima, constituiu as condições para a efetiva ocupação do vale do rio Purus, no atual Estado do Acre.

Foram amazonenses, paraenses, maranhenses e nordestinos, em sua maioria cearenses, repetindo feitos dos bandeirantes coloniais, os descobridores do que é hoje o Território do Acre.<sup>3</sup>

A ocupação territorial do Acre está então diretamente relacionada à ascensão do consumo de borracha e ao conjunto de elementos que possibilitaram o aumento da

3 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I, p.23.

produção de borracha. Estes elementos são principalmente a introdução da navegação a vapor e os movimentos migratórios, que somados, possibilitaram a expansão territorial que alcançou o Acre e, conseqüentemente, o aumento da produção de borracha na Amazônia.

### *3.1.1 – Ilha-Brasil – a constituição do território nacional*

O primeiro movimento no sentido da constituição do território brasileiro como uma unidade integrada ocorreu durante o período do Império, quando a ideologia territorial dominante baseava-se no mito da Ilha-Brasil<sup>4</sup>. Tal ideologia projetava a nação brasileira sobre um todo geográfico, quase insulado, que emanava da natureza e havia sido herdado dos portugueses. Os limites projetados pela Ilha-Brasil eram as bacias dos rios Prata e Amazonas e seu desafio maior era a consolidação da nação brasileira sobre o território herdado através da sua integração, estruturação e civilização.

O mito da Ilha-Brasil reflete o sentido de destino nacional construído a partir da Independência. Ele ancora o Estado brasileiro nos desígnios da natureza, sacraliza o território, delimita os seus contornos e define uma base de princípios para a política externa no âmbito sul-americano.<sup>5</sup>

---

4 O mito da Ilha-Brasil foi construído no momento da Independência brasileira, a partir dos interesses de manutenção do modo de produção da elite colonial - baseado no latifúndio, no trabalho escravo e na exportação de produtos tropicais.

5 MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.108.

A incorporação da Amazônia à concepção de território brasileiro ocorreu justamente a partir da idéia da Ilha-Brasil, no entanto, embora tal idéia a incorporasse, seu território, assim como suas fronteiras, estava longe de ter seus limites definidos ou ocupados no momento da Independência.

Durante o Brasil colônia as bandeiras haviam expandido o território brasileiro, “balizando o contorno da nossa atual fronteira”<sup>6</sup> através da criação de fortes na Amazônia<sup>7</sup>, no entanto, este fora o único movimento efetivo em direção ao território amazônico, que no momento da Independência possuía imensas áreas indefinidas e sujeitas à conquista, ocupação e disputas, tanto na porção norte quanto na porção noroeste do vale amazônico<sup>8</sup>.

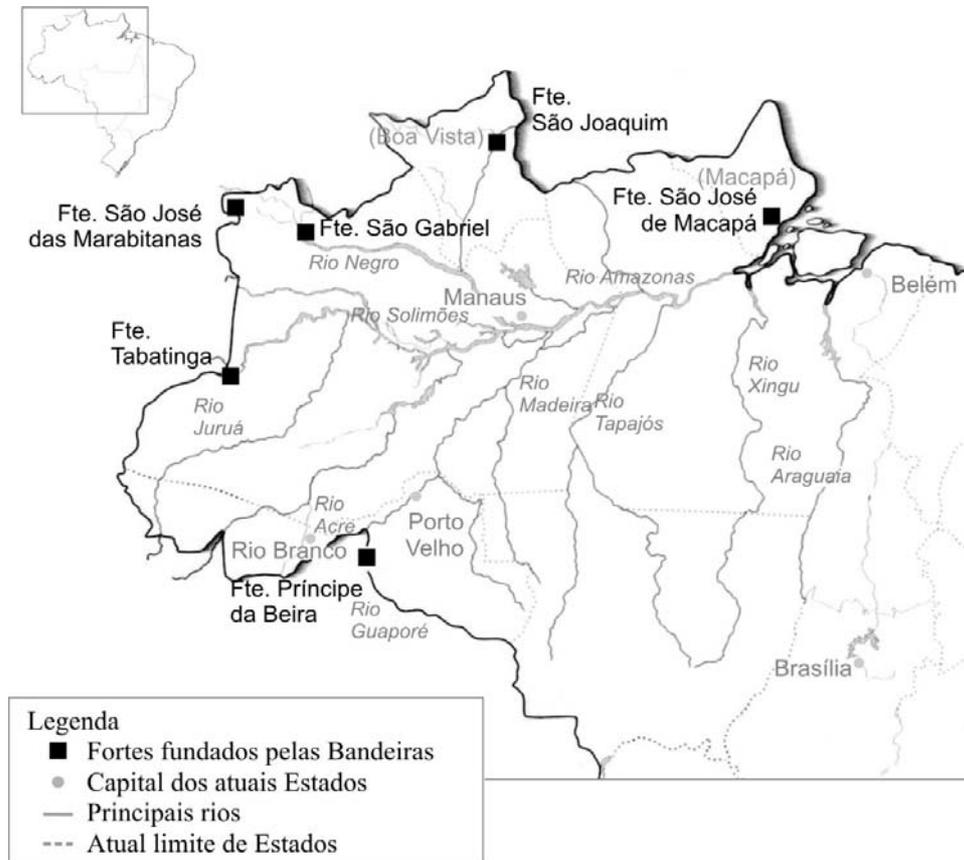
---

6 MATTOS, Carlos de Meira. 1975. **Brasil - geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, 1979. p.22.

7 A bandeira de Raposo Tavares, a mais importante ocorrida na região amazônica, desenhou os contornos da atual fronteira norte e noroeste brasileira, ao estabelecer os fortes de São José de Macapá – hoje Macapá; São Joaquim – hoje Boa Vista; São José de Marabitanas – no alto Rio Negro; São Gabriel – no Rio Negro; Tabatinga – que deu origem ao município de mesmo nome na margem do rio Solimões; e Príncipe da Beira – na margem do rio Guaporé, hoje Estado de Rondônia.

8 Esta situação se repetia também nas fronteiras do Mato Grosso e da bacia do rio Prata.

Mapa 3.2 – Fortes fundados pelos bandeirantes



\*Fonte: IBGE. 1980. Cartografias.

Buscando a unidade territorial do país, o governo imperial lançou mão de uma operação de centralização do governo que fundamentava a construção da integridade territorial na unidade política e no governo centralizado. Com relação à Amazônia, seu vasto território foi alvo de políticas que incentivavam sua ocupação territorial através de processos migratórios do nordeste, de assentamentos em núcleos ao longo dos rios e do desenvolvimento de atividades econômicas, especialmente daquelas relacionadas às matérias-primas em ascensão, entre elas o cacau, a borracha e especiarias<sup>9</sup>.

9 As concepções sobre o território brasileiro, especialmente com relação à Amazônia, também foram inspiradas pelo movimento de apropriação territorial vivido nos Estados Unidos, que deu origem à expressão 'destino manifesto', ainda na década de 1840, se referindo à onda de pioneiros que, em busca de ouro, deslocavam a *frontier* para além do vale do Mississipi. Na verdade, 'destino manifesto' era uma

De maneira geral, a retórica que sustentava tais políticas já destacava a preocupação com sua rarefeita ocupação territorial e a necessidade de amenizar os problemas causados pela seca na região nordeste. Por outro lado, já havia também menção à preocupação com o interesse internacional na Amazônia.

Os planos e investidas internacionais levaram, entre outras decisões, ao estabelecimento de acordos bilaterais de navegação amazônica entre o Império e os países amazônicos vizinhos<sup>10</sup> e à concessão do monopólio da navegação a vapor na Amazônia ao Barão de Mauá. Um dos principais argumentos que sustentava tal opção era o receio de facilitar a entrada e o estabelecimento de estrangeiros em uma vasta região brasileira, quase despovoada.

A fluidez da ocupação humana do ecossistema amazônico, dificultando a projeção direta de poder, e as virtualidades estratégicas da rede fluvial, capaz de abrir o interior do continente à navegação internacional, serviram para conferir densidade e dramaticidade aos contenciosos de soberania.<sup>11</sup>

Aliás, com relação ao povoamento da Amazônia, a partir do episódio de concessão do direito à navegação a vapor ao Barão de Mauá, a preocupação com a baixa densidade populacional amazônica, média inferior a 1 hab/km<sup>2</sup> na década de 1930, esteve presente em todos os discursos, políticas e projetos para a este território. Na verdade não era

---

expressão que bem designava o nacionalismo expansionista americano, marcado pela dialética entre a *border* e a *frontier*, onde a primeira significava a fronteira política nacional e a segunda se referia à frente pioneira de colonização, o limite da zona povoada. A predestinação geográfica intrínseca ao conceito sugeria o direito à fronteira natural, ou seja, àquela fixada pela natureza, que no caso americano significava os oceanos Pacífico e Atlântico.

10 Em 1851 foi estabelecido um tratado bilateral de navegação com o Peru. Por outro lado a Bolívia decidiu abrir os portos dos rios Madeira e Mamoré, pressionando e contrariando o governo brasileiro.

11 MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.175.

apenas a baixa densidade populacional que preocupava, mas também a maneira dispersa e extensiva de ocupação do território, característica do modo de produção extrativista que dominou a produção econômica amazônica durante os séculos XVIII e XIX.

### 3.1.2 – A ascensão do consumo internacional de borracha

A borracha estava destinada, nos fins do século XIX e começo do atual [século XX], a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial.<sup>12</sup>

A partir da década de 1820 a borracha ganhou destaque entre as matérias-primas. Extraída de árvores abundantes na Amazônia, ela já era utilizada pelas civilizações pré-colombianas em cerimônias religiosas e pelos índios do Haiti no jogo de bola, na confecção de vasilhames e na impermeabilização de roupas. No entanto, a borracha só passou a ser utilizada na indústria européia a partir de 1803, com a implantação de uma indústria de ligaduras elásticas para suspensórios e ligas em Paris.

Em seguida, com a expansão de indústrias na Europa e nos Estados Unidos, cresceu o emprego de borracha em diversos produtos, o que provocou o contínuo crescimento de sua demanda. Em 1820, fabricantes de sapatos de Boston recobriam sapatos com borracha para impermeabilizá-los; em 1823, Macintosh criou a técnica de dissolução em nafta de carvão e fundou uma fábrica de tecidos à prova d'água na Escócia; em 1839, Charles Goodyear nos Estados Unidos e Thomas Hancock, na Inglaterra,

---

12 FURTADO, Celso. 1959. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 27ª edição, 2000. p.163.

desenvolveram a técnica da vulcanização, resolvendo os problemas das alterações sofridas pelo material causadas pelo frio, calor, óleos ou solventes comuns.

A partir de 1888 o consumo de borracha ganhou novo impulso. Primeiro pela nova invenção do irlandês John Dunlop, que aplicou cintos elásticos nas rodas de uma bicicleta, e quatro anos depois, com o emprego desta descoberta na fabricação de coches, quando Henry Ford construiu seu primeiro carro com rodas de bicicletas revestidas de pneumáticos.

Na medida em que crescia o uso industrial da borracha crescia a demanda sobre a borracha produzida na Amazônia, que era, no século XIX, a maior produtora mundial de borracha. A Tabela 3.1 abaixo mostra o crescimento do volume das exportações de borracha amazônica no período de 1825 a 1900.

Tabela 3.1 – Exportação de borracha na Amazônia – 1825 a 1900.

ANO	TONELADAS	ANO	TONELADAS
1825	93 t	1861	2.515 t
1830	156 t	1866	5.434 t
1834-35	175 t	1871	6.765 t
1839-40	418 t	1876	7.909 t
1844-45	367 t	1881	8.506 t
1849-50	879 t	1886	12.690 t
1854-55	2.868 t	1891	16.550 t
1859-60	2.531 t	1896	19.500 t
1856	1.906 t	1900	23.650 t

\*Fonte: SANTOS, Roberto. 1980. História Econômica da Amazônia. p. 52 e 217.

O crescimento das exportações de borracha gerou diversas modificações na realidade amazônica. Alterou alguns aspectos de sua estrutura econômica, entre eles a renda per

capita, que em 1820 era igual a U\$29 e em 1870 atingiu U\$175<sup>13</sup>; provocou a concentração da mão-de-obra na produção de borracha; fez crescer a demanda de transportes, de mão-de-obra e de gêneros alimentícios; e provocou a expansão do processo de ocupação das margens dos rios amazônicos, motivado pela busca de novas áreas ricas em espécies seringueiras.

Baseada sobre a produção extensiva que caracterizava o extrativismo, a expansão da produção de borracha na Amazônia estava diretamente relacionada à expansão territorial e à incorporação de mão-de-obra.

[...] a cultura extensiva é determinada pelas técnicas utilizadas, onde o aumento da produtividade significa efetivamente a incorporação de mais braços e maior extensão territorial, e a mobilidade no território [...]<sup>14</sup>

Essas condições necessárias à expansão da cultura extensiva estavam todas reunidas no momento da ascensão do consumo industrial de borracha. A mão-de-obra necessária era incrementada a cada novo processo migratório, a expansão territorial era proporcionada pelo vasto território amazônico, e por fim, a mobilidade sobre o território era possibilitada pela navegação a vapor, que permitiu o alcance de áreas cada vez mais distantes dos centros de Belém e Manaus.

---

13 SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.66.

14 MORI, Klára Kaiser. 1996. **Brasil: urbanização e fronteiras**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.95.

### 3.1.3 – A navegação a vapor e a ocupação territorial do Acre

[a navegação a vapor rompeu] o deserto das águas, rasgando mares de florestas à civilização, com uma linha de navegação de 3.200 milhas.<sup>15</sup>

A navegação a vapor foi introduzida nos rios amazônicos em 1853 quando foi concedido seu monopólio à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, do Barão de Mauá. A partir de então, a viagem Belém - Manaus – Belém, cujo percurso levava de dois a três meses para ser concluído, passou a ser realizada em cerca de 20 dias. A partir deste episódio, a mobilidade permitida pela navegação a vapor e o crescimento da demanda de borracha desencadearam um acelerado processo de ocupação territorial das margens dos rios amazônicos.

Foi esta nova estrutura de transportes que deu suporte aos movimentos migratórios originados no nordeste brasileiro com destino aos seringais da Amazônia. A escassez de mão-de-obra, reclamação freqüente na produção extrativista amazônica, passou a ser resolvida através de movimentos migratórios, principalmente organizados pelos governos do Amazonas e do Pará, que concediam terras e seringais a empreendedores.

Também ocorriam os programas de assentamentos para produção agrícola, cuja primeira menção, como já dissemos, surgiu no momento de concessão do monopólio da navegação a vapor nos rios da Amazônia. Preocupado com o estágio de concentração da mão-de-obra amazônica e com a forma dispersiva de sua ocupação territorial, o governo

---

15 SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.56.

brasileiro impôs, no pacote da concessão, o assentamento de colonos estrangeiros em colônias de produção de gêneros alimentícios<sup>16</sup>.

Nas décadas seguintes, várias medidas dos governos do Amazonas e Pará seguiram mais ou menos a mesma linha, apesar destes governos estarem mais preocupados com a arrecadação que a produção de borracha lhes conferiria do que com as características da ocupação territorial. As políticas implantadas priorizaram a concessão de posse de seringais, o incentivo aos processos migratórios do nordeste e o assentamento de migrantes para a produção agrícola.

Seguindo o movimento orientado pelos governos do Amazonas e do Pará, agentes intermediários organizaram campanhas migratórias que contaram ainda com o impulso promovido pelas secas de 1845 e 1877.

As campanhas de recrutamento de mão-de-obra para produção de borracha e os programas de assentamentos do governo do Pará e Amazonas, encaminharam para a Amazônia um contingente populacional que foi distribuído ao longo dos rios amazônicos. Nem o clima, as doenças ou a distância, detinham estes migrantes, cuja esperança era o enriquecimento através do ouro negro, como ficou conhecida a borracha.

---

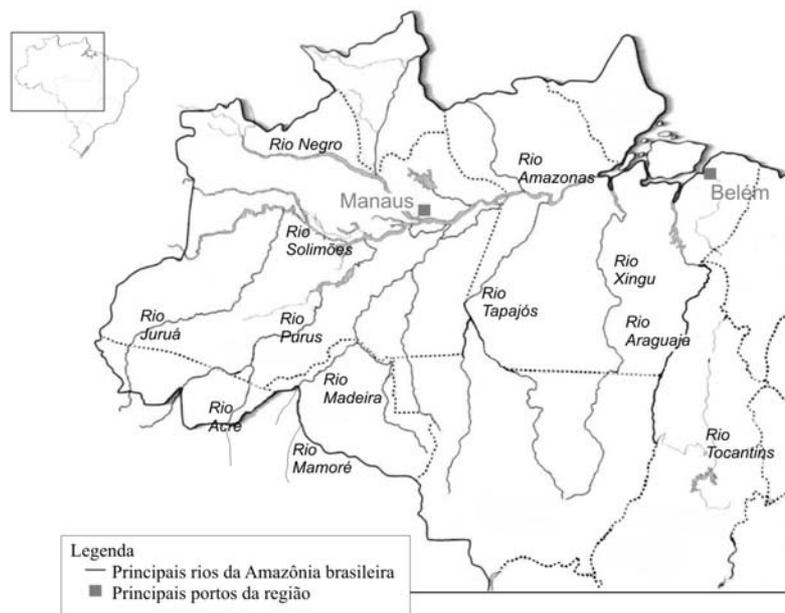
16 Ao incluir a exigência do assentamento de colonos para produção agrícola na negociação da concessão da navegação à Companhia de Mauá, o governo brasileiro desenhou o modelo de ocupação da Amazônia que foi seguido por mais de um século. Sob o argumento da necessidade de incremento da produção e da defesa das investidas internacionais na região, o governo brasileiro inaugurou a diretriz política de incentivos aos assentamentos para a produção agrícola e ocupação territorial da Amazônia. Este mesmo argumento sustentará vários outros programas governamentais de conteúdo semelhante até as décadas recentes.

O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável<sup>17</sup>

Assim, a mobilidade espacial da mão-de-obra produtora de borracha impulsionou a ocupação extensiva e móvel da região amazônica e desenhou, durante a segunda metade do século XIX, a configuração da ocupação territorial da Amazônia. O aumento da frequência das viagens e a possibilidade de alcançar regiões cada vez mais distantes de Manaus possibilitaram a busca de melhores áreas para produção de borracha.

Assim se deu a ocupação do Acre, ou melhor, dos vales dos rios Madeira (no atual Estado de Rondônia) e Purus (no atual Estado do Acre), vales ricos em espécies de seringueiras, alcançados entre os anos de 1850 e 1870.

Mapa 3.3 – Principais rios da Amazônia brasileira



\* Fonte: DNER. 1986. Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação.

17 CUNHA, Euclides da. 1914. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 29 e 30.

A primeira ocupação no rio Purus foi registrada em 1852, porém ainda fora dos atuais limites do Estado do Acre. Somente em março de 1878, ocorreu o primeiro registro de ocupação do que corresponde hoje ao território do atual Estado do Acre. João Gabriel e sua família subiram o rio Purus e fundaram um pouco acima do local conhecido como Boca do Acre, a localização batizada como Anajás, assim se formou o primeiro seringal<sup>18</sup> organizado e estável do futuro Estado do Acre.

O modo extrativista e extensivo de produção da borracha caracterizou o tipo de ocupação territorial do Acre durante as últimas décadas do século XIX. As sucessivas chegadas dos imigrantes nordestinos que se fixavam em seringais localizados ao longo dos rios, consolidaram a ocupação extensiva e dispersa do território, que curiosamente já havia sido diagnosticada pelo governo imperial como um ponto de vulnerabilidade da Amazônia. Acontece que naquele momento, o que orientava a ocupação territorial era a busca acelerada por novas áreas produtoras de borracha e não a estratégia de ocupação territorial.

Os relatos históricos sobre o processo de ocupação do Acre fazem referência a um intenso movimento migratório ocorrido na segunda metade do século XIX, no entanto as referências a números praticamente inexistem. A referência mais precisa que permite dimensionar o movimento ocorrido está relacionada à importância da participação da produção de borracha acreana no cômputo da produção amazônica, a maior produtora mundial até aquele momento. SANTOS (1980) afirma que a produção de borracha no Acre no ano de 1904 correspondia a 8,3% da produção de borracha amazônica, e que

---

18 Seringal era o tipo peculiar de assentamento localizado nas margens dos rios da Amazônia, composto por barracas de madeira construídas em torno do barracão, numa clareira aberta na mata. No barracão vivia o seringalista, ou seja, o dono do seringal, e nas barracas viviam os seringueiros, aqueles que extraíam o látex da árvore, numa estrutura semelhante à estrutura patriarcal dos engenhos nordestinos.

nos anos seguintes chegou a corresponder a 30% da produção de borracha da Amazônia<sup>19</sup>.

Já com um caráter mais literário, Euclides da Cunha descreveu o processo de ocupação territorial ocorrido no Acre da seguinte forma:

[...] não se conhece na história exemplo mais golpeante de emigração tão anárquica, tão precipitada e tão violadora dos mais vulgares preceitos de aclimatação, quanto o da que desde 1879 até hoje atirou, em sucessivas levas, as populações sertanejas do território entre a Paraíba e o Ceará, para aquele recanto da Amazônia. [...] faltou desde o princípio não só a marcha lenta e progressiva das migrações seguras, como os mais ordinários resguardos administrativos.

### ***3.2 – A constituição do Território Nacional do Acre***

Esses nordestinos morriam aos sóis ardentes do Nordeste. E quantos morreram na terra prometida, onde a doença e a solidão esgarçavam espírito e corpo. Obrigados por um destino a estar ali, a fazer mais do que a força humana prometia. Muitos e muitos ressuscitaram. Construíram um novo Estado: a fronteira dos ressuscitados.<sup>20</sup>

Apesar dos movimentos migratórios e das políticas que orientavam sua ocupação territorial, a área que corresponde ao atual Estado do Acre na verdade não pertencia ao território brasileiro. A partir dos tratados estabelecidos entre Portugal e Espanha o Acre

---

19 LE COINTE, Paul. 1922. *L'Amazonie Brésilienne*. Paris. V.I. p.434. Apud. SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.81.

20 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I. p. 15.

pertencia à Bolívia. Acontece que os movimentos migratórios e as políticas às quais já nos referimos produziram a ocupação territorial do Acre, o que posteriormente levou à disputa por sua posse territorial.

A constituição do Acre como Território Nacional, parte integrante do território brasileiro, só ocorreu nos primeiros anos do século XX, depois de uma década de disputas e até mesmo de uma revolução. Caracterizou esta disputa sua efetiva ocupação territorial por migrantes nordestinos e o crescimento de sua produção de borracha, em resposta ao crescimento da demanda internacional<sup>21</sup>.

A importância da solução definitiva das fronteiras acreanas, ocorrida em 1909, se deve ao fato de que ela foi a última das fronteiras brasileiras a ser definida, completando assim o processo de constituição do território nacional<sup>22</sup>. E mais, foi a partir deste momento que ficou consolidada a idéia de incorporação da Amazônia ao território brasileiro.

---

21 LE COINTE, Paul. 1922.loc. cit. Apud. SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 81.

22 A peculiaridade deste processo é que tal constituição ocorreu justamente no momento da Primeira República, onde a concepção do território nacional, diferentemente daquela do Império, era baseada na descentralização do federalismo. No entanto, a solução das últimas fronteiras reacendeu a ideologia nacionalista em defesa do território nacional, num momento de enfraquecimento da unidade territorial.

### 3.2.1 – A concepção republicana da integridade territorial

A Proclamação da República foi resultado de um movimento da elite imperial brasileira, cujo objetivo era reafirmar suas bases de sustentação. Este movimento, que aparentemente rompia com o passado, na verdade serviu para a manutenção do modo de produção/ reprodução vigente.

A República foi uma reação ao processo de constituição do mercado interno e de expansão do trabalho assalariado, sustentado pelas transformações do espaço nacional que ocorriam em resposta à idéia da integração territorial do período imperial.

[...] o trabalho assalariado estava se generalizando rapidamente no Brasil, fato esse do qual a Lei da Terra e a abolição do tráfico negreiro, ambas em 1850, constituem apenas o reconhecimento no nível institucional, em vista da falência de fato do trabalho escravo.<sup>23</sup>

Através da República a elite imperial se organizou com o objetivo de reafirmar suas bases de sustentação, preservando assim os interesses da elite agrícola produtora de café, em detrimento dos interesses do movimento de industrialização que se anunciava.

Com relação à concepção do espaço nacional, a principal transformação ocorrida a partir da República foi o enfraquecimento da unidade do Estado brasileiro construída durante o Império. O federalismo instituído com a República teve fundamental importância no “enfraquecimento do caráter unitário do Estado, evitando que a mudança do regime pudesse conduzir a um processo de unificação econômica efetiva do país, e,

---

23 DEÁK, Csaba. 1999. Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 80. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.30.

portanto, à eliminação dos entraves à acumulação. Na negação dos avanços havidos no processo de integração ao longo do Império, o movimento carregou as marcas de um recuo político em relação à efetivação de um projeto nacional”<sup>24</sup>.

Assim como enfraqueceu o caráter unitário do Estado, a proclamação da República enfraqueceu também a ideologia que conduzia ao mito da Ilha-Brasil e à integridade territorial. A idéia de integridade territorial só esteve presente no período da Primeira República em caráter de exceção, devido às disputas territoriais em diferentes pontos do território brasileiro - entre eles, a questão de Palmas ou das Missões (1895), do Amapá (1900) e finalmente do Acre – no período que compreende as duas últimas décadas do século XIX e a primeira década do século XX.

Apesar da concepção dispersa e descentralizada do território brasileiro, a solução das últimas fronteiras na primeira década do século XX foi o último passo no sentido da constituição do território brasileiro. Este processo, motivado por movimentos que conjugavam pressões internas e externas ao Estado brasileiro, ocorreu à revelia dos interesses da elite brasileira e foi o último passo no sentido de conquista e incorporação territorial do Estado brasileiro<sup>25</sup>.

A concepção da integridade territorial na negociação destas disputas esteve presente principalmente através do Barão de Rio Branco, que conduziu a diplomacia brasileira desde o governo de Rodrigues Alves até o de Afonso Pena. Rio Branco, um

---

24 MORI, Klára Kaiser. 1996. **Brasil: urbanização e fronteiras**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p.134.

25 A parte deste processo que interessa a esta tese, aquela relacionada à definição das fronteiras acreanas, será tratada mais adiante. Lá será abordada de forma mais detalhada a postura do governo brasileiro, e por consequência da elite brasileira, com relação ao território brasileiro, durante a Primeira República.

monarquista convicto, advogava a “necessidade de preservar a qualquer custo uma unidade nacional que ele encarava como ainda precária”<sup>26</sup>, defendendo o território como um elemento fundamental do poder de um país.

Território é poder’, frase atribuída ao Barão, exprime o essencial da questão: o território em si pode não ser o poder mas é certamente sua base, sua ‘condição de possibilidade’.<sup>27</sup>

No que diz respeito ao Acre, a definição das últimas fronteiras, durante as primeiras décadas do século XX, foi fundamental no processo de sua constituição como parte do território brasileiro. Não apenas pela configuração de suas fronteiras territoriais, mas principalmente pelo que foi construído neste movimento, que foi a idéia de sua incorporação ao território brasileiro.

### 3.2.2 – A definição da posse territorial do Acre

O processo de definição dos limites territoriais do atual Estado do Acre é formado por vários episódios que envolvem os governos brasileiro, boliviano e peruano. As origens históricas dos limites entre o Brasil e Bolívia datam de 1750, com a assinatura do

---

26 MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.208.

27 RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000. p.28.

Tratado de Madri que fixava na América do Sul as fronteiras das possessões espanholas e portuguesas<sup>28</sup>.

O primeiro episódio de desentendimento entre o Brasil e a Bolívia ocorreu em 1801, quando o rompimento do Tratado de Santo Ildefonso (1777), cujos princípios eram os mesmos do Tratado de Madri, foi solucionado através dos princípios do direito internacional, que garantiram a posse das cabeceiras dos rios Purus e Juruá ao Brasil. Esta solução estava diretamente relacionada à posse territorial dos atuais Estados do Acre e de parte de Rondônia.

A tentativa de retomar os limites do Tratado de Santo Ildefonso passou por várias fases de aceitações e recusas por ambos os lados, até que em 1867, o Tratado de Ayacucho estabeleceu uma fórmula para solução das pendências que cercavam a definição das fronteiras dos dois países. Neste Tratado, a linha (rio) Madeira-(rio) Javari, um dos principais pontos de discordância durante as negociações, ficou definida da seguinte maneira:

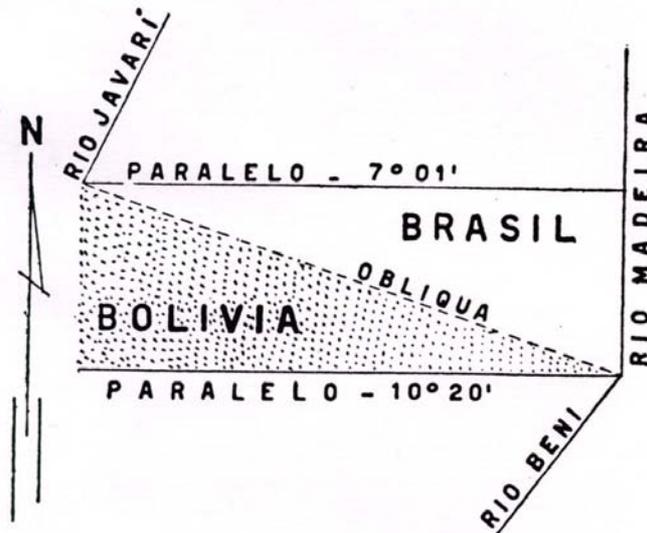
[...]deste rio [Beni, na sua confluência com o Madeira] para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na latitude 10°20', até encontrar as nascentes do Javari. [...Com a ressalva,] se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari.<sup>29</sup>

---

28 Antes disso, em 1494, Portugal e Espanha firmaram a posse de boa parte do Brasil à Portugal - incluindo os sistemas hidrográficos platino e amazônico - ao assinarem o Tratado de Tordesilhas, que deslocava a linha de limites a 370 léguas a partir de Cabo Verde.

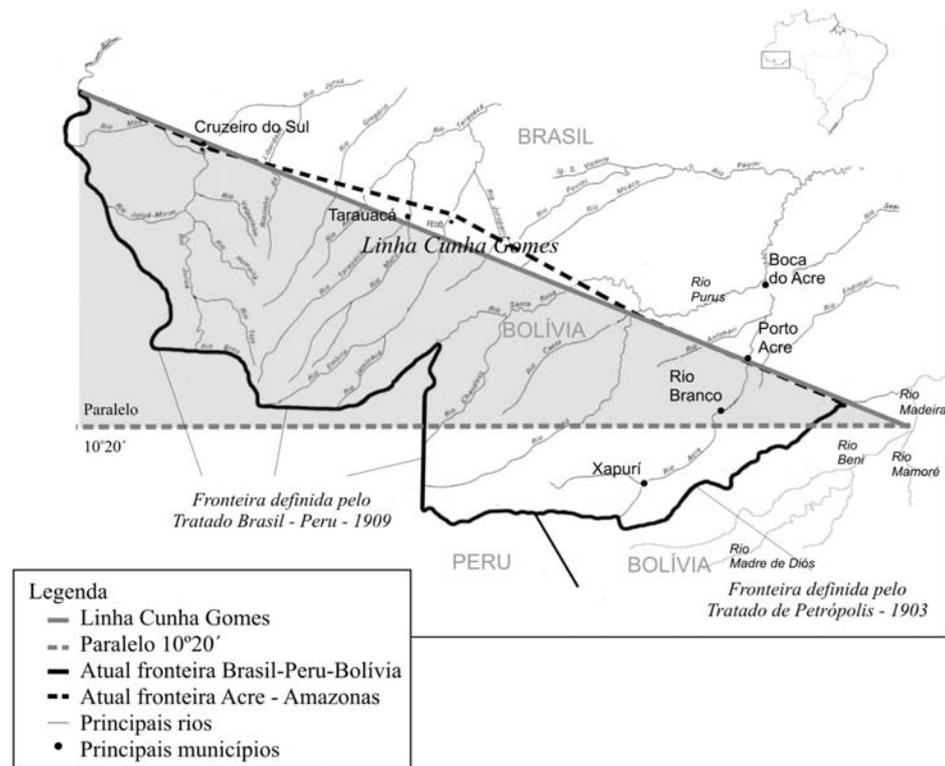
29 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I. p.126.

Mapa 3.4 – Esquema do Tratado de Ayacucho



\* Fonte: TOCANTINS, Leandro. 1961. Formação Histórica do Acre. V.1, p.351.

Mapa 3.5 – Aplicação do Tratado de Ayacucho



\* Fonte: Elaborado a partir de informações contidas em TOCANTINS (1961) e DNER (1986).

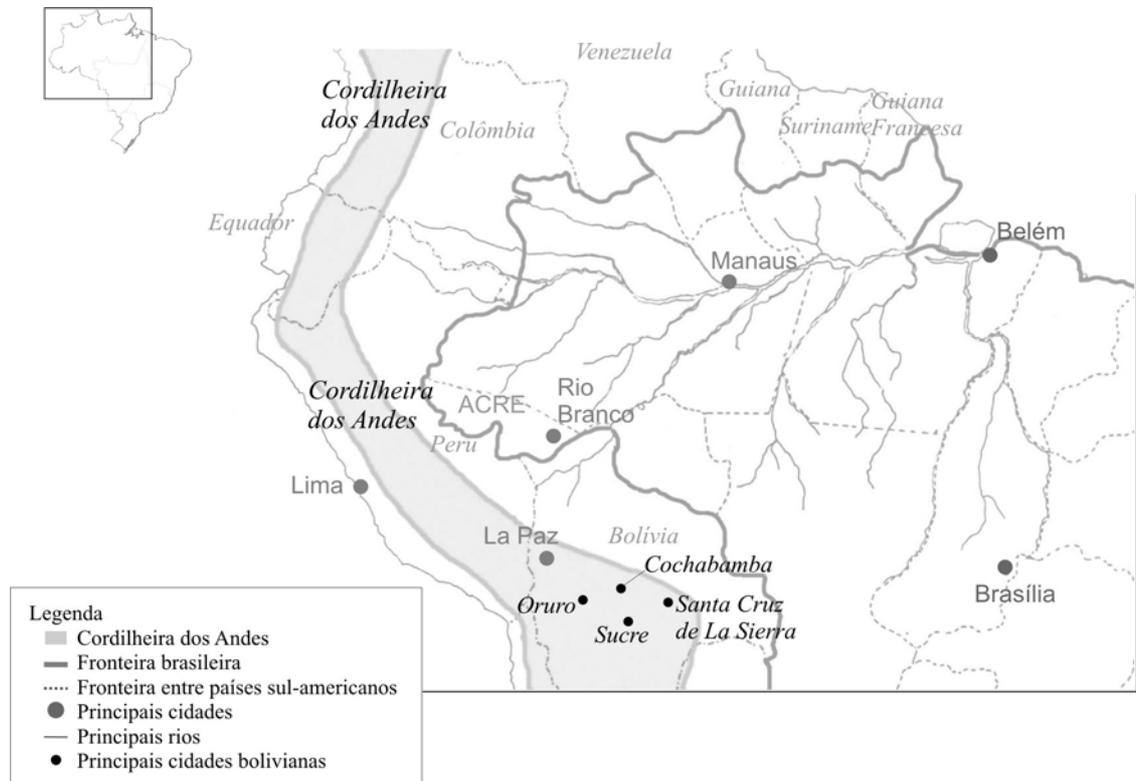
A assinatura do Tratado de Ayacucho solucionou oficialmente a questão, porém as definições assumidas revelavam o desconhecimento da área. Além de dúbio e impreciso, os limites acertados não consideravam as condições geográficas e muito menos o tipo de ocupação que porventura existia ali. Apesar de não haver registro preciso sobre a população da área em questão, no ano de assinatura do Tratado de Ayacucho já havia registros de expedições e da existência de povoados e seringais formados por migrantes nordestinos, o que significa que a área era habitada de acordo com as características peculiares da Amazônia.

Se por um lado havia o registro de ocupação brasileira, ainda que impreciso, por outro lado o registro de sua ocupação por bolivianos praticamente inexistia. Na verdade, tal ocupação era escassa e bastante difícil, principalmente devido às características geográficas e de ocupação do território boliviano, onde a Cordilheira dos Andes se configurava na maior barreira à ocupação boliviana na Amazônia.<sup>30</sup>

---

30 A ocupação do território boliviano está principalmente concentrada ao sul e sudoeste, nas altas altitudes da Cordilheira dos Andes. Para alcançar os vales dos rios Acre e Purus a partir das principais cidades bolivianas era preciso vencer longos trechos de montanhas a cerca de 2.000 metros de altitude e ainda atravessar parte da floresta amazônica boliviana. Este percurso durava em média seis meses. Outra opção era o acesso via vale do rio Prata - oceano Atlântico – Belém – vale do rio Amazonas, percurso que, apesar de maior, durava em média três meses.

Mapa 3.6 – A Cordilheira dos Andes



\* Fonte: IBGE. 1984. Atlas Geográfico.

A condição da ocupação boliviana de sua porção amazônica pode ser constatada no discurso do futuro delegado da alfândega do Acre, D. José Paravicini, dias após a assinatura do Tratado de Ayacucho:

[...] é de absoluta e urgente necessidade que a Bolívia se apresse em tomar posse de seus territórios de fronteira, pelo menos nas regiões já demarcadas nos rios Acre, Iaco e Purus.<sup>31</sup>

Apesar das menções bolivianas a ocupação desta área por brasileiros não encontrou nenhuma resistência. O Acre só foi alvo de atenção do governo boliviano a partir de

31 PARAVICINI, José. Relatório ao Governo Supremo. Petrópolis. 1900. Apud. TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

1898, quando este decidiu estabelecer-se ali, instalando um posto alfandegário em Puerto Alonso - mais tarde Porto Acre - e abrindo os portos dos rios Acre, Purus e Iaco à navegação dos países amigos da Bolívia, o que os levaria necessariamente a cruzar rios brasileiros<sup>32</sup>.

Diretamente interessado na produção de borracha do Acre, o governo do Amazonas decidiu intervir na região, não reconhecendo a autoridade boliviana na área, nomeando subprefeitos para as vilas do Acre e emitindo títulos provisórios ou definitivos de terras. Parte da política implantada pelo governo do Amazonas não diferia daquela adotada anos antes, o que diferia agora era seu propósito de não permitir a tomada territorial por parte da Bolívia.

Em 1899 o clima de tensão foi acirrado diante das negociações bolivianas para a venda ou cessão das terras do Acre. Este episódio levou o governador do Amazonas a financiar uma missão expedicionária ao Acre, o que criou uma atmosfera de comoção nacional e chamou a atenção dos Poderes da República para esta porção do território brasileiro.

Liderando a expedição financiada pelo governador amazonense, estava o espanhol Luiz Galvez, que em julho de 1899, proclamou o Estado Independente do Acre. Os primeiros meses de governo de Galvez transcorreram sem incidentes e sua principal reivindicação era a anexação do Acre ao Brasil.

---

32 Ao tomar esta posição, o governo boliviano tocou em um delicado problema do direito internacional, revivendo a questão jurídica sobre a comunicação de um Estado interior com o mar através de rios que cortam territórios de outro Estado. Esta decisão foi recebida com uma intensa campanha contrária por parte dos jornais amazonenses e cariocas.

Por cinquenta mil libras tinha que conquistar o Acre do domínio boliviano, declarar o território independente, formar um governo e tentar o reconhecimento internacional.<sup>33</sup>

No entanto, o Estado Independente do Acre não foi reconhecido pelo governo republicano brasileiro, e nem mesmo pelo governo do Amazonas, que, pressionado pelo governo brasileiro, aparentemente manteve uma posição de neutralidade. Porém na prática, além de financiar a expedição de Galvez, o governador amazonense, iniciou negociações com o vice-presidente boliviano, propondo “um milhão de esterlinos, pagos pelo Amazonas, em troca de seus direitos de posse do território, [...] e ainda propunha auxiliar com trezentos contos de réis a quem construísse uma rodovia de Santo Antônio do Rio Madeira aos campos de criação bovina do Mato Grosso”<sup>34</sup>.

Em dezembro de 1899 a República do Acre sofreu pressões dos governos boliviano e brasileiro, que pretendia a repressão do movimento e a garantia dos direitos bolivianos. Por ordem do governo brasileiro o governo do Amazonas intermediou as negociações, concluídas com a deposição de Galvez e a reintegração de posse do Acre à Bolívia.

Se [o governador amazonense] Ramalho [Júnior] queria notícia, propaganda, aparato, enfim, ele teve no melhor estilo. E teve, também, uma réplica de nação soberana que, para a época, as circunstâncias, o lugar no espaço geográfico e o fim a que se destinou constitui um sucesso, ou, repetindo a opinião do governador Ramalho Júnior, uma organização completa e sem falhas.<sup>35</sup>

---

33 SOUZA, Márcio. 1973. **Galvez imperador do Acre**. São Paulo: Editora Marco Zero, 2000. p.126.

34 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I, p. 312.

35 Ibid. p. 316 e 317.

Aparentemente solucionada a questão, em 1901 ela ressurgiu, quando o batalhão liderado pelo vice-presidente boliviano e por seu Ministro de Guerra chegou ao Acre e foi recebido com uma batalha pelos acreanos revoltosos. Apesar da batalha, o governo boliviano findou restabelecendo sua autoridade na região. No mesmo momento, o novo governador amazonense Silvério Néri, preocupado com o desfalque que a arrecadação do Estado sofria, seguiu os passos de seu antecessor, e financiou nova expedição ao Acre, agora sob o comando Plácido de Castro.

Em 1902, diante da assinatura do contrato com o Bolivian Syndicate<sup>36</sup>, o clima de disputa se agravou e Plácido de Castro deflagrou a Revolução Acreana, que pretendia a anexação do Acre ao Brasil. Diferentemente do que ocorrera no episódio com Luiz Galvez, neste episódio o governo brasileiro decidiu intervir.

Apesar de todas as intervenções dos governos do Amazonas, das acaloradas discussões em torno da questão do Acre, da revolução e das batalhas acontecidas no Acre, o governo brasileiro só se mobilizou pela questão do Acre diante das negociações com o Bolivian Syndicate. Foi apenas diante da interpretação de que o arrendamento do Acre a esta organização seria uma ameaça à segurança e soberania brasileiras, que o governo brasileiro decidiu se posicionar a favor da anexação do Acre.

A especificidade deste processo é que ele ocorreu num momento em que as concepções nacionalistas de integridade territorial e até mesmo a idéia do território nacional caminhavam num sentido contrário a este movimento, num processo de descentralização que tinha no federalismo o eixo de suas concepções. Embora alguns

---

36 O Bolivian Syndicate era uma organização de capital internacional que pretendia arrendar as terras do Acre. Ele será abordado de forma detalhada no próximo sub-capítulo.

autores creditem este fato à presença do Barão de Rio Branco, um monarquista árduo defensor da integridade territorial, nas negociações desta disputa a defesa nacionalista já era percebida antes mesmo de sua nomeação como negociador, principalmente nos discursos do governo do Amazonas e nos jornais amazonenses e cariocas.

Também que a disputa pelo território do Acre ocorreu à revelia das políticas do governo brasileiro, e conjugava pressões internas e externas. Até o momento das negociações com o Bolivian Syndicate o governo republicano brasileiro insistiu no respeito ao Tratado de Ayacucho, a despeito de quaisquer outros argumentos, inclusive com relação às características de sua ocupação.

O Acre foi, acima de tudo, um problema político e não uma mera questão jurídico-histórica sobre alguma terra longínqua e deserta.<sup>37</sup>

A conquista e incorporação do Acre ao território brasileiro foi então o último passo do movimento de constituição do território brasileiro, que teve início no período imperial brasileiro, mas que só foi concluído nos primeiros anos do século XX.

### 3.2.3 – O Bolivian Syndicate

O Bolivian Syndicate era uma organização privada de capital inglês e americano, uma ‘*chartered company*’<sup>38</sup>, com quem o governo boliviano negociava, já há alguns anos,

---

37 RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.28.

um acordo de arrendamento do território do Acre. A opção do governo boliviano era justificada quase que exclusivamente por sua dificuldade em ocupar a referida área.

Em dezembro de 1901, o governo boliviano assinou o contrato de arrendamento com o Bolivian Syndicate, garantindo a essa companhia o direito à exploração e administração do Acre por trinta anos. O acordo com o Bolivian Syndicate garantia ainda a responsabilidade da exploração e administração civil e fiscal do vale do rio Acre, inclusive mantendo polícia, exército e esquadra. Entre os itens deste acordo, estava o seguinte compromisso dos Estados Unidos:

[fornecer] numerário e material bélico, em caso de estalar uma guerra (sic) entre o Brasil e a Bolívia, [... o estabelecimento do] livre trânsito pelos afluentes do Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como a livre passagem pelas alfândegas de Belém e Manaus para as mercadorias e produtos destinados aos portos da Bolívia ou deles provenientes, [...e por fim,] a América do Norte pagaria os gastos ocasionados pela guerra, recebendo em hipoteca a renda das alfândegas bolivianas.<sup>39</sup>

Ao tomar conhecimento do teor do acordo entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate, o governo brasileiro manifestou sua preocupação com a possibilidade da presença de uma companhia deste modelo encravada na Amazônia entre o Brasil, Bolívia e Peru<sup>40</sup>. Para o Brasil, a questão estava relacionada à soberania nacional.

---

38 No final século XIX as *'chartered companies'* estavam novamente em uso, especialmente na África e Ásia. A principal diferença entre estas companhias e aquelas existentes trezentos anos antes, como a Companhia das Índias, era que as do século XIX não detinham monopólio comercial.

39 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I. p. 259.

40 O Peru, diante de uma remota possibilidade de estender seus limites até a linha Madeira-Javari, uniu-se ao Brasil contra a posição boliviana.

E foi sob o argumento de defesa da soberania contra os interesses estrangeiros, que o governo brasileiro interveio em 1901. A primeira ação brasileira foi a proibição à livre navegação em rios da Amazônia brasileira, o que impediu o acesso e conseqüentemente a posse do Acre por parte do Bolivian Syndicate<sup>41</sup>. Outras duas importantes decisões do governo brasileiro foram o envio de tropas ao Acre e a indicação do Barão de Rio Branco para a negociação diplomática da questão<sup>42</sup>.

Uma das estratégias adotadas por Rio Branco foi obter o apoio do governo americano, com o objetivo de impedir a efetivação do contrato com o Bolivian Syndicate. O argumento utilizado valia-se da tese de que após a doutrina Monroe, era temeroso justamente os EUA concorrerem para a implantação do regime de exploração colonial européia na América. Conquistado o apoio do governo americano, suas negociações sinalizavam com a possibilidade do sindicato aceitar uma indenização e com isso abster-se do negócio do Acre.

Por outro lado, Rio Branco iniciou negociações com a Bolívia, sugerindo a possibilidade de pagamento de indenização. Na verdade, esta proposta não era exatamente uma novidade, uma vez que em 1899 o ex-governador do Amazonas, Ramalho Júnior, já havia proposto à Bolívia o pagamento de 1 milhão de libras em troca da posse territorial do Acre. Além da indenização, as negociações de Rio Branco com a Bolívia e o Bolivian Syndicate implicavam também a construção da estrada de ferro

---

41 O acesso ao território do Acre só era possível, na prática, através da navegação pelos rios brasileiros.

42 Vindo de uma experiência vitoriosa na solução da fronteira do Amapá com a França e possuidor de vasto conhecimento de pontos obscuros da história, geografia e cartografia do país, Rio Branco foi o representante brasileiro nas negociações da questão do Acre, que “passa a ser não só o problema internacional mais grave do país mas ameaça produzir sérias implicações internas”. In: RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.24.

Madeira-Mamoré, outra proposta baseada nas idéias de Ramalho Pinto, e a concessão de áreas do noroeste do Mato Grosso.

Penso que por mais que tivéssemos de desembolsar, seria menos do que o simples preparo para a guerra e infinitamente menos que o prejuízo material de uma intervenção norte-americana.<sup>43</sup>

#### 3.2.4 – O interesse internacional na Amazônia

As demonstrações do interesse internacional na Amazônia não eram exatamente novas, uma vez que a Amazônia surgiu sobre signo das grandes riquezas, seduzindo o pensamento dos aventureiros e dos soberanos europeus. Mas foi especialmente a partir da ascensão da utilização da borracha na indústria e do desenvolvimento da navegação a vapor que alguns países iniciaram a defesa de seus interesses na Amazônia de forma mais contundente.

O primeiro destes episódios ocorreu no final da década de 1840, quando os governos americano, inglês e francês pressionaram o governo brasileiro pela abertura dos rios amazônicos à livre navegação. Com o mesmo propósito, alguns vizinhos sul-americanos também pressionaram o governo brasileiro, principalmente a Bolívia, que sem acesso direto ao mar, só poderia atingi-lo através das bacias do Prata ou do Amazonas, e neste caso a bacia do Amazonas era mais vantajosa.

---

43 ITAMARATI. Carta de 17-10-1902. Arquivo do Barão do Rio Branco. Apud: TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V. II. p.196.

Entre 1849 e 1855 o governo imperial passou a perceber a estratégia sul-americana dos Estados Unidos como uma fonte de ameaça ao domínio brasileiro sobre o território amazônico. Provocavam esta percepção os planos e projetos norte-americanos para a ocupação da Amazônia por meio de assentamento e traslado de colonos e escravos, os planos de integração da produção escoada pelos rios Mississipi e Amazonas no Golfo do México e por fim a defesa da livre navegação nos rios amazônicos.

O Amazonas, nas páginas cor-de-rosa do imaginoso tenente [Tenente Mathew Maury, superintendente do Serviço Hidrográfico do Observatório Naval de Washington] transformava-se num verdadeiro Vale da Promissão, pois oferecia todos os produtos que brotavam do seio da terra, à exceção do chá. [...Além do] fato surpreendente de que os navios norte-americanos, ao saírem na foz do Amazonas, seriam logo trazidos, pelas correntes oceânicas e pelo rumo dos ventos, em direção ao sul de seu país. [...] A visão de Maury ia ainda muito além, ao provar que o Mississipi e o Amazonas tinham destinos comuns, pois ambos desaguavam no golfo do México (o segundo indiretamente, através do Orenoco e do Gulfstream) numa região distinguida pela importância natural, que hoje se diria geopolítica, e que Maury sonhou torná-la *the cornucopia of the world*.<sup>44</sup>

MAGNOLI (1997) descreve as investidas internacionais na Amazônia da seguinte maneira, “circulavam planos e projetos, mais ou menos sonhadores, de ocupação da Amazônia por meio de traslado de colonos e escravos do sul, para o estabelecimento de plantações de algodão e borracha”<sup>45</sup>

Numa condição de defesa, para não ceder à pressão internacional e tendo interpretado este processo como a necessidade de projetar seu poder sobre a Amazônia, o governo

---

44 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. V.I. p. 113.

45 MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.179.

brasileiro optou pela concessão da navegação nos rios amazônicos à Companhia de Navegação do Visconde de Mauá, em 1853. Com relação aos países vizinhos, especialmente a Bolívia e o Peru, a opção do governo brasileiro foi o estabelecimento de acordos bilaterais de navegação.

Segundo SANTOS (1980), a concessão do monopólio da navegação a Mauá foi a forma encontrada pelo governo brasileiro para "ocupar e dinamizar a Amazônia, incorporando-a ao surto de progresso do país"<sup>46</sup>. Mas não foi apenas isto, ao realizar a defesa dos direitos brasileiros na Amazônia, o governo brasileiro também estava inaugurando a linha de argumentos em defesa da soberania nacional que sustentará as políticas implantadas na Amazônia até a década de 1970.

A defesa do Ministro do Brasil nos Estados Unidos, Carvalho Moreira, ilustra bem a diretriz adotada naquele momento. Ele afirmava que se o Brasil internacionalizasse o Amazonas, com “o ecúmeno diminuto da região e o atraso das populações ribeirinhas, correria o perigo de desaparecer a nossa nacionalidade, a nossa língua, e a nossa raça seria substituída”<sup>47</sup>.

O mesmo argumento cabia à defesa da segurança brasileira diante do acordo com o Bolivian Syndicate, quase cinquenta anos depois. A ameaça à segurança e soberania brasileiras reacendia o discurso de defesa nacional contra os interesses internacionais, discurso este que ressurgirá em vários outros episódios da história da Amazônia.

---

46 SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. p.54.

47 MEDEIROS, Fernando Sabóia de. A liberdade de navegação do Amazonas. São Paulo. 1938. Apud. TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. V.I. p. 116.

### 3.2.5 - A solução das fronteiras do Acre

Quando os políticos limitavam o caso do Acre, procurando dar-lhe solução geográfica, o Barão de Rio Branco, geógrafo por excelência, procurou logo resolvê-lo como problema político diplomático.<sup>48</sup>

A questão do Acre não envolvia apenas o caso com o Bolivian Syndicate, outros elementos também estavam envolvidos nas negociações conduzidas por Rio Branco. Havia o episódio da batalha com que foi recebida a marcha das Forças Bolivianas; as denúncias contra o governo do Amazonas que continuava a apoiar a revolta acreana; e ainda a posição do Peru, que reivindicava seus presumíveis direitos no Acre e em parte do Amazonas. Todas estas questões faziam parte da solução que Rio Branco, agora Ministro do Exterior, buscava de maneira diplomática.

Em novembro de 1903 o Tratado de Petrópolis definiu a posse da área em litígio entre o Brasil e a Bolívia. Neste acordo ficou definido que o Brasil pagaria indenizações à Bolívia e ao Bolivian Syndicate e cederia porções de terra na divisa com o Mato Grosso em troca do direito de posse territorial do Acre.

[o Brasil] recebe uma região rica de produtos naturais, povoada e explorada por mais de 50.000 brasileiros, incluindo os do [rio] Acre, Iaco, Alto-Purus e subafluentes do Amazonas. [...]Adquirimos, pois, por transação muito legítima, o território só ultimamente declarado litigioso entre a linha oblíqua, chamada Cunha Gomes, e o paralelo de 10°20', e adquirimos por compra, não menos legítima, a zona ao sul desse paralelo.<sup>49</sup>

---

48 LINS, Álvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro, 1945. Apud. TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. V. II. p.198.

49 TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. V.II, p.298 e 299. Para maiores detalhes ver Mapas 3.4 e 3.5 deste capítulo.

Através do Tratado de Petrópolis o governo brasileiro assumiu o pagamento de indenizações ao Bolivian Syndicate no valor de 110 mil libras esterlinas, cerca de US\$ 9,8 milhões atuais, e à Bolívia no valor de 2 milhões de libras esterlinas, cerca de US\$ 180 milhões atuais. O governo brasileiro assumiu também a obrigação de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, de estabelecer o livre trânsito para as mercadorias bolivianas até o Atlântico e de conceder à Bolívia 868 km<sup>2</sup> de diferentes pontos da fronteira brasileira, principalmente do Mato Grosso<sup>50</sup>.

O argumento que sustentou as negociações com a Bolívia, foi o princípio do *uti possidetis*, ou seja, o princípio da ocupação efetiva da área, posição defendida por Rio Branco<sup>51</sup> da seguinte maneira, “[...] porque o problema [do Acre] só se podia ou pode resolver ficando brasileiro todos os territórios ocupados pelos nossos nacionais”<sup>52</sup>.

Apesar do Tratado de Petrópolis ter sido considerado “o mais importante de todos os ajustes diplomáticos do Brasil desde a Independência”<sup>53</sup>, a solução do caso do Acre com a Bolívia levou Rio Branco a sofrer críticas e resistências.

---

50 RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Contraponto. Rio de Janeiro. 2000. p.31.

51 Rio Branco apresentava como defesa do encaminhamento de suas negociações outras situações onde a solução encontrada havia sido semelhante à solução adotada no caso do Acre: “[Em 1803,] a venda aos Estados Unidos, pelo Governo de Napoleão Bonaparte, da Luisiana, cuja população branca era toda de origem francesa. Custou esta aquisição territorial 16 milhões de dólares. [Os mesmos Estados Unidos, em negociação com a Rússia, em 1867,] compra o Alasca e ilhas adjacentes por 7.200.000 dólares”. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Anais da Câmara dos Deputados, janeiro de 1904. Apud. TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

52 ITAMARATI. Arquivo do Itamarati. Rio Branco “Exposição de motivos sobre a questão do Acre”. Apud. RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. p.29.

53 RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. p.31.

Por outro lado, durante as negociações deste Tratado, a produção ou a arrecadação, ou mesmo o potencial econômico do Acre nunca foi identificado em nenhum discurso brasileiro, mesmo sendo este o principal interesse do governo do Amazonas por quase toda a segunda metade do século XIX. Os argumentos envolvidos na definição do Tratado de Petrópolis se atinham quase que exclusivamente ao princípio da posse territorial e às ameaças que uma companhia como o Bolivian Syndicate significava para a soberania brasileira.

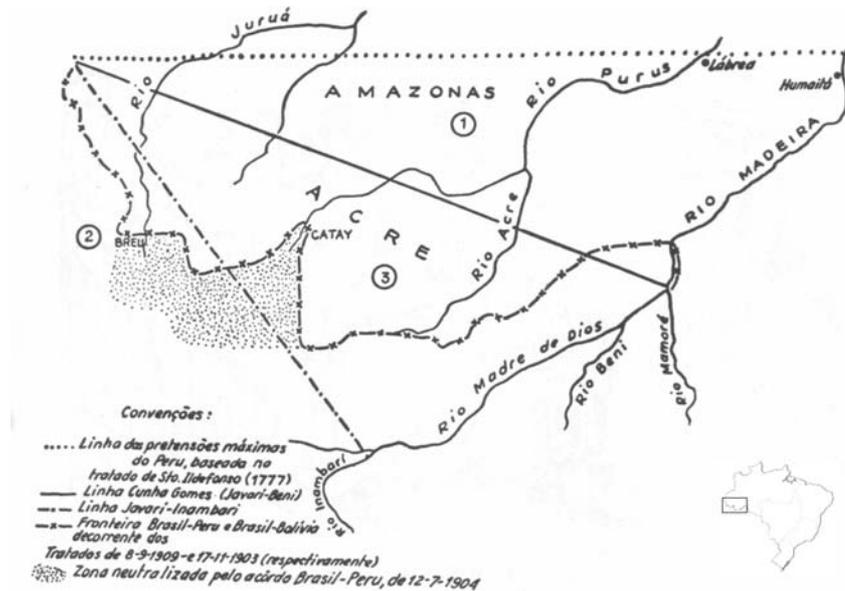
Definido o Tratado de Petrópolis, restavam ainda as negociações com o Peru<sup>54</sup>, cujas reivindicações estavam baseadas em interpretações dos antigos tratados coloniais, entre eles o de Santo Ildefonso (1777), que suportava a reivindicação de áreas próximas às cabeceiras dos rios Juruá, Purus e Santa Rosa<sup>55</sup>.

---

54 Na redação do Tratado de Petrópolis, Rio Branco, cuidadosamente, não se referiu explicitamente ao triângulo formado pelas bacias do Alto-Purus e Alto-Juruá, reclamadas pelo Peru. Os limites nestas áreas foram descritos em termos vagos, com expressões como 'até o ponto de encontro com a fronteira do Peru', por exemplo.

55 Assim como o histórico da fronteira brasileira com a Bolívia, a fronteira Brasil-Peru também foi objeto de diferentes tratados e acordos, muitos deles elaborados sobre o quase completo desconhecimento das características geográficas ou de ocupação da área.

Mapa 3.7 - Limite das reivindicações peruanas no Acre



\*Fonte: TOCANTINS, Leandro. (1961).V II, Anexo, p.6.

De forma estratégica o governo brasileiro nunca reconheceu os alegados direitos peruanos e não aceitou discutir a partir do referido Tratado, anulado em 1801. Também optou por resolver sua pendência com a Bolívia para depois tratar as reivindicações peruanas, até porque as reivindicações peruanas aconteciam também com relação à Bolívia, e a opção brasileira estava relacionada à estratégia de aguardo da solução entre os outros dois países.

A solução dos limites entre a Bolívia e o Peru ocorreu em 1902, a partir de um tratado de arbitragem. Restavam então as reivindicações peruanas em relação ao Brasil. Parte destas negociações estava amparada sobre a definição de limites de 1874, implantada pelo Barão de Tefé, onde o Peru reconhecia não possuir nenhum direito territorial à margem direita do rio Madeira.

Com relação às características da ocupação territorial da área reivindicada pelo Peru, o rio Juruá também foi desbravado e mantido em produção pelo esforço dos brasileiros, que começaram sua ocupação nas últimas décadas do século XIX.

Por sua vez, os peruanos exploravam o caucho<sup>56</sup> na região do Alto Madre de Diós e Alto Ucayale desde 1860, e nos anos seguintes atingiram as cabeceiras do Purus, Javari e Juruá. O detalhe importante desta questão é o fato de que o modo de exploração do caucho não fixa o homem à terra, levando-o a percorrer novas áreas, num processo de constante busca de novas árvores. E no caso da região em litígio, as áreas ricas nestas espécies eram o Vale do Madre de Dios e do Ucayale, em território peruano, e sua concentração diminuía na medida em que se aproximava dos vales dos rios Purus e Juruá, próximo do território brasileiro<sup>57</sup>.

As negociações diplomáticas entre Brasil e Peru se estenderam por muitos anos, com períodos de paz, seguidos por outros mais conturbados. Elas se arrastaram, até que foram finalmente concluídas em 1909, através do Tratado Brasil – Peru, baseado no *uti possidetis*.

[...] todos os territórios de que o Brasil está efetivamente de posse, povoados quase que exclusivamente por brasileiros, ficam definitivamente reconhecidos pelo Peru como do nosso

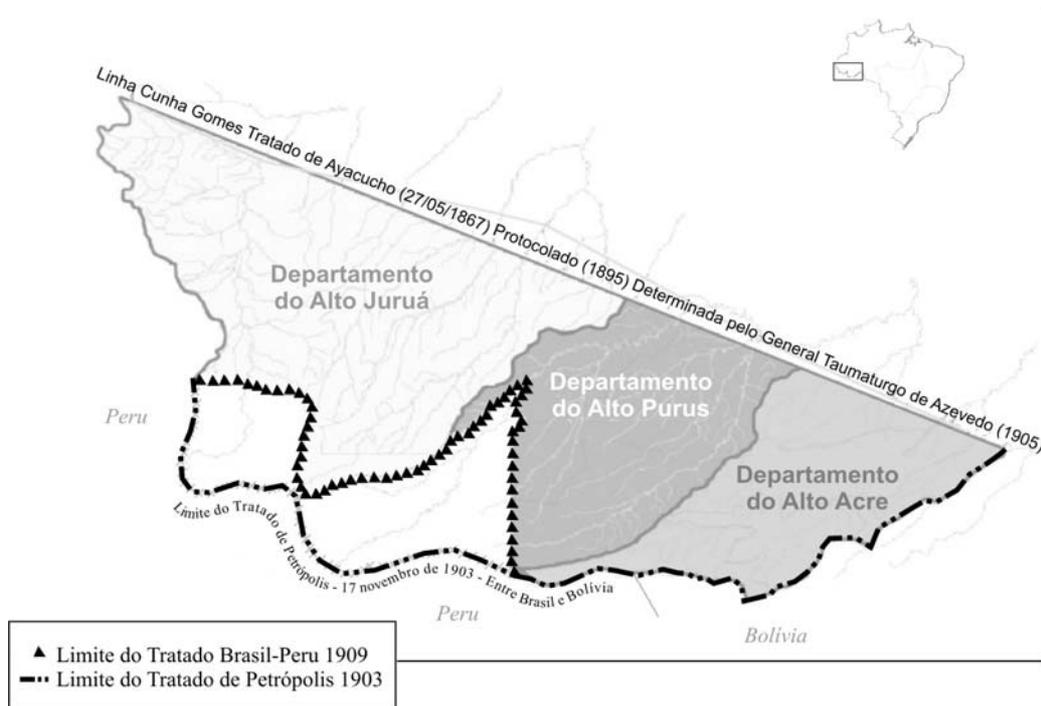
---

56 Caucho é o tipo de árvore que produz borracha de qualidade inferior à borracha produzida pela seringueira. Borracha e caucho se diferenciam basicamente quanto ao método de extração, que por sua vez cria tipos de ocupação territorial diferentes. A borracha é extraída da seringueira através de cortes que não a danifica, permitindo sua revitalização e a ocorrência de muitos outros cortes. Já o caucho, não resiste às sangrias periódicas, o que leva à adoção da derrubada da árvore para sua exploração. Derrubada, a árvore que produz de 8 a 16 quilos de caucho, permite a extração do máximo de seiva e sua madeira pode ainda ser comercializada na forma de pranchas. Concluído o processo de derrubada e extração do caucho, o caucheiro, aquele que explora a árvore do caucho, parte por caminhos ainda não percorridos, buscando novas árvores para sua incursão arrasadora.

57 Ver Mapa 3.3 deste capítulo.

domínio; e ao Peru ficam pertencendo, com um pequeno acréscimo, entre o paralelo de Cataí e o rio Santa Rosa, os territórios do Alto-Purus e do Alto-Juruá que haviam sido neutralizados em 1904, e onde sabemos que só há estabelecimentos e habitantes peruanos.<sup>58</sup>

Mapa 3.8 – Solução das fronteiras acreanas – Tratado de Petrópolis e Tratado Brasil-Peru



\*Fonte: ACRE. 1999. ZEE. V II. P.19.

Este foi o último episódio do processo de conquista territorial e solução das fronteiras brasileiras. Com ele ficou finalmente constituído o território brasileiro pretendido no momento da Independência, baseado num todo geográfico que deveria ser integrado e civilizado. Embora a solução das últimas fronteiras tenha ocorrido já no período da Primeira República, como uma exceção dentro de um contexto de descentralização

58 RIO BRANCO. Exposição de Motivos. Arquivo do Itamaraty, Apud. TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

promovida pelo federalismo, elas reacenderam a idéia da integridade territorial dominante no período imperial.

Como já afirmamos anteriormente, o processo de definição destas últimas fronteiras da Amazônia foi também fundamental no processo de sua constituição como parte do território brasileiro, principalmente pelo que foi construído neste processo, que foi a idéia de seu pertencimento ao território brasileiro.

### ***3.3 - A estruturação do Território Nacional do Acre***

No território do Acre tudo estava por fazer, porque nunca nele se fizera sentir a ação protetora de um governo.<sup>59</sup>

Além de definir as fronteiras Brasil – Bolívia, o Tratado de Petrópolis definiu o Acre como Território Nacional e a base de sua estrutura administrativa. Ao solicitar aprovação do Tratado de Petrópolis na Câmara dos Deputados, foi solicitada também a autorização para organizar a administração provisória e arrecadação das rendas do Território do Acre<sup>60</sup>.

---

59 COSTA, Craveiro. (1940). **A conquista do deserto ocidental – subsídios para a história do Território do Acre**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p.307.

60 Durante o trâmite da solicitação, duas tendências surgiram no Congresso, uma defendia o princípio de que o Acre deveria ser um Território Federal, como no ponto de vista oficial e dos revolucionários acreanos, e a outra, que defendia sua incorporação ao Estado do Amazonas. A Assembléia Legislativa decidiu de acordo com o interesse do governo brasileiro, pela criação do Território Nacional do Acre e pela nomeação de autoridades e funcionários indispensáveis à administração do novo território, nomeados pelo presidente da República.

Através da definição do Território Nacional do Acre ficou criada a entidade político-administrativa do território, figura até então não reconhecida pela Constituição brasileira e que se repetiria em 1950<sup>61</sup>. Esta solução foi defendida como um caso excepcional, em caráter de exceção, em virtude da necessidade da presença do governo brasileiro até que o novo território estivesse organizado.

[...] à necessidade de organização preliminar de imensas regiões onde a vida autônoma é ainda impraticável. [...O que torna] necessário que o Congresso, durante um certo período, governe os ocupantes do domínio público, [...até que] a comunidade territorial [tenha se] tornado tão grande e tão próspera que seja inteiramente capaz de governar a si mesmo.<sup>62</sup>

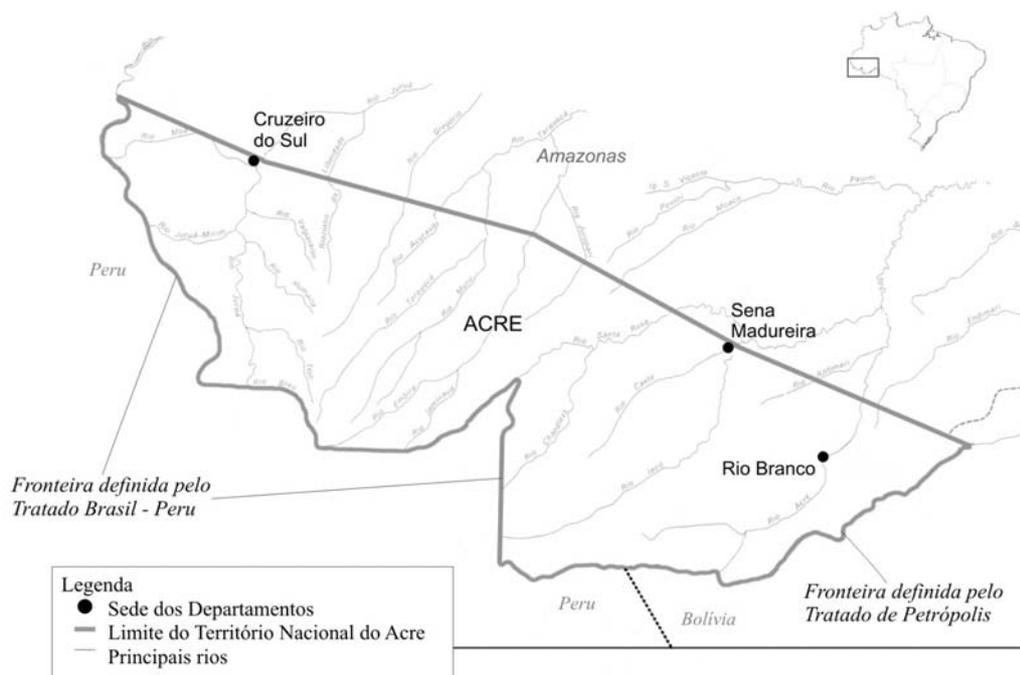
Em 07 de abril de 1904 foi aprovada a organização administrativa do então Território Nacional do Acre, dividido em três departamentos autônomos: Alto-Purus, Alto-Juruá e o Acre, cujas sedes eram Sena Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco, respectivamente.

---

61 O argumento utilizado para defender tal posição, bastante debatida e questionada, foi a invocação do direito constitucional americano, que reconhecia a figura político-administrativa do território em casos excepcionais, como por exemplo, no caso do Alasca e Havaí. Apesar do argumento do governo brasileiro, a situação do Acre era diversa daquela do Alasca e Havaí. No momento de suas anexações aos Estados Unidos, a população destas duas áreas não era de origem americana, o que não ocorria no Acre, onde a população era de origem brasileira, como já vimos neste trabalho.

62 COSTA, Craveiro. (1940). **A conquista do deserto ocidental – subsídios para a história do Território do Acre**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940. p.271.

Mapa 3.9 – Território Nacional do Acre – 1904



\*Fonte: DNER. 1986. Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação.

A partir deste momento, os investimentos federais no território do Acre desenharam a forma de ocupação que garantiria a consolidação da ocupação do território. Os projetos e planos implantados no Acre durante as duas primeiras décadas do século XX, já apontavam para um processo de ocupação territorial baseado na ocupação através de vilas, como um prenúncio do tipo de ocupação territorial que dominaria a partir da década de 1930.

Com relação aos aspectos econômicos, o período em que ocorreu a organização administrativa do Acre coincidiu com o início do processo de decadência da atividade produtora de borracha. A peculiaridade do fato é que na medida em que cresciam os investimentos públicos no Acre, diminuía a demanda internacional de borracha, num

movimento que também já era um prenúncio do que se consolidaria décadas depois, quando os contínuos investimentos da instituição do Estado se configuraram como a principal atividade econômica do Estado do Acre.

### *3.3.1 - As primeiras políticas para estruturação do Território do Acre*

A criação do Território Nacional do Acre dividido em departamentos administrativos antecede o período histórico onde as políticas do governo brasileiro desenharão a ocupação do Acre na forma uma rede de circulação e de cidades estruturadas e mantidas pelos investimentos públicos.

As políticas desenhadas pelo governo brasileiro a partir do Tratado de Petrópolis investiam na construção de infra-estrutura administrativa e econômica, na abertura de estradas, limpeza das hidrovias e construção de prédios administrativos na sede dos três departamentos do Acre: Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Nestas sedes foram estabelecidos serviços de educação, de atendimento à saúde e um departamento de justiça, também foi implantada infra-estrutura como abertura de vias e construção de praças.

O principal instrumento de organização territorial do Acre neste primeiro momento foi a Comissão de Obras Federais, criada em 1906. Esta comissão foi responsável pela abertura de estradas, desobstrução de rios, construção de edifícios e defesa militar do

---

Território. O maior projeto desta comissão era a ligação das cidades de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, passando por Sena Madureira e atravessando os vales da região.

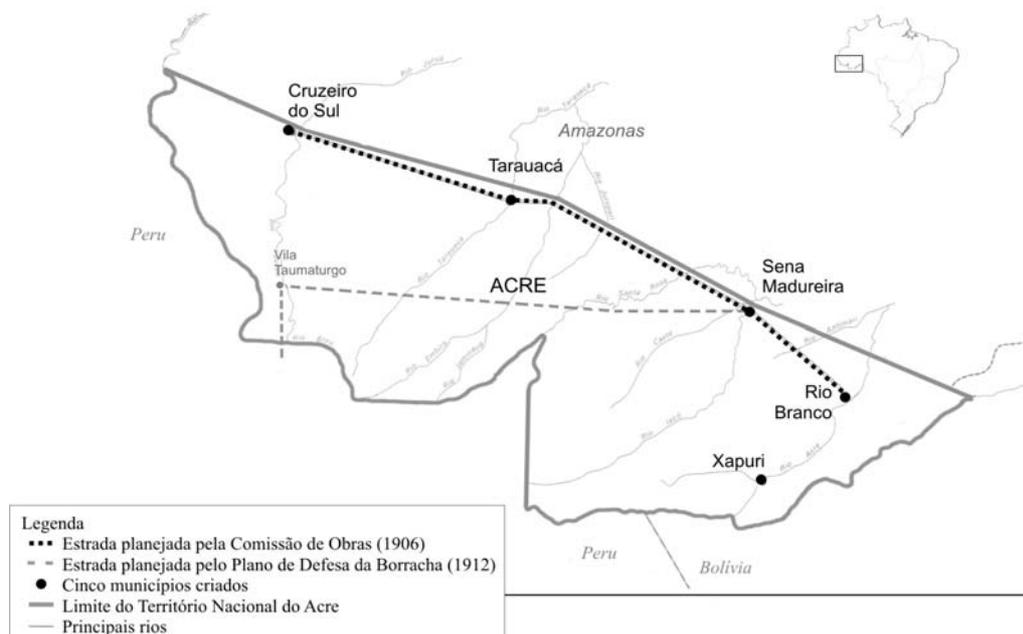
Segundo COSTA (1940), essa estrada, que chegou a ser iniciada, era “ *uma colossal estrada de rodagem, com vinte metros de largura, para sobre ela correrem automóveis velozes*”<sup>63</sup>. No entanto, caminho semelhante já havia sido aberto por um seringueiro cearense, Ângelo Ferreira, com apenas um metro de largura e que só podia ser percorrido durante os seis meses de seca da região.

Outro de seus objetivos era o estabelecimento de vias de comunicação com a região centro-sul do Brasil, por outro lado o transporte fluvial e as relações históricas com Belém e Manaus não foram destacadas ou incentivadas nesse projeto. Além da implantação de infra-estrutura, a Comissão de Obras iniciou também a implantação de serrarias, olarias, ferrarias e a desobstrução dos rios.

---

63 Ibid. p.333.

Mapa 3.10 – Projetos da Comissão de Obras (1906) e do Plano de Defesa da Borracha (1912)



\* Fonte: DNER. Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação, 1986.

No período de 1910 a 1914, durante o governo de Hermes da Fonseca, o Acre passou por uma nova reorganização político-administrativa. Nela foram criados cinco novos municípios: Cruzeiro do Sul/ Juruá, Tarauacá, Sena Madureira/ Purus, Rio Branco e Xapuri<sup>64</sup>.

Neste período ocorreu também a elaboração do primeiro plano implantado no Acre, o Plano de Defesa da Borracha elaborado em 1912. Este plano era na verdade um pacote de investimentos em infra-estrutura e incentivos ao desenvolvimento de atividades econômicas, elaborados como uma tentativa de restabelecer a produção de borracha, que vivia um processo de decadência. Entre outras coisas, o Plano de Defesa da Borracha propunha a implantação de fábricas de artefatos em borracha, a instalação de

64 Três destes municípios já eram as sedes dos departamentos criados em 1903, pela primeira organização político-administrativa do Acre.

estações para o cultivo de seringueiras, o incentivo à imigração, a construção de estradas de ferro de penetração e a interligação e melhoria das condições de navegação.

Um dos principais projetos deste plano era a ligação do Acre via sistema de transporte – partindo de Rio Branco, indo à Sena Madureira e à Vila Taumaturgo e de lá à fronteira do Peru. Assim como a rodovia planejada pela extinta Comissão de Obras Federais, o projeto de ligação do Acre ao Peru também não alcançou sucesso. No entanto, a ambição de alcançar o Peru, presente neste projeto, esteve presente em vários dos planos de desenvolvimento para a Amazônia, até os últimos anos.

Ainda no âmbito dos projetos elaborados pelo Plano de Defesa da Borracha, parte deles foi implantada. Registros de assentamentos para a produção de alimentos foram identificados, assim como a regulamentação das terras devolutas da União. Em 1913 foram instaladas estações de rádio-telegráfico em Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri e em 1918 houve a conclusão do primeiro hospital de Rio Branco. Também em 1918 o Banco do Brasil assumiu o compromisso de compra da borracha produzida na Amazônia.

Em 1920 os municípios do Acre foram organizados em torno de um governo central e Rio Branco se tornou a capital do Território Federal do Acre. Estas mudanças foram provocadas principalmente pelo movimento dos autonomistas, que defendiam a autonomia do Acre e se organizaram, principalmente, nas cidades de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul. Mas estas mudanças também revelavam a dificuldade em integrar os vales dos rios Purus e Juruá, que só se encontravam no Estado do Amazonas, a muitos quilômetros de distância do Acre.

Em qualquer ponto em que se estabeleça a sede de governo, dois terços do território ficarão alheios à vida administrativa, separados da capital pela floresta, pelo labirinto dos cursos fluviais, pela imensidade da distância e pela ausência absoluta de meios de comunicação.<sup>65</sup>

Também em 1920 ocorreu a primeira referência precisa ao contingente populacional do Acre, baseado nas informações do I Recenseamento do Brasil no Acre, que contabilizou 92.739 habitantes.

As primeiras políticas implantadas no Acre sinalizam para um eixo de intervenções baseado na estruturação e consolidação da ocupação do Acre sob a forma de núcleos urbanos. A criação de departamentos e municípios, a concentração dos projetos na estruturação dos municípios, os projetos para a interligação das cidades e até mesmo o incentivo à produção agrícola para a melhoria do abastecimento das cidades, levou à consolidação das cidades, o que asseguraria a ocupação territorial.

Na medida em que ocorriam os investimentos em infra-estrutura e organização dos municípios, os processos migratórios procuravam as cidades, onde os investimentos públicos geravam emprego. Foi neste contexto que foi registrado o primeiro problema de abastecimento do Acre, ocorrido em 1916. Na tentativa de solucionar a questão do abastecimento, o governo do Acre optou por importar parte dos produtos consumidos, concentrar investimentos em programas de colônias agrícolas e implantar infra-estrutura nas cidades.

---

65 COSTA, Craveiro. (1940). **A conquista do deserto ocidental – subsídios para a história do Território do Acre**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940. p.399.

---

As primeiras políticas implantadas no Território do Acre tratavam basicamente a consolidação da ocupação do território através da implantação de núcleos urbanos interligados por vias de comunicação e também o assentamento de produtores em colônias para a produção agrícola. Estas políticas inauguraram um movimento em que as políticas brasileiras para o Acre orientarão sua ocupação territorial na forma de cidades interligadas por uma rede de circulação.

Sob o ponto de vista do contexto nacional, estas políticas estavam diretamente relacionadas aos argumentos da soberania brasileira, o que não coincidia com a concepção de território nacional dominante, em que dominava a descentralização caracterizada pelo federalismo e pela defesa dos interesses da elite produtora de café, que não tinham na integridade territorial uma bandeira ideológica ou política.

Assim como a constituição do Acre como parte do território brasileiro na primeira década de 1900 teve um caráter de exceção, sua estruturação territorial também ocorreu sob a marca da exceção. Neste caso o processo não ocorreu à revelia dos interesses dominantes, ele foi elaborado e implantado pelo Estado brasileiro a partir dos princípios da defesa territorial.

### *3.3.2 – A decadência da produção de borracha*

A primeira década do século XX marca o início do processo de decadência na produção de borracha na Amazônia. No período de 1899 a 1902 a crise do Banco de Nova York e

a crise elétrica alemã, seguidas pela redução da atividade industrial nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, geraram grandes oscilações no preço da borracha no mercado internacional, o que abalou a economia amazônica.

Uma nova retomada era desenhada quando nova crise abalou a economia em 1907. Nos Estados Unidos e na Inglaterra houve uma redução da atividade industrial, na Alemanha afloraram conflitos sociais e as exportações diminuíram. No Brasil bancos e seguradoras foram liquidados.

Apesar das crises internacionais terem abalado os preços da borracha, sua produção na Amazônia manteve-se, e passou inclusive por um processo de crescimento entre os anos de 1905 e 1912, quando a exportação de borracha na Amazônia, atingiu seu auge, 37 mil toneladas.

Tabela 3.2 – Exportação de borracha da Amazônia 1900 – 1920

ANO	QUANTIDADE	ANO	QUANTIDADE
1900	23.650 t	1910	34.248 t
1901	27.940 t	1911	33.518 t
1902	27.120 t	1912	37.178 t
1903	29.076 t	1913	32.141 t
1904	27.086 t	1914	29.925 t
1905	31.887 t	1916	28.305 t
1906	31.364 t	1917	29.217 t
1907	34.452 t	1918	24.713 t
1908	34.270 t	1919	33.252 t
1909	34.700 t	1920	23.586 t

\*Fonte: Santos, Roberto, (1980), História Econômica da Amazônia (1800-1920), QUADRO III –1, p. 217.

Diante da crescente demanda industrial de borracha a Inglaterra buscava uma alternativa à matéria-prima brasileira desde a segunda metade do século XIX. A solução encontrada foi a implantação dos seringais de cultivo na Malásia, que começaram a produzir a partir de 1910. Mas foi a partir de 1911 que o início da comercialização da borracha dos seringais da Malásia abalou a economia amazônica ao derrubar os preços no mercado internacional.

A disputa com a produção malaia era difícil, já que na Amazônia a incidência da árvore era de 1.5 pés/ha, e na Malásia, a incidência era de 200 pés/ha. Já o custo de produção na região amazônica era de 7,5 francos/quilo, enquanto na Ásia era de 3,48 francos<sup>66</sup>. No mercado internacional estes parâmetros significavam a inevitável decadência do consumo da borracha da Amazônia.

A forma extensiva de exploração de borracha na Amazônia e as dificuldades do meio amazônico conduziam a exploração da borracha na Amazônia a um inevitável processo de substituição e decadência. Apesar dos investimentos do Plano de Defesa da Borracha, a produção de borracha amazônica não tinha condições de competir com os preços e com a capacidade de produção da Malásia.

A Tabela 3.3, a seguir, mostra o intenso crescimento da produção de borracha da Malásia em relação às demais regiões produtoras no mundo, e apresenta o movimento de ascensão e queda dos preços da borracha no mercado internacional.

---

66 SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p.235.

Tabela 3.3 – Produção, consumo e preços mundiais da borracha (1900 – 1919)

Anos	Produção (t)				Consumo (t)	Preços <sup>1</sup>	
	Brasil	África e América Central	Ásia	Total		Londres £	Nova York US\$
1900	26.750	27.180	3	53.933	51.581	275,5	1.276,9
1903	31.095	24.830	19	55.944	54.330	275,5	1.390,2
1905	35.000	27.000	171	62.171	65.856	330,7	1.667,4
1907	38.000	30.170	1.323	69.493	68.769	509,8	1.599,7
1909	42.000	24.000	3.685	69.685	70.075	780,8	1.858,9
1911	37.730	23.000	15.800	76.530	88.000	601,7	1.868,7
1913	39.560	21.450	47.618	108.628	112.120	333,0	1.441,4
1915	37.220	13.635	107.867	158.722	156.000	275,6	1.095,0
1917	39.370	13.258	204.251	256.879	285.867	310,6	1.260,6
1919	34.285	7.350	381.860	423.495	381.497	227,4	885,6

\* SANTOS, Roberto, (1980), *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*, QUADRO IX –2, p. 236.  
1-Preços médios de importação nos EUA e Inglaterra.

A oscilação pela qual o preço da borracha passou durante as duas primeiras décadas do século XX, quando a tonelada da borracha sofreu um aumento de cerca de 48% entre 1900 e 1911, e em seguida entrou num período de declínio, sofrendo uma queda de cerca de 52% entre 1911 e 1919, levou ao início do processo de decadência da economia da borracha no Acre.

[...] a evolução da economia mundial da borracha desdobrou-se assim em duas etapas: durante a primeira, encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda, se caracteriza pela produção organizada em bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial.<sup>67</sup>

67 FURTADO, Celso. 1959. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 27ª edição, 2000. p.136.

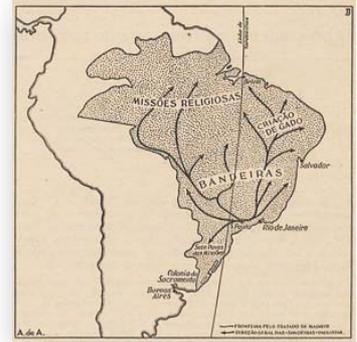
Ou seja, a produção de borracha amazônica supriu a demanda num primeiro momento, enquanto era pesquisada uma alternativa à produção extensiva desta matéria-prima. No segundo momento, a produção da Malásia, organizada de forma intensiva, supriu a demanda internacional de borracha e se transformou no maior produtor mundial de em menos de uma década.

A diminuição do preço internacional de borracha se intensificou a partir da Primeira Guerra Mundial, conduzindo a economia amazônica a um profundo processo de depressão. A crise chegou ao ponto de paralisar a frota fluvial e causar problemas de arrecadação e receita nos órgãos do Território. A partir deste momento a produção de borracha na Amazônia, e em especial no Acre, entrou num inevitável processo decadência.

Esta decadência provocou o primeiro movimento migratório de sentido campo-cidade registrado no Acre. Sem perspectiva de comercialização de sua produção, os seringueiros migravam para as cidades, onde cresciam os investimentos em infraestrutura por parte do governo do Território. Aqueles que permaneceram nos seringais, iniciaram a produção de gêneros para subsistência, “regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical”<sup>68</sup>.

---

68 Ibid. p.140.



#### *4 - A integração do Acre ao espaço nacional - 1930 a 1975*

---

#### ***4 – A INTEGRAÇÃO DO ACRE AO ESPAÇO NACIONAL – 1930 A 1975***

Em 1909, com a definição da fronteira Acre – Peru, a última pendência brasileira de limites, ficou finalmente constituído o território brasileiro. O passo seguinte foi o de integração deste território com vistas à constituição do espaço nacional. Este novo momento foi caracterizado por uma nova concepção sobre o território brasileiro, que agora precisava ser ocupado, estruturado e integrado, de acordo com os princípios do novo momento histórico que teve início em 1930. A partir de então as políticas e planos implantados pelo governo brasileiro conduziram o processo de produção do espaço brasileiro, que deveria ser integrado de acordo com o movimento de expansão do modo capitalista de produção brasileiro.

A integração do Acre ao espaço nacional é parte do processo de produção do espaço brasileiro, no entanto os motivos que sustentaram um e outro não são exatamente os mesmos. No âmbito nacional, este processo fazia parte do movimento de constituição do mercado interno brasileiro e de constituição das condições espaciais necessárias à expansão da forma-mercadoria. No que diz respeito ao processo de integração do Acre, mais do que sua integração ao mercado interno brasileiro, embora isso também tenha ocorrido, ele foi principalmente um resultado da implantação das estratégias de defesa do território e da soberania brasileiras.

Apesar dos argumentos que movem o processo não serem exatamente os mesmos, os instrumentos que promoveram tanto a constituição do mercado interno quanto a

---

incorporação do Acre são basicamente os mesmos, quais sejam, as políticas e planos de desenvolvimento implantados.

O período no qual se deu o processo de produção do espaço no Brasil, tem início na década de 1930 e se estende até meados da década de 1970. Este período foi caracterizado principalmente por um processo de centralização das ações e do poder do Estado e pelo crescimento de sua intervenção na estruturação da economia e do território brasileiro. O principal elemento de intervenção do Estado neste período eram os planos e projetos elaborados a partir de um modelo de planejamento integrado.

O primeiro momento deste período teve início no primeiro governo de Getúlio Vargas, que ao romper com os interesses da elite agrícola dominante e aliar-se aos interesses do processo de industrialização que ascendia, deu suporte a este movimento, onde a produção do espaço era elemento essencial. No entanto, o processo de produção do espaço brasileiro propriamente dito, baseado nos planos de desenvolvimento, só se consolidou a partir da década de 1950 com as políticas de Juscelino Kubitschek e alcançou seu apogeu durante os anos do governo militar brasileiro.

No que toca ao Acre, as políticas implantadas até a década de 60 não alteraram de maneira profunda suas características. Somente a partir desta década as políticas implantadas promoveram sua integração ao espaço nacional e sua ocupação territorial através de núcleos urbanos.

#### ***4.1 – A concepção brasileira da integração do espaço nacional***

A partir da década de 30 a nova concepção do espaço nacional estava baseada nos interesses de constituição do mercado interno com vistas ao desenvolvimento da industrialização brasileira e nas estratégias geopolíticas de defesa do território e da soberania nacionais. O ponto coincidente entre esses interesses era que ambos dependiam da organização espacial dos mesmos elementos para efetivar seus propósitos. Ou seja, ambos dependiam do espaço produzido a partir das cidades, fronteiras, infra-estrutura, sistemas de comunicações e transportes, entre outros.

No processo de produção do espaço que teve início então, a retórica geopolítica se tornou elemento fundamental. Além de promover a integração nacional em nome da soberania brasileira, a geopolítica servia também como instrumento ideológico, escamoteando os interesses dominantes de expansão do mercado interno brasileiro, fazendo parecer que a integração brasileira era uma questão de desenvolvimento nacional e soberania.

A importância dos argumentos geopolíticos ganhou espaço definitivo entre as políticas brasileiras a partir da década de 50, quando os principais formuladores brasileiros do assunto o faziam a partir da ótica de ação do Estado, justamente num momento em que crescia a intervenção do Estado nos diferentes setores da estrutura nacional.

Essas formulações foram influenciadas também pelo ponto de vista militar, uma vez que os principais expoentes do pensamento geopolítico brasileiro eram militares<sup>1</sup> provenientes da Escola Superior de Guerra – ESG<sup>2</sup>. Desta maneira, a concepção de defesa territorial e soberania nacional da ESG permearam parte importante dos planos de integração brasileiros, onde a concepção de soberania era um dos elementos essenciais do Estado.

[a soberania é] o imperativo de manter intangível a nação, assegurando a faculdade de autodeterminação e a sua convivência com as demais nações em termos de igualdade de direitos e oportunidades.<sup>3</sup>

Para alcançar as condições necessárias à defesa e soberania, eram destacados temas como: a integração nacional através das vias de circulação; a ocupação territorial de áreas de baixa densidade populacional como condição de defesa territorial; a função da localização da capital federal na integração do território nacional; a urbanização como instrumento de desenvolvimento e de ocupação territorial; as fronteiras como instrumento de consolidação da soberania brasileira.

---

1 Entre os principais pensadores geopolíticos brasileiros, que elaboraram longamente sobre o tema e influenciaram ou participaram ativamente de um ou mais governos até o final do governo militar brasileiro, estão: o general Travassos e Everardo Backheuser, principais formuladores da década de 30; o general Golbery do Couto e Silva na década de 50; e o general Carlos da Meira Mattos na década de 70. De maneira geral eles defendiam que a concepção geopolítica brasileira, não adotava as concepções expansionistas ou de dominação alemãs. Defendiam que a posição brasileira era “mais flexível e realista, dos que vêm na geopolítica a percepção, o exame e o aproveitamento das influências que a geografia oferece ao destino e ao governo dos povos”. DREYFUSS, René Armand. A noção de soberania da Escola Superior de Guerra. In: OLIVEIRA, E. R. **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Editora Papirus, 1987. p.166.

Retórica ou não, SILVA (1967) definia a geopolítica como “o planejamento da política de segurança de um Estado, em termos de seus fatores geográficos”. In: SILVA, Golbery do Couto e. 1967. **Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. 1981. p. 32.

2 Criada em 1949, a Escola Superior de Guerra foi responsável pela doutrina fundamentada na aplicação do poder nacional. Destacava entre seus temas principais a segurança e a soberania nacional.

3 DREYFUSS, René Armand. 1987. op. cit. Loc.cit.

A partir do foco de interesse desta tese a característica mais importante deste conjunto de temas é aquela que aponta no sentido da ocupação territorial em direção ao interior do Brasil, especialmente à Amazônia, cuja ocupação era julgada dispersa, rarefeita e desintegrada do território brasileiro.

Esta orientação adquiriu posição de destaque, principalmente a partir do Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek de 1956, embora já tivesse sido abordada pelas políticas de Getúlio Vargas. A partir do Plano de Metas houve uma forte concentração dos investimentos na implantação de rodovias e de vias de articulação inter-regional, além da construção de Brasília, que somados forjaram o mercado interno brasileiro e representaram um avanço da ocupação territorial em direção ao interior do Brasil.

No sentido da ocupação e integração do território brasileiro, o projeto mais importante do Plano de Metas foi a mudança da capital brasileira para Brasília e a construção das rodovias que a interligavam ao território brasileiro, se constituindo como o primeiro passo no sentido de uma efetiva integração territorial da Amazônia ao espaço brasileiro e caracterizando a forma como o Estado brasileiro atuou no processo de produção do espaço nacional<sup>4</sup>.

---

4 A proposta de mudança da capital federal datava do momento da Independência brasileira, e parte dos argumentos que sustentavam esta primeira proposta esteve sempre presente nas demais defesas, principalmente aqueles relacionados às estratégias territoriais. Apesar da mudança da capital federal só ter ocorrido um século e meio depois da primeira sugestão, este foi um dos passos mais importantes no sentido de ocupação e integração do território brasileiro.

A primeira proposta de mudança da capital datava de 1821, quando José Bonifácio destacou a necessidade de 'fundação de uma cidade central no interior do país', de onde partiriam estradas para as diversas províncias e portos, levando adiante a 'auto-conquista' e 'auto-colonização' do território brasileiro. Dois anos mais tarde, o próprio Bonifácio batizou-a como Brasília.

De maneira geral, as propostas do século XIX apresentavam Brasília como um agente civilizador do planalto central brasileiro, como prenunciadora de um desenvolvimento invertido, no qual a capital centralizada criaria a civilização no interior do país. O elemento central desta proposta não era apenas o fato de fundar uma nova capital, mas de fazê-lo no centro do território, em área quase desabitada, invertendo o sentido da ocupação econômico-territorial do país, que se concentrava na faixa litorânea.

Em 1891 a Assembléia Constituinte fixou 'o imperativo da construção da nova capital no planalto central', mas a concretização da transferência da capital só ocorreu no início da década de 60, num

[Com a inauguração de Brasília], aproximavam-se da Amazônia o cérebro e o coração do Brasil. O centro das grandes decisões nacionais deslocava-se para perto daquele corpo inarticulado, de 5 milhões de quilômetros quadrados.<sup>5</sup>

Do ponto de vista da estratégia geopolítica, a mudança da capital federal para Brasília tinha diversos significados: como plataforma para a ocupação amazônica; como instrumento de tamponamento das vias de penetração, garantindo a inviolabilidade das fronteiras; como elemento que neutralizaria os efeitos centrífugos das três principais bacias brasileiras; como instrumento de reorientação da rede circulatória nacional; como elemento centralizador do governo e do poder do Estado; como centro de propulsão do desenvolvimento econômico brasileiro, entre outras.

O passo seguinte, a partir da ocupação efetiva e do desenvolvimento econômico do *heartland*<sup>6</sup>, seria a impulsão de uma nova onda de povoamento em direção ao interior, ao norte e ao noroeste. Esta meta geopolítica foi definida por SILVA (1967) da seguinte maneira:

[...] 2ª fase – impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico [sic] brasileiro; e, 3ª fase - inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base no centro-oeste, em ação coordenada com a progressão leste-oeste.<sup>7</sup>

---

contexto de incentivo à industrialização, de apologia às ideologias desenvolvimentistas e de constituição do mercado nacional, sob o governo Juscelino Kubitschek.

5 MATTOS, Carlos de M. 1980. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980. p.72.

6 O conceito de '*heartland*' foi desenvolvido por Mackinder, geógrafo inglês que designou '*heartland*' como o espaço central de um continente ou o coração continental, ao analisar a estruturação territorial da Rússia. '*Heartland*' seria o coração geopolítico da '*world island*', o pólo de poder continental.

7 SILVA, Golbery do Couto e. 1967. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981. p. 131-132.

---

Ou seja, segundo as concepções geopolíticas, a construção de Brasília configurou o *heartland* brasileiro, sendo importante elemento no processo de integração nacional. Por outro lado, respeitados os argumentos geopolíticos, a construção de Brasília forjou, também, um mercado nacional unificado, fruto da industrialização e de uma maior intervenção do Estado no planejamento e na economia. Foi um amplo movimento de centralização e racionalização capitalista do Estado brasileiro.

Após o Plano de Metas os planos para a produção do espaço nacional que se destacaram foram aqueles elaborados pelo governo militar brasileiro, a partir de 1964, onde a integração nacional era o principal objetivo das políticas econômico-territoriais. De maneira geral o elemento principal destes planos era a implantação de uma rede de rodovias, que complementadas por programas de produção econômica e de ocupação territorial, deveriam integrar as áreas mais distantes do território brasileiro, expandindo o mercado interno brasileiro a partir de São Paulo, o centro do processo de industrialização brasileira.

Mapa 4.1 – Principais rodovias pavimentadas em 1955



\*Fonte: SCHIFFER, S. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. 1999. p.92.

Mapa – 4.2 – Principais rodovias pavimentadas em 1975



\*Fonte: SCHIFFER, S. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. 1999. p. 105.

Sustentando a implantação de rodovias que integravam o território brasileiro, expandindo assim o mercado interno e o trabalho assalariado no Brasil, estava o discurso geopolítico, que defendia a integração de regiões menos desenvolvidas no processo de desenvolvimento nacional, em nome do desenvolvimento e da soberania nacionais.

Até 1973 os diversos planos implantados construíram a integração brasileira sob o ritmo do ‘milagre econômico’, num momento de acelerado crescimento econômico, de expansão industrial, crescimento da renda *per capita* e aumento da arrecadação. A partir desse ano, a taxa de inflação voltou a crescer, marcando o início do processo de desaceleração do crescimento brasileiro, cujos reflexos provocaram a diminuição do ritmo do processo de produção do espaço e conseqüentemente do processo de integração do espaço nacional.

#### ***4.2 – A integração da Amazônia ao espaço nacional***

As políticas para a integração do espaço nacional tinham entre seus principais objetivos a integração territorial da Amazônia ao espaço brasileiro. Esta integração era uma das mais importantes estratégias territoriais brasileiras, especialmente por esta se tratar de uma área de fronteira, cuja ocupação dispersa e rarefeita eram diagnosticadas como pontos de vulnerabilidade na defesa do território e da soberania brasileira.

Dessa maneira, antes de considerar a expansão do mercado interno ou da empresa capitalista sobre a Amazônia, embora isso também tenha ocorrido em diferentes porções do território amazônico, as políticas de produção do espaço orientaram o povoamento e a integração territorial da Amazônia ao espaço brasileiro.

Era necessário povoar o ‘vazio demográfico’, incrementar sua densidade populacional, estabelecer vias de comunicações que tirassem do isolamento porções do território amazônico e finalmente consolidar a ocupação territorial através de uma rede de núcleos urbanos e vias de circulação.

Este ponto de vista estratégico sobre a Amazônia pode ser identificado já na década de 30, quando ainda no início de seu governo Getúlio Vargas destacava a necessidade de povoar a Amazônia através da produção agrícola, em detrimento da atividade extrativista, que conferia um caráter dispersivo à ocupação territorial.<sup>8</sup>

[...] o problema capital da Amazônia consiste, porém, em transformar em exploração sedentária a exploração nômade, a que até agora se tem sujeitado as suas riquezas. Para isso é preciso povoá-la, colonizando-a, isto é, fixando o homem ao solo.<sup>9</sup>

Na década de 50, inspirado pelas estratégias geopolíticas, Getúlio Vargas criou os territórios do Amapá, Rio Branco (posteriormente Roraima), Guaporé (posteriormente

---

8 Na década de 40 a densidade populacional média na Região Norte era de 0,41 hab/km<sup>2</sup>, enquanto a média brasileira era quase 5 hab/km<sup>2</sup>. No Acre este índice era igual a 0,52 hab/km<sup>2</sup>, no Pará era 0,77 hab/km<sup>2</sup> e no Amazonas era igual a 0,28 hab/km<sup>2</sup>. In: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil - Acre 1940**. Rio de Janeiro, 1950.

9 VARGAS, Getulio. A nova política brasileira. Vol I. Discurso proferido em Belém, em 27 de agosto de 1933. Apud. MORALES, Lúcia Arrais. 1999. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. Tese de doutorado. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. p.93.

Rondônia), Ponta-Porã e Iguaçu (posteriormente reincorporados aos Estados do Mato Grosso e Paraná). Os argumentos que sustentaram sua ação estavam baseados justamente nas concepções geopolíticas de integridade nacional, na importância da ação mais direta do governo sobre territórios fronteiriços e na necessidade de revitalização destas áreas.

[...] a vivacidade da fronteira é bom indício da vitalidade do país. Raramente uma nação em plena maturidade de energia estatal deixará entrar em depreciação as suas fronteiras. Tornar ativos, em tais faixas, os postos de fiscalização e os órgãos de defesa militar será o sensato objetivo dos governos.<sup>10</sup>

Vargas adotou também uma política de colonização territorial baseada no assentamento para a produção agrícola, no sentido de uma marcha para o oeste - que incluía Goiás, Mato Grosso e os Estados amazônicos. A principal justificativa desta política era o argumento da defesa da soberania nacional, apesar de Vargas não negá-la como um elemento no processo de expansão das forças produtivas brasileiras.

Durante a Segunda Guerra Mundial a demanda pela produção de borracha levou à organização, por parte do Estado Novo, de novos movimentos migratórios do nordeste em direção à Amazônia. Na verdade a retomada da atividade extrativista não coincidia com a política de colonização adotada por Getúlio Vargas, no entanto este era um imperativo de guerra que acabou envolvendo a criação de instituições para a promoção e organização da migração, com vistas ao incremento da produção de borracha. Finda a guerra, este movimento foi encerrado sem que tivesse alcançado seus objetivos com

---

10 BACKHEUSER, Everardo. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1948. p.158.

relação à produção de borracha, apesar de ter promovido a migração de cerca de 35.000 nordestinos, apelidados soldados da borracha<sup>11</sup>.

O olhar sobre a Amazônia ganhou um novo enfoque a partir de 1953, quando foi criada a SPVEA - Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia. Apesar de conceber a Amazônia como um vazio demográfico que deveria ser ocupado especialmente através de pólos de produção agrícola, a SPVEA defendia também a superação da estrutura produtiva amazônica, investindo em infra-estrutura elétrica e de transporte e financiando o desenvolvimento de atividades industriais. Inspirada no acelerado processo de industrialização e de constituição do mercado nacional promovido durante os anos do governo de Juscelino Kubitschek, a SPVEA concebia a Amazônia como território para a expansão do mercado nacional em formação.

No final da década de 50, as estradas implantadas por JK, especialmente a Belém-Brasília, marcaram o início da reorientação do sentido dos fluxos comerciais na Amazônia, cujo movimento se completaria na década de 70. A partir da implantação das rodovias a predominância do meio de transporte fluvial e das relações comerciais com os portos de Belém e Manaus começou a ser reorientada em relação às estradas, que naquele momento interligavam Belém ao centro-sul do Brasil.

Com essa estrada [a Belém-Brasília], a Amazônia se tornava um pouco menos distante dos maiores centros populacionais e, também, parecia mais integrada à sociedade nacional.<sup>12</sup>

---

11 O número de soldados da borracha, migrantes nordestino, é bastante impreciso, inclusive nos documentos oficiais. Alguns documentos mencionam cerca de 30.000 migrantes e outros chegam a 50.000. Para maiores detalhes, ver MORALES, Lúcia Arrais. 1999. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. Tese de doutorado. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

12 IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971. p.156.

A partir do golpe militar, em 1964, a Amazônia se consolidou como a nova fronteira brasileira, dando impulso e forma à meta de ocupação territorial e de integração do espaço nacional. A Amazônia era então a nova fronteira para a expansão do mercado interno, exploração dos recursos minerais, expansão de atividades produtivas, promoção de processos migratórios, expansão da agropecuária brasileira, entre outras. Portanto ela deveria ser ocupada e integrada ao país, especialmente através do adensamento populacional, das vias de circulação e dos núcleos urbanos.

No entanto esta nova concepção escondia em suas entrelinhas, por exemplo, o fato dos processos migratórios servirem não apenas à ocupação territorial amazônica, mas também como alternativa aos problemas sociais e à seca vividos no nordeste brasileiro. Escondia também que parte importante dos produtores migrantes era formada na verdade por pequenos e médios produtores, que fugiam do processo de modernização da agricultura brasileira ao qual eles não tinham condições de se associar, restando-lhes as terras baratas da Amazônia como alternativa.

[...] enquanto o sistema econômico puder crescer de forma horizontal, dilatando sua fronteira e integrando áreas que passariam a funcionar como exportadoras de bens primários, ele [governo brasileiro] pode dar-se ao luxo de postergar o desenvolvimento de regiões-problemas.<sup>13</sup>

Buscando alcançar a meta da integração e ocupação territorial pretendida, destacaram-se os projetos PIN – Programa de Integração Nacional e o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste, implantados na Amazônia no período de 1964 a 1975.

---

13 Ibid., p.254 e 255.

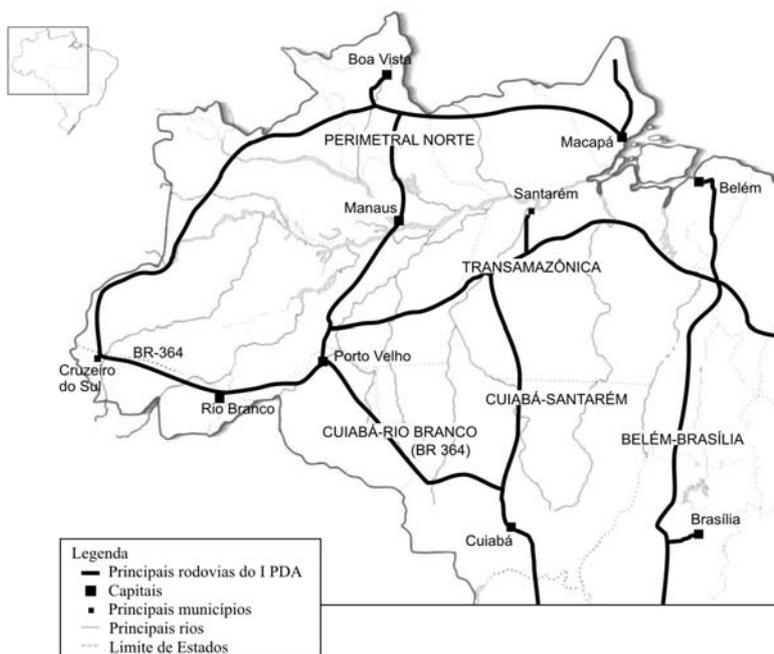
Entre seus objetivos estava a construção de rodovias, entre elas a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá - Rio Branco e a Cuiabá-Santarém, e o assentamento de produtores agrícolas ao longo dessas rodovias. O PROTERRA tinha como diretriz a implantação de pólos de produção agrícola com sentido empresarial e também a consolidação da ocupação territorial ao longo da faixa dos 100 km das rodovias implantadas através dos assentamentos de pequenos e médios produtores.

Mapa 4.3 – PIN – Programa de Integração Nacional  
Rodovias Transamazônica e Cuiabá Santarém



\*Fonte: BRASIL, Presidência. I Plano Nacional de Desenvolvimento. 1971.

Mapa 4.4 – Rodovias projetadas no I Plano de Desenvolvimento da Amazônia



\* Fonte: SUDAM. I Plano de Desenvolvimento da Amazônia. 1971.

A partir de 1973, com o início do processo de declínio do crescimento econômico brasileiro, que tinha nas políticas de produção do espaço um de seus principais pilares, as políticas nacionais para a Amazônia também entraram num movimento de declínio.

### 4.3 - As políticas para a integração do Acre

Com relação ao processo de integração do Acre ao espaço brasileiro, o período de 1930 a 1975, pode ser dividido em dois sub-períodos. O primeiro deles vai de 1930 a meados da década de 60 e é caracterizado pelo processo de decadência da produção de borracha, pelos investimentos públicos no sentido de melhorar a infra-estrutura dos municípios acreanos e pelo episódio histórico conhecido como a ‘batalha da borracha’.

Já o segundo sub-período, ocorrido durante as décadas de 60 e 70, é aquele em que houve a efetiva implantação de planos nacionais de desenvolvimento, que atuaram diretamente no sentido de integrar o Acre à porção centro-sul do Brasil. Este momento foi marcado pela implantação de diferentes projetos de ocupação e organização territorial do Acre, sendo o mais importante deles a construção da BR-364, que liga Rio Branco a Cuiabá.

#### *4.3.1 – A batalha dos soldados da borracha*

Apesar das políticas dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek terem orientado o processo de povoamento e integração da Amazônia, por exemplo através da implantação de colônias agrícolas em Goiás e Mato Grosso ou da construção da Belém-Brasília, no que diz respeito ao Acre tais políticas não chegaram a alcançá-lo.

No período de 1930 até meados de 1960, a política brasileira que provocou maior impacto no Acre foi aquela resultante dos acordos de Washington de 1942<sup>14</sup>, cujos objetivos era aumentar a produção de borracha na Amazônia para suprir a demanda da indústria bélica americana, que sofria com o avanço da dominação japonesa sobre os seringais do extremo oriente<sup>15</sup>. A meta era elevar a produção amazônica das 16 mil

---

14 Os acordos de Washington contemplavam empréstimos de US\$ 100 milhões para o desenvolvimento da produção de materiais estratégicos e matérias-primas indispensáveis à indústria bélica americana. Dentre as matérias-primas presentes neste acordo estava a borracha, que receberia US\$ 5 milhões para serem investidos na melhoria da qualidade da produção e outros US\$ 5 milhões para financiar um programa de saúde e melhoramento das condições sanitárias na Amazônia.

15 O acesso à produção de borracha natural dos países aliados ficou comprometido a partir de 1941, quando o Japão estendeu seus domínios sobre a quase totalidade dos seringais do Oriente.

toneladas produzidas em 1940, para cerca de 70 mil toneladas, no menor espaço de tempo. O compromisso do governo americano era comprar toda a borracha excedente ao consumo interno brasileiro.

Para tal o governo americano e brasileiro criaram um programa de migração do nordeste brasileiro para a Amazônia, que deveria ser organizado e administrado por diferentes organizações criadas pelos dois governos. Eram órgãos que deveriam realizar o recrutamento, transporte, alimentação e assentamento dos migrantes, e ainda comprar e transportar a produção de borracha<sup>16</sup>.

Embalados pela idéia do esforço de guerra, o lema do programa de migração era “Borracha para a vitória”, o que conferiu a esses migrantes a identificação como soldados da borracha<sup>17</sup>. Entre os anos de 1942 e 1945 migraram para os seringais da Amazônia cerca de 60 mil migrantes nordestinos<sup>18</sup>, que coincidentemente eram vítimas de uma rigorosa seca entre os anos de 1941 e 1942.

No entanto esse programa de migração foi marcado por insucessos e pela falta de organização. Os diferentes órgãos criados para administrar o movimento sequer consideravam estratégias baseadas nos melhores momentos para transporte de

---

16 Os órgãos criados foram: CAETA – Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia; CIC – Conselho de Imigração e Colonização; DNI – Departamento Nacional de Imigração; RDC – Rubber Development Corporation; RRC – Rubber Reserve Company; SEMTA – Serviço especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia; SNAPP – Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará; e SAVA – Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico.

17 A partir de 1988 os soldados da borracha foram inclusive reconhecidos pelo governo brasileiro, que lhes concedeu aposentadoria correspondente a um salário mínimo.

18 O número de soldados da borracha migrantes é impreciso, varia entre 35 mil e 60 mil. MARTINELLO (1985) de forma aparentemente mais precisa, discrimina que foram 36.280 homens aptos para o corte da seringa e 19.059 acompanhantes, entre mulheres, crianças e anciões.

migrantes, coleta de látex e transporte da produção, o que provocava inúmeros problemas em todas as frentes do programa. Também ocorreram inúmeras mortes de migrantes nordestinos, cujos registros chegam a indicar que quase metade deles morreu diante das dificuldades encontradas no meio amazônico, onde a malária era a doença mais comum.

Somados os esforços e os insucessos, a produção de borracha amazônica sequer se aproximou da expectativa projetada. Em 1944, ano em que houve a maior exportação de borracha amazônica, este valor foi igual a 21 mil toneladas. Embora tenha sido 100% superior à exportação de 1941, ainda estava bastante distante das 70 mil toneladas pretendidas pela política implantada.

Tabela 4.1 – Exportação de borracha silvestre amazônica – 1901 a 1947

Ano	Quant. (t)	£/t	Ano	Quant. (t)	£/t	Ano	Quant. (t)	£/t
1901	30.241	283	1922	19.855	72	1941	10.734	126
1905	35.393	420	1925	23.537	206	1942	12.204	179
1910	38.547	655	1930	14.138	54	1943	14.575	191
1912	42.286	380	1932	6.224	34	1944	21.192	255
1915	35.165	200	1935	12.370	50	1945	18.887	270
1917	33.998	224	1937	14.732	90	1946	18.159	190
1920	23.587	106	1940	11.835	97	1947	14.510	186

\*Fonte: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além – depois*. 1977. p.252.

Finda a guerra, diante do primeiro carregamento de borracha do oriente o governo americano cancelou os investimentos e os acordos para a produção de borracha amazônica, empurrando a produção da Amazônia de volta à condição de decadência vivida desde 1912.

[...] a volta da matéria-prima oriental ao mercado mundial, em 1946, a preços bastante inferiores aos do similar nacional, circunstância esta agravada pela expansão da indústria da borracha artificial, vulgarmente chamada sintética, e que, apesar de tudo, o governo dos EUA decidiu manter em funcionamento por motivos de segurança nacional, veio tornar completamente insignificante o montante de 30 mil toneladas de borracha brasileira em relação ao total do abastecimento mundial.<sup>19</sup>

A relação entre o movimento de migração dos soldados da borracha e o Acre é estreita, uma vez que aí se localizava parte dos seringais que deveriam retomar sua produção. Apesar de não ter sido possível identificar referências às dimensões do processo neste então Território brasileiro, foi possível identificar que o tipo de organização tradicional nos seringais do Acre, baseada no sistema de aviamento<sup>20</sup>, era o modelo ideal segundo as concepções dos técnicos brasileiros e americanos que dirigiam o programa de migração<sup>21</sup>.

Também entre os migrantes nordestinos o fato do Acre ser rico em espécies de seringueiras era motivo de atração, eles acreditavam que no Acre conseguiriam sucesso.

[...] o Acre ocupava um local nobre na representação que os nordestinos faziam sobre a Amazônia. Lá seria o local do ‘bom seringal’ onde produziriam o suficiente para garantir um ‘saldo’.

---

19 MARTINELLO, Pedro. 1985. **A ‘batalha da borracha’ na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. p. 346.

20 O sistema de aviamento era o sistema através do qual eram fornecidos aos seringueiros, em caráter de adiantamento, os bens e mercadorias necessários à sua sobrevivência, e que deveriam ser pagos posteriormente com a produção de borracha.

21 No tipo de organização do seringal acreano “prevalece o nordestino que depende do patrão para comer, vestir, medicar-s e ter seus instrumentos de trabalho. Além disso, por desconhecer a região, tem menos condições de encontrar outras formas adaptativas e, conseqüentemente, fica quase inteiramente dependente do patrão. [...] Ali predominava a organização empresarial e essa é a razão pela qual esses ‘soldados da borracha’ só permaneceram neles enquanto havia o crédito oriundo da RDC [Rubber Development Corporation]”. In: MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. P.242.

[...] Havia, de fato, um interesse vivo do grupo [de soldados da borracha entrevistados] pelo Acre.<sup>22</sup>

A referência mais precisa ao movimento migratório dos soldados da borracha no Acre se refere ao período do pós-guerra, momento em que a produção de borracha da Amazônia já não era importante. Neste momento, aqueles que não se adaptaram à vida dos seringais ou não tinham como viver ali, migraram de volta à terra natal ou para os núcleos urbanos da Amazônia em busca de alternativa de sobrevivência. Nos últimos anos da década de 40, cerca de 2.000 deles migraram para Rio Branco – que tinha cerca de 10 mil habitantes em 1950 - onde viviam inclusive como mendigos<sup>23</sup>.

Apesar do aparente esforço do governo brasileiro em promover o aumento da produção de borracha amazônica, tal política ocorreu em caráter de esforço de guerra. A forma como se deu este processo e principalmente a forma como os migrantes foram distribuídos em território amazônico não coincidia com a concepção de Getúlio Vargas sobre tal território.

Desde 1930 Vargas apontava a rarefeita e dispersa concentração da população amazônica como uma das mais importantes e vulneráveis características da Amazônia, que deveria ser corrigida através do povoamento organizado em núcleos e da implantação de colônias agrícolas.

Com elementos de tamanha valia [as riquezas naturais entre elas a castanha e a borracha], não mais perdidos na floresta, mas

---

22 Ibid., p.349.

23 MARTINELLO, Pedro. **A ‘batalha da borracha’ na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. p. 381.

concentrados e metodicamente localizados, será possível, por certo, retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. [...] O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça família com saúde e conforto.<sup>24</sup>

No entanto, finda a 2ª Guerra e o segundo mandato de Getúlio Vargas, tanto sua concepção sobre a ocupação da Amazônia quanto o movimento migratório dos soldados da borracha foram abandonados. Em seguida ocorreu a descoberta da borracha sintética, que produzida a partir de um sub-produto do petróleo começou a ser utilizada em substituição à borracha natural.

Até 1953, a borracha natural respondia por quase 60% do consumo mundial de borracha, que é revertido logo em seguida, passando a contribuir com apenas 30% do total desse consumo.<sup>25</sup>

Em 1958, Juscelino Kubistchek liberou a importação de borracha e a criação da FABBOR, fábrica de borracha sintética pertencente à Petrobrás, com capacidade inicial de produção de 40 mil toneladas. Em 1963, o presidente João Goulart taxou em 10% a importação de borracha e elevou os preços da borracha natural, o que levou ao aumento da produção e à redução de seu consumo, uma vez que o governo mantivera os

---

24 VARGAS, Getúlio. Discurso do rio Amazonas. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Edição do Conselho Nacional de Geografia. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1944. p.2.

25 CORDEIRO, Mancio. 1982. **Considerações acerca da nova dinâmica da produção de matérias-primas na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Parnaíba, Campina Grande, 1982. p.33.

subsídios à produção de borracha sintética, resultando no ano de 1965 em um excedente de quase 10% da borracha natural produzida no país<sup>26</sup>.

No início dos anos 60 o Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942 como instrumento de apoio ao movimento da ‘batalha da borracha’, ainda financiou alguns seringais de cultivo no Acre e em Rondônia, no entanto nenhum deles alcançou sucesso. Nos anos que se seguiram, a borracha amazônica continuou seu processo de irreversível decadência, quase beirando a estagnação.

#### 4.3.2 – O momento da integração do Acre – 1964 a 1975

O Acre foi definitivamente alcançado pelo processo de produção do espaço que tomava forma no país a partir da metade da década de 60. Embora as políticas de produção do espaço nacional já estivessem em processo de implantação, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, elas só alcançaram o Acre de forma efetiva a partir dos planos de integração do governo militar.

Dentre as políticas para a integração do Acre, o projeto implantado de maior impacto foi a construção da rodovia Cuiabá - Rio Branco, BR-364, iniciada em 1967. Este projeto era parte do Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, que levou a SUDAM a investir 40% de seu orçamento na área de transportes. Apesar de ainda não estar

---

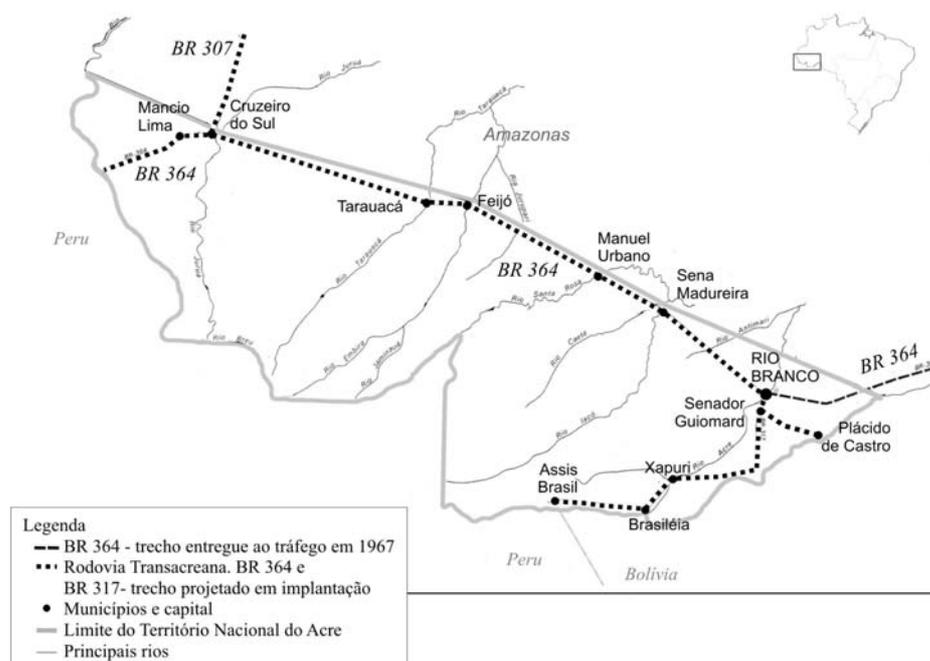
<sup>26</sup> RÊGO, José Fernandes do. 1996. **Amazônia: do extrativismo ao neoeextrativismo**. Universidade Federal do Acre. Mimeo.

pavimentada, a BR – 364 foi considerada em condição de tráfego em 1970, com 1.886 km de extensão.

Durante a implantação deste primeiro trecho, Cuiabá - Rio Branco, sua continuidade, um projeto do programa PIN que previa a ligação de Rio Branco a Cruzeiro do Sul e à fronteira com o Peru, era tratado como importante elemento na consolidação da ocupação desta faixa da fronteira brasileira, inclusive destacando o fato de ser esta a área do território brasileiro mais próxima do oceano Pacífico, distando cerca de 800 km em linha reta.

A Transacreana [BR 364], antevista por Euclides da Cunha, merece aqui especial referência, não seja acaso possível considerá-la como elemento essencial do próprio tamponamento principal da fronteira.<sup>27</sup>

Mapa 4.5 - Rodovia Transacreana – BR-364



\* Fonte: DNER. Mapa rodoviário do Acre, 1986.

27 SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2ª edição. 1981. p. 131-134.

Outros dois programas que alteraram o contexto acreano foram os programas PIN e PROTERRA, implantados a partir de 1967. Estes programas eram destinados à integração territorial, a partir dos eixos de ligação, à criação do mercado interno brasileiro, à distribuição de terras e à implantação de pólos de assentamentos agropecuários e agrominerais.

Através deles foram assentados pequenos produtores agrícolas na faixa dos 100 km das rodovias em execução, principalmente da BR-364 e da BR-317. Os produtores assentados eram pequenos e médios produtores agrícolas migrantes das regiões nordeste e centro-sul do Brasil e deveriam produzir alimentos para abastecimento das cidades da região. Como apoio, eles receberiam a terra e assistência técnica e financeira para o desenvolvimento da produção.

Além das políticas implantadas pelo governo brasileiro, havia também os incentivos promovidos pelo governo do Estado do Acre, que convidava à migração ao Acre através de incentivos fiscais, de infra-estrutura e assistência técnica. O discurso do governador do Acre Vanderlei Dantas, no Primeiro Seminário de Integração Nacional, em 1973, revela a diretriz das políticas acreanas naquele momento:

Divulgamos o Acre, alardeamos suas potencialidades, estruturamos o governo no sentido de melhor atender os interessados, e programamos a construção das obras infra-estruturais necessárias à implantação de projetos industriais, agro-industriais, e agropecuários, [...] o Governo do Estado contempla as empresas consideradas essenciais ao desenvolvimento estadual, com restituição de até cem por cento do imposto de circulação de mercadorias devido[...] Todos os investimentos que se efetivarem no Acre estarão cobertos por um vasto mecanismo de incentivos fiscais, exigindo, portanto, menores inversões, menor capital de giro e conseqüentemente, possibilitando maior rentabilidade[...] Ao se dirigirem ao Acre,

façam do Governo do Estado o seu ponto de apoio, e disponha de toda sua equipe, a partir do governador, todos irmanados no mesmo propósito de bem receber os que nos visitam e de lhes fornecer todas as indicações necessárias às suas opções de investimentos.<sup>28</sup>

Todas essas políticas de incentivos, a melhoria do acesso proporcionada pela BR 364, as notícias de riquezas minerais propagadas pelo projeto Radam e a implantação do PROTERRA provocaram um movimento espontâneo de migração em direção à Rondônia e Acre. Faziam parte deste movimento não apenas os pecuaristas e os agroindustriais, alvos da política de implantação de um corredor de exportação de carne bovina, mas também e principalmente pequenos e médios produtores, que fugiam do processo de modernização agrícola que acontecia no centro-sul brasileiro.

Esse processo levou à intensa demanda de terra no Acre e criou uma nova problemática no Estado. Os posseiros, seringalistas e seringueiros, que viviam da atividade extrativista, que por sua vez vivia um longo processo de declínio, tenderam a vender suas terras por baixos valores e migraram para a periferia das cidades. Como consequência houve um acelerado processo de urbanização e de concentração da posse da terra na área rural.

Como resultado das políticas implantadas a partir de 1964, as principais características do Acre nos primeiros anos da década de 70 já eram muito diversas daquelas de uma década atrás. O Acre estava integrado à região centro-sul brasileira através da rodovia e sua ocupação territorial estava sendo organizada ao longo das rodovias e em torno de núcleos urbanos.

---

28 DANTAS, Vanderlei. Discurso proferido no Primeiro Seminário de Integração Nacional. In: CALAÇA, Manoel. **Característica da pequena produção no Estado do Acre**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1983. p.21.

---

Os processos migratórios em direção aos núcleos urbanos consolidavam uma tendência à urbanização que se confirmaria nas próximas décadas. A transferência da posse da terra para produtores agrícolas ou agropecuaristas associada ao fim do crédito para a atividade extrativista em 1967 selavam a decadência do extrativismo e revelavam a intenção do governo brasileiro de não mais investir ou subsidiar a produção de borracha, pelo contrário, revelava o incentivo ao processo de urbanização.

Esses elementos nos remetem ao processo de produção do espaço nacional cujo objetivo era a constituição do mercado interno brasileiro. No entanto, no caso do Acre, o processo que se deu foi pautado pelas estratégias geopolíticas de integração e ocupação territorial, principalmente por sua localização numa faixa de fronteira brasileira e pelo crescimento da presença da instituição do Estado.

Na verdade, neste período cresceu a presença e os investimentos do Estado no Acre, tanto no âmbito federal quanto estadual, apontando para o crescimento da instituição do Estado como um importante elemento da economia acreana, característica esta que se consolidaria em poucos anos.

A economia do Acre, estruturada desde 1930 até a década de 70, foi baseada sobre os investimentos públicos e sobre assalariamento baseado no emprego na instituição pública. Esta peculiaridade se caracterizou como principal limitador à expansão da forma-mercadoria no Acre, que só se expandia a partir das intervenções públicas e não da expansão das forças produtivas.

---

É justamente pela fundamental presença da instituição do Estado na estrutura econômica do Acre que podemos afirmar que neste processo de produção do espaço as estratégias geopolíticas se sobrepuseram às demais questões. Estas estratégias conduziram o processo acreano principalmente em virtude de suas características de ocupação territorial, rarefeita e dispersa, e por sua localização numa faixa da fronteira, que juntas eram apontadas como ponto de vulnerabilidade para a defesa nacional.

#### ***4.4 - A estruturação territorial do Acre - 1930 a 1975***

A partir das políticas implantadas no período de 1930 a 1975 a ocupação territorial do Acre se organizou ao longo das rodovias em implantação; movimentos migratórios orientados ou espontâneos produziram o adensamento populacional e o processo de urbanização acreano; e o fim das políticas de financiamento da atividade extrativista aliado às políticas de incentivo à atividade agropecuária levou à substituição da atividade extrativista como principal elemento da economia do Estado.

Embora os resultados destas políticas ainda não estivessem consolidados em meados da década de 70, quando começa um novo momento político e econômico brasileiro, nesse momento eles já apontavam em direção à profunda alteração da realidade acreana, revelando o alcance dos objetivos pretendidos pelas políticas implantadas.

#### 4.4.1 – A organização territorial do Acre

Após a organização territorial do Acre durante a década de 1910, poucas foram as políticas implantadas no sentido de organização do espaço até a década de 60. Além da criação de dois novos municípios em 1938, Brasiléia e Feijó, foram implantados alguns projetos de infra-estrutura, construídos prédios públicos e incentivados movimentos migratórios para a produção de borracha durante a 2ª Guerra Mundial.

Embora estas políticas tenham melhorado a infra-estrutura das cidades, proporcionado um incremento populacional e até mesmo sustentado um sutil processo de urbanização da população que fugia de novo movimento de decadência da produção de borracha após o término da 2ª Guerra, não alteraram a essência das características econômico-territoriais do Acre.

A introdução do transporte aéreo na década de 30<sup>29</sup> e a construção de trechos de estradas foram os feitos mais concretos no processo de produção do espaço no Acre neste período. Com relação ao transporte aéreo, embora todos os municípios fossem alcançados por aviões de pequeno porte, eles não contavam com aeroportos e sim com pequenas pistas, de terra ou gramadas, abertas como clareiras no meio da floresta.

As rodovias, por sua vez, contavam com 195 km construídos até o final da década de 50, todas elas em terra batida. Estas estradas ligavam a cidade de Rio Branco (171 km)

---

29 O registro do primeiro avião, na verdade um hidro-avião, a chegar ao Acre data de 1936.

às colônias agrícolas de sua zona rural e à vila Plácido de Castro e ligavam também Cruzeiro do Sul (24 km) à sua zona rural.

Tabela 4.2 – Rodovias acreanas em 1955

MUNICÍPIO	ESTRADA	PROPRIEDADE	EXTENSÃO
Cruzeiro do Sul	- Cruzeiro do Sul a Igarapé Preto;	- Municipal;	12 km
	- Campo da Aviação a sacado;		
	- Cruzeiro do Sul a Leprosário;		6 km
	- Cruzeiro do Sul a Engenho Central;		3 km
Rio Branco	- Rio Branco à vila Plácido;	- Território;	105 km
	- Rio Branco à Fazenda Sobral;		7 km
	- Rio Branco à colônia Dias Martins;		15 km
	- Rio Branco à colônia São Francisco;		12 km
	- Centro da cidade ao aeroporto;		3 km
	- Colônia Apolônio Sales, ramal da estrada para colônia Dias Martins;		12 km
	- Colônia Juarez Távora, ramal da estrada para a colônia Apolônio Sales;		12 km
	- Colônia Alberto Torres, ramal da estrada para a colônia Dias Martins;		5 km
<b>TOTAL</b>			<b>195 km</b>

\* Fonte: Departamento de Geografia e Estatística do Território Federal do Acre – 1952. Apud: GUERRA, Antônio T. *Estudo geográfico do Território do Acre*. IBGE. 1955. p.273.

Com relação às colônias agrícolas, elas se concentravam principalmente no entorno de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, embora também ocorressem nos demais municípios. Parte destas colônias fazia parte do plano para colonização dos arredores de Rio Branco do governo do Território do Acre, que entre 1942 e 1950 implantou cinco colônias, onde eram desenvolvidas a agricultura, a pecuária e a silvicultura.

As colônias formaram-se em antigos seringais e, em 1950 chegaram a abrigar 4.518 pessoas enquanto a parte urbana de Rio Branco já contava com 10.000 habitantes.<sup>30</sup>

Na década de 50 a produção agrícola em Cruzeiro do Sul já era mencionada como importante fonte de renda, sendo superior inclusive à atividade extrativista na vila Japim, onde também já havia referência à criação de gado<sup>31</sup>.

Apesar destas pequenas modificações na estrutura produtiva acreana e mesmo com a elevação do Acre à condição de Estado em 1962, somente a partir de 1964, com a implantação dos planos de desenvolvimento do governo militar brasileiro, as características da economia e da ocupação territorial do Acre foram modificadas. Para tal contribuíram principalmente a implantação da BR-364, no trecho Cuiabá - Rio Branco, os programas PIN e PROTERRA, o fim dos incentivos à atividade extrativista, os incentivos à produção agropecuária e o crescimento da presença da instituição do Estado na economia acreana. Os resultados da implantação destes projetos alteraram de maneira profunda a realidade acreana.

A implantação da BR 364 alterou a orientação da ocupação territorial e o fluxo das relações comerciais do Acre. Até a construção destas estradas, a ocupação humana da região era condicionada pelos fatores geográficos, que orientaram a fundação de seringais e municípios ao longo dos rios e consolidaram suas relações comerciais com os centros de Manaus e Belém, cujo acesso se dava através dos rios.

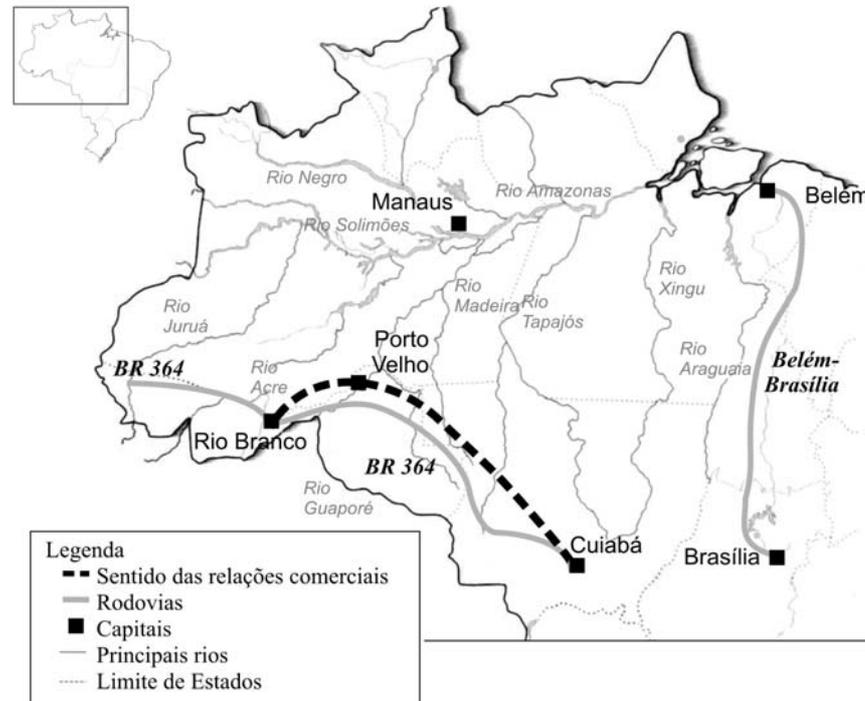
---

30 BEZERRA, Maria José et al. (coord). **Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo – história, povo e cultura**. Rio Branco: Globo, 1993. p.34.

31 GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955. P.114.



Mapa 4.7 - Sentido das relações comerciais do Acre baseadas nas rodovias



\* Fonte: Elaborado a partir de informações do Atlas Geográfico do IBGE, 1984.

A implantação das rodovias alterou também a forma de ocupação territorial do Acre, que passou a se organizar a partir da ocupação da faixa de 100 km destas estradas pelos programas de assentamentos para produção agrícola do PROTERRA, principalmente no trecho Rio Branco – Porto Velho.

Por fim, a construção das rodovias deslocou o eixo de penetração do território acreano dos rios para o leito das estradas, que atravessavam os vales dos rios. Esta modificação determinou a interiorização do povoamento em direção às áreas antes quase inacessíveis, inclusive àquelas de fronteira, cuja estratégia de ocupação era foco das políticas de ocupação territorial do governo brasileiro. Assim era cumprida a meta de SILVA (1967) de tamponamento da fronteira brasileira na Amazônia.

## 4.4.2 – O início do processo de urbanização do Acre

Dentre os resultados das políticas implantadas no período 1930 a 1975, destaca-se a tendência à urbanização no Acre, que se consolidará definitivamente na década de 80. Esta era uma tendência nacional que cujos reflexos no Acre podem ser percebidos desde a década de 50.

Tabela 4.3 – Evolução do processo de urbanização no Acre – 1920 a 1970

População	1920	%	1940	%	1950	%	1960	%	1970	%
<i>Brasil</i>	30.635.605		41.236.315		51.944.397		70.070.457		93.139.037	
Urbana	-	-	-	-	18.782.891	36%	31.303.034	44%	52.084.984	55%
Rural	-	-	-	-	33.161.506	64%	38.767.423	56%	41.054.053	45%
<i>Acre</i>	92.379		79.768		114.755		160.808		215.299	
Urbana	-	-	-	-	21.272	19%	33.998	21%	59.489	27%
Rural	-	-	-	-	93.483	81%	126.210	79%	155.860	73%
<i>Rio Branco</i>	19.930		16.038		28.246		39.996		66.874	
Urbana	-	-	-	-	9.707	35%	17.104	43%	34.474	52%
Rural	-	-	-	-	18.539	65%	22.892	57%	32.400	48%

\*Fonte: IBGE. SIDRA. Censos Demográficos.

No entanto o processo de urbanização no Acre foi caracterizado também por suas peculiaridades históricas, principalmente com relação aos movimentos migratórios. Seu crescimento populacional negativo entre as décadas de 20 e 40 foi reflexo do processo de decadência da atividade extrativista da borracha, abalada principalmente pela ascensão da produção de borracha na Malásia.

Em seguida, já a partir da década de 40, houve dois momentos específicos em que movimentos migratórios encaminharam para o Acre um contingente populacional que não apenas incrementaria a densidade populacional local, mas também contribuiria para a transformação das características deste Estado brasileiro. Estes momentos foram: o esforço para a produção de borracha durante a 2ª Guerra Mundial e o programa para ocupação territorial da Amazônia, principalmente através do PIN e PROTERRA no final da década de 60, quando a propaganda oficial brasileira conclamava: 'Amazônia, ocupar para não entregar'.

Tabela 4.4 – Crescimento da população acreana – 1920 a 1970

	1920	% cresc.	1940	% cresc.	1950	% cresc.	1960	% cresc.	1970
Brasil	30.635.605	34%	41.236.315	26%	51.977.397	36%	70.992.343	31%	93.134.846
Norte	1.439.052	13%	1.627.608	25%	2.048.696	43%	2.930.005	23%	3.603.679
Acre	92.379	- 14%	79.768	43%	114.755	39%	160.208	34%	215.299

\*Fonte: IBGE. Sidra. Censos Demográficos.

A somatória destes movimentos migratórios e a decadência da atividade extrativista – inclusive os problemas de disputas pela posse da terra que surgiam no começo da década 70<sup>32</sup> - provocaram um outro movimento migratório, este dentro do próprio Estado do Acre e com sentido campo-cidade. Foi este movimento que apontou a tendência à urbanização no Acre, especialmente em Rio Branco, onde a população urbana se tornou majoritária já em 1970.

Apesar do processo de urbanização no Acre coincidir com o movimento que ocorria no Brasil, principalmente em Rio Branco, o índice médio acreano ainda era bastante

32 A luta entre seringueiros e pecuaristas que apresentava seus primeiros sinais no começo da década de 70, se tornará um dos mais importantes problemas sociais acreanos durante a década de 80. Este tema será abordado no próximo capítulo.

inferior ao índice nacional, persistindo uma enorme diferenciação entre os indicadores acreanos e aqueles nacionais. Mesmo persistindo tal diferenciação, o processo de urbanização no Acre estava cumprindo um dos objetivos do projeto nacional para o Acre, especialmente aquele cuja estratégia era consolidar a ocupação desta faixa da fronteira brasileira através de núcleos urbanos e de um sistema de circulação e comunicação.

Desta maneira as conseqüências das políticas implantadas devem ser interpretadas como parte destas políticas, algumas eram objetivos declarados, outras objetivos não declarados e outras ainda conseqüências que deveriam ser incorporadas, embora não planejadas.

Isso ocorre especialmente com relação às conseqüências do processo de urbanização em Rio Branco, que provocou o crescimento das demandas de emprego, infra-estrutura, atendimento à saúde e educação, regularização de posse da terra, distribuição de crédito e de gêneros para abastecimento das cidades. Esta pressão sobrecarregava a já precária infra-estrutura local, que na década de 70 tinha 6,2% dos domicílios dotados de abastecimento público de água, 46% deles dotados de fossa séptica para esgotamento sanitário e inexistiam instalações públicas de rede esgoto<sup>33</sup>.

Como conseqüência, em meados da década de 70 já havia registros de um processo de ocupação desordenada da periferia da capital; de demanda não atendida por educação, saúde e infra-estrutura; de crise no abastecimento de gêneros alimentícios, que chegavam a valorar 400% em relação a seu preço original. No entanto os registros mais

---

33 IBGE. **VII Recenseamento geral do Brasil - 1960, VIII Recenseamento geral do Brasil - 1970 e XIX Recenseamento Geral do Brasil - 1980.** Rio de Janeiro, 1960, 1970 e 1982.

graves estavam relacionados aos processos migratórios dos ex-seringueiros e pequenos agricultores, que ocupando a periferia de Rio Branco geravam demanda de terras para produção agrícola.

Este quadro levou o II PDA – II Plano de Desenvolvimento da Amazônia<sup>34</sup>, a sugerir uma contenção dos processos migratórios oficiais para colonização do Acre, especialmente por serem também indutores dos processos migratórios espontâneos que já não eram mais absorvidos e dirigiam para as cidades os contingentes populacionais não incorporados nos projetos de colonização. Segundo o II PDA, “[...] o processo de colonização oficial planejada gera uma colonização espontânea indisciplinada mais que proporcional à primeira.”<sup>35</sup>

Mas em meados da década de 70 já não eram apenas os processos migratórios orientados que atraíam contingentes populacionais. As cidades também passaram a exercer atração, especialmente sobre a população rural do Acre, devido aos empregos gerados pelos investimentos públicos. Desta maneira, a implantação de infra-estrutura criava a oferta de empregos que atraía para a cidade aquela população rural que vivia um processo de decadência econômica que já duravam décadas.

No processo de incorporação do Acre ao espaço nacional, a instituição do Estado foi responsável pela assistência técnica e creditícia, pelo fornecimento de infra-estrutura, pelo apoio à comercialização da produção, pelo suprimento dos serviços de saúde, educação e saneamento, pelos incentivos ao desenvolvimento e consolidação de

---

<sup>34</sup> O II PDA, foi elaborado a partir do II Plano de Desenvolvimento Nacional – II PND.

<sup>35</sup> SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Ministério do Interior. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia** - Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 1979). Belém: SUDAM/ FACE, 1976. p.13.

atividades econômicas, pela promoção do processo de urbanização e até mesmo pela oferta de emprego.

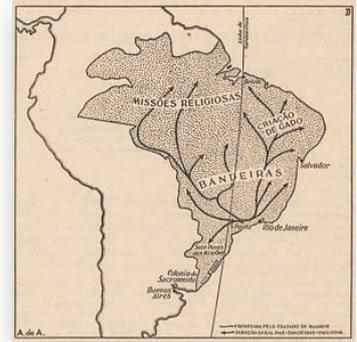
A instituição do Estado foi o principal investidor, o supridor de serviços públicos e empregador deste processo. Na verdade o Estado foi sempre elemento central da história do Acre. No entanto, a partir da década de 60 sua importância se intensificou, especialmente com a implantação dos planos de desenvolvimento, que além de orientarem a ocupação territorial, consolidaram a estrutura da economia local sobre a instituição do Estado.

Apesar das políticas econômicas implantadas incentivarem o desenvolvimento de atividade econômica, principalmente a atividade agropecuarista foi incentivada em detrimento da antiga atividade extrativista, a atividade de maior peso na economia acreana, nas décadas de 60 e 70, eram os investimentos públicos que justamente promoveram a estruturação da economia estadual sobre a própria instituição do Estado.

[...] se o crescimento econômico da Amazônia, nos últimos trinta e cinco anos [1960 – 1995] tem um enigma, este enigma tem uma solução e a solução se chama governo, setor público, empresas estatais, bancos oficiais de fomento, superintendências de desenvolvimento. Atrás da obra pública, vinha o crédito barato, o incentivo fiscal, a nova fábrica – e as pessoas. O Estado foi o grande responsável, inclusive pelo desbravamento mineral da região, embora os aspectos bizarros do processo (vide Serra Pelada, ou os garimpos clandestinos) sejam obras da iniciativa privada.<sup>36</sup>

---

36 SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Ministério do Interior. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia: 1960/1995**. Belém: SUDAM/ FADE, 1997. p. 17.



***5 - A consolidação do Acre durante a crise da  
acumulação entravada - 1975 a 2004***

---

## **5 – A CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO ACRE – 1975 A 2004**

O período de 1975 a 2004, em cujo contexto nacional vigorava a crise da acumulação entravada, ficou caracterizado no Acre como o período em que foram consolidados os resultados das políticas implantadas no período anterior.

Dentre estes resultados destacam-se: o processo de urbanização; a organização territorial baseada nos eixos rodoviários e nos núcleos urbanos; a importância da instituição do Estado como elemento estrutural da economia acreana e a ascensão da ideologia ambientalista como diretriz das novas políticas implantadas no Acre, em substituição à antiga orientação geopolítica.

Estes resultados, aliados às políticas que continuaram em processo de implantação, apesar do contexto brasileiro de retração econômica, consolidaram além da integração do Acre ao espaço nacional, as novas características econômicas e territoriais deste Estado brasileiro.

### **5.1 – A produção do espaço nacional durante a crise da acumulação entravada**

O auge do processo de desenvolvimento que caracterizou o período do ‘milagre econômico’ brasileiro aconteceu em 1973. A partir deste ano a taxa de inflação voltou a

crescer e a dívida externa brasileira quase quadruplicou, ao que somamos a crise mundial do capitalismo, em que o aumento do preço do barril de petróleo era um de seus reflexos. Como resultado, a economia brasileira ficou profundamente abalada, marcando o início do processo de desaceleração do crescimento brasileiro.

Em 1976, o abandono do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND marcou definitivamente o fim do período do ‘milagre econômico’ brasileiro, tendo início um período de retração econômica caracterizado pelo esgotamento do estágio extensivo do modo de produção/acumulação brasileiro e pela reimposição dos mecanismos de entrave ao desenvolvimento brasileiro.

Apesar dos sinais da crise que tomava forma, na última metade da década de 70 a economia brasileira continuou avançando, porém em ‘marcha forçada’<sup>1</sup>, o que se deu em virtude dos altos índices de crescimento do período anterior e também em virtude dos investimentos de 1974, que garantiram mais cinco anos de crescimento.

Nos anos seguintes, a retração econômica conduziu ao estado de estagnação econômica que deu origem ao batismo da década de 80 como ‘a década perdida’, e se estendeu também por toda a década de 90, o que levou à correção para ‘as duas décadas perdidas’. Estas décadas foram caracterizadas principalmente pelo esgotamento do modo extensivo de produção, pela estagnação econômica, pela intensificação das desigualdades sociais e pela reimposição de mecanismos de entrave ao desenvolvimento brasileiro, constituindo assim a crise da acumulação entravada.

---

1 CASTRO (1985) sustenta esta análise baseado nas taxas de crescimento de 7,1% da indústria de transformação e de 8,5% da indústria de bens de capital, no período de 1974 a 1980.

À crise da acumulação entravada somou-se a ideologia neoliberal e ambientalista, que ascendiam mundialmente e que lentamente foram incorporadas e passaram a orientar a concepção e as políticas para o espaço brasileiro. O neoliberalismo e os neologismos surgidos a partir dele somaram-se e misturaram-se às políticas recessivas em implantação no Brasil, relacionando a crise da acumulação entravada brasileira à onda neoliberal mundial, conferindo-lhe uma aparência de novidade e inevitabilidade.

A partir de então a concepção de espaço brasileiro baseia-se sobre aspectos ecológicos e conservacionistas, alguns dos pilares da ideologia neoliberal. Dentre os neologismos ascendentes destaca-se o ‘desenvolvimento sustentável’<sup>2</sup>, que se tornou ideologia dominante nos anos 90, e que pretendia resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a demanda pelos recursos naturais.

Acontece que, no Brasil, os neologismos das décadas perdidas serviram para encobrir as políticas recessivas implantadas e ainda escamotear as políticas de descentralização em curso. Nessas duas décadas a concepção de espaço nacional foi marcada pela descentralização do território e do poder do Estado brasileiro, no sentido oposto ao da integração ocorrida no período anterior.

Esta fragmentação era um dos elementos de reimposição das condições de entrave ao desenvolvimento brasileiro, atuando num movimento contrário ao de passagem para o estágio intensivo de produção. São bons exemplos da consolidação dos objetivos dominantes de descentralização e de desmonte da estrutura do Estado brasileiro, as privatizações e o municipalismo.

---

<sup>2</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável será abordado no sub-capítulo 5.3 a seguir.

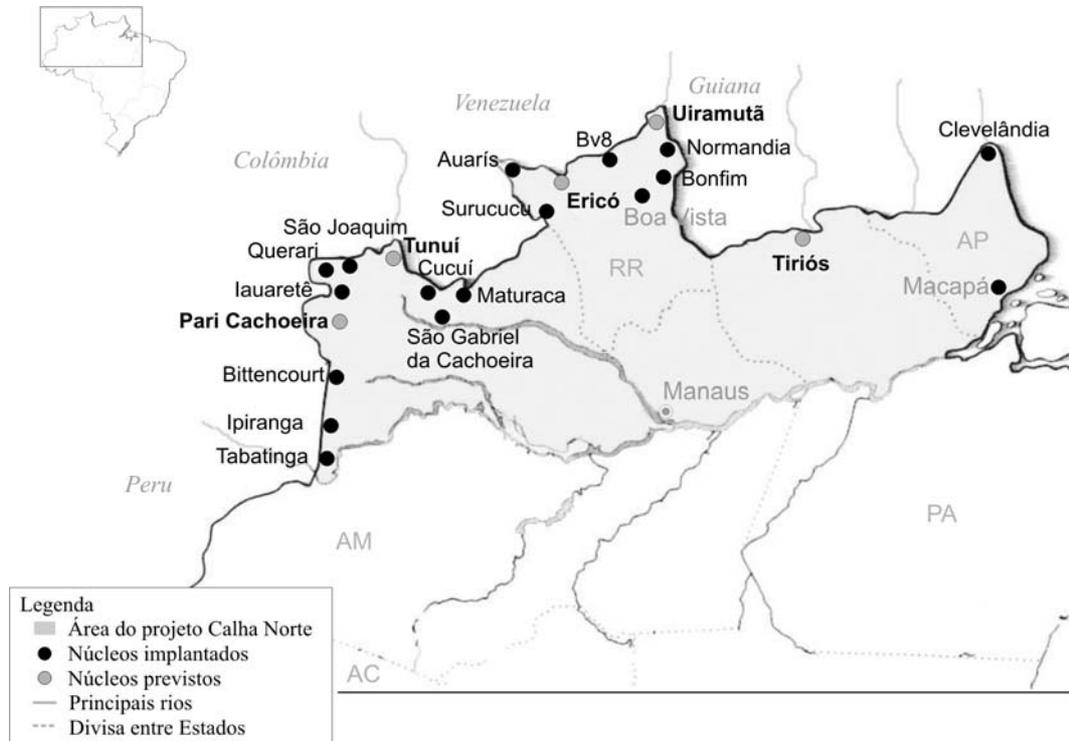
[os fundamentos do municipalismo político do país] enraízam em uma forma historicamente consolidada de controle sobre o espaço nacional, cuja fragmentação interna sempre bloqueou a formação do mercado interno, condição essencial da preservação da relação colônia/ metrópole, e que prosseguiu após a Independência.<sup>3</sup>

A exceção ao processo de descentralização dominante neste período foi o Projeto Calha Norte, elaborado em 1985, com o objetivo de ocupar a faixa da fronteira brasileira na Região Norte através do adensamento populacional e de núcleos urbanos, num molde muito semelhante àquele que se deu no Acre e em Rondônia durante as décadas de 60 e 70. Justificava este projeto o receio da situação vulnerável da fronteira, a ocupação rarefeita da região menos habitada do país e a ameaça do tráfico de drogas e produtos químicos. As propostas deste projeto chegavam inclusive e sugerir a divisão do Estado do Amazonas, para a criação de dois novos Estados além do já existente.

---

3 MORI, Klára Kaiser. 1996. **Brasil: urbanização e fronteiras**. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 119.

Mapa 5.1 – Base do Projeto Calha Norte



\* Fonte: Ministério da Defesa. 1988.

Como reflexo do processo de descentralização política deste novo momento, o Projeto Calha Norte, um projeto elaborado pelo governo brasileiro, não chegou a ser efetivamente implantado, porém também nunca foi abandonado definitivamente.

Nos anos 2000 ele contava com recursos irrisórios, mas suas estratégias de fiscalização e ocupação das faixas de fronteira da Amazônia vez ou outra voltam à tona, principalmente diante das denúncias de que a região por ele abrangida faz parte da rota do tráfico internacional de drogas; ou diante dos problemas criados pelas FARC's – Forças Revolucionárias Colombianas, muitas vezes em sítios próximos à fronteira brasileira, inclusive sob a suspeita de que transitam também em território brasileiro ou

de que o fornecimento de armas a esta organização e também à grupos venezuelanos faz uso dos rios e aeroportos da Amazônia brasileira<sup>4</sup>.

Apesar da exceção promovida pela elaboração do Projeto Calha Norte, a concepção de espaço nacional dominante nas décadas de 80 e 90 era fragmentada e descentralizada. Ela apontava no sentido da diminuição da intervenção do Estado brasileiro em todas as esferas nacionais, dentre elas na condução dos processos de produção do espaço.

## ***5.2 – O Acre durante a primeira década perdida***

A crise da acumulação travada, caracterizada pelo esgotamento do estágio extensivo de produção, pelo abandono do II PND em 1976, pelo contexto de estagnação econômica que intensificou as desigualdades brasileiras e pela reimposição dos mecanismos de entrave ao desenvolvimento brasileiro, modificou o rumo do processo de produção do espaço brasileiro. No entanto, no caso particular do Acre, suas conseqüências não foram tão intensas quanto nas demais porções do território brasileiro.

---

4 BRASIL, Kátia. Colômbia diz ter reconquistado área das FARC. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/06/2004. Caderno Brasil, A9.

Id. Falta de agentes prejudica ação na fronteira. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/06/2004. Caderno Brasil, p. A8.

Id. Greve faz PF desativar postos em fronteiras. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28/04/2004. Caderno Brasil, p.A6.

MAISONNAVE, Fabiano. Coca ameaça Amazônia, afirma Uribe. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 23/06/2004. Caderno Brasil. p. A12.

Id. Colômbia ainda precisa dos EUA por ‘dois ou três anos’. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/05/2004. Caderno Brasil, p. A12.

Id.; BRASIL, Kátia. PF suspeita de envio de munição à Venezuela. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 04/08/2004. Caderno Brasil, p. A12.

MARQUES, Jairo. Governador quer ajuda para conter tráfico. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/10/2003. Caderno Brasil, A18.

Nos últimos anos da década de 70 e por toda a década de 80, enquanto o Brasil mergulhava num período de estagnação econômica, o Acre experimentava momentos de profundas mudanças em sua estrutura econômica e na forma de sua ocupação territorial. No Acre este período ficou caracterizado como o período em que foram consolidados os resultados das políticas implantadas no momento anterior, efetivando a integração territorial do Acre ao espaço brasileiro e também as novas características econômicas e territoriais deste Estado brasileiro.

Dentre estas novas características estavam a introdução da atividade agropecuária, que ascendia como importante atividade econômica acreana; o processo de urbanização que apontava no sentido de tornar-se majoritário; a organização da ocupação territorial do Estado ao longo das rodovias; o processo de expansão do trabalho assalariado, embora largamente baseado sobre a administração pública; a transformação dos seringueiros em trabalhadores rurais, movimento impulsionado principalmente pela introdução da pecuária e pela organização dos seringueiros em sindicatos e cooperativas; e também a consolidação da instituição do Estado como elemento essencial de todos os processos desenrolados no Acre, e inclusive fundamental à sua estrutura econômica.

### *5.2.1 – As políticas implantadas no Acre durante a primeira década perdida*

Apesar da decadência dos planos e projetos de desenvolvimento, as políticas implantadas no Acre no período de 1975 a meados da década de 80 mantiveram basicamente as mesmas diretrizes daquelas implantadas nos anos do milagre econômico

brasileiro. Ou seja, elas continuaram orientando sua ocupação territorial ao longo das rodovias, incentivando o desenvolvimento da atividade agropecuária, orientando a implantação dos projetos de assentamento e investindo na melhoria da infra-estrutura das cidades, respeitadas as adaptações à desaceleração do ritmo dos investimentos.

A partir de 1975 e até 1985, o investimento [na Amazônia] continua a crescer, em termos absolutos, mas se mantém constante, em proporção ao PIB regional.<sup>5</sup>

A mudança percebida, e que podemos apontar logo de início foi o enfraquecimento do discurso baseado nas estratégias e concepções geopolíticas, embora os projetos tenham permanecido os mesmos e nenhuma outra ideologia a tenha substituído imediatamente. Outra mudança, que no princípio parecia sutil, mas que se consolidará ao longo da década de 80, é o de destaque aos programas que incentivam as atividades econômicas, em detrimento daqueles de ocupação territorial, embora estes também não tenham sido abandonados por completo.

Na verdade, os projetos implantados a partir de 1975 eram basicamente os mesmos do II PDA, elaborado em 1975 a partir do II PND. Com relação ao Acre, foram mantidos principalmente os programas PROTERRA e POLOAMAZÔNIA, prevendo a continuidade na implantação de projetos de pólos agropecuários ao longo das BR-364 e BR-317 como forma de consolidar a ocupação das faixas destas rodovias e incentivar o desenvolvimento da pecuária empresarial.

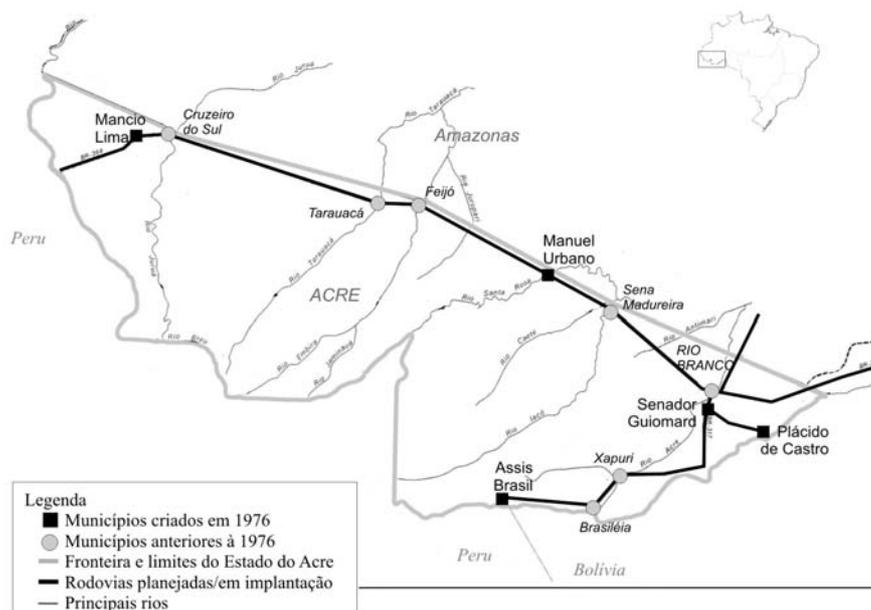
---

5 SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Ministério do Interior. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia: 1960/1995**. Belém: SUDAM/ FADE, 1997. p. 103.

Aliás, a pecuária foi mantida como diretriz principal para a atividade econômica no Acre, tendo continuidade o projeto de formação de um corredor de produção e exportação de carne bovina nos Estados do Acre e Rondônia, a meta deste projeto era a implantação de empreendimentos empresariais, com o objetivo de exportação da produção através do oceano Pacífico. Para tal, o BASA e a SUDAM, os dois principais órgãos financiadores destas políticas, privilegiavam aqueles produtores cujo empreendimento tivesse caráter empresarial, o que provocou a concentração de incentivos entre os migrantes do centro-sul brasileiro.

Com relação à organização territorial do Acre nesse período, além da manutenção da implantação de infra-estrutura nas cidades, foram criados cinco novos municípios em 1976 - Mancio Lima, Manuel Urbano, Senador Guiomard, Plácido de Castro e Assis Brasil, todos eles localizados ao longo das rodovias em processo de implantação.

Mapa 5.2 – Municípios criados em 1976 e principais rodovias acreanas



\* Fonte: DNER, Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação, 1986.

Ainda com relação à organização territorial do Acre, em 1986 o Ministério dos Transportes, através do DNER, elaborou o Mapa Rodoviário do Acre, onde era planejada uma rede de rodovias federais e estaduais que percorria o Estado em todos os sentidos e inclusive estabelecia diversos pontos de ligação com as fronteiras do Peru e da Bolívia. Apesar do plano arrojado, a pavimentação e a implantação de rodovias no Acre durante a década de 80 não variou em relação às décadas anteriores, mantendo-se concentrada no eixo Rio Branco – Cruzeiro do Sul, Rio Branco – Assis Brasil e Rio Branco – Porto Velho.

Por sua vez, o INCRA, em meio ao contexto de implantação das fazendas pecuaristas e cumprindo a meta de implantação dos assentamentos produtivos do II PDA, deu início, em 1977, à implantação dos projetos de assentamento no Acre, implantando o Projeto de Assentamento Dirigido – PAD Pedro Peixoto, numa área de 408 mil hectares onde foram assentadas cerca de 3.000 famílias. A partir de então, até 1987 foram implantados outros sete projetos de assentamento, alcançando cerca de 900 mil hectares desapropriados para a implantação destes projetos<sup>6</sup>.

No mesmo período o governo do Estado também implantou alguns projetos de assentamentos nos mesmos moldes daqueles do INCRA. Em 1980 foi implantado o Projeto Redenção e em 1982 foram implantados os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) Antimary, Campinarana, Aleluia e Mário Lobão.

O III Plano de Desenvolvimento da Amazônia – III PDA, elaborado a partir do III Plano Nacional de Desenvolvimento de 1980, ainda apresentava em sua retórica a necessidade

---

<sup>6</sup> INCRA. **Base de Dados do Departamento de Assentamentos**. D.P. Brasília, 2001.

da efetiva incorporação da Amazônia à economia nacional, considerando ainda a importância da atividade pecuarista e do programa PROTERRA, mas abandonando completamente o discurso relacionado às estratégias geopolíticas.

O III PDA confessava a impossibilidade de oferecer terras e posse regularizada delas aos migrantes espontâneos e também a dificuldade em fornecer financiamentos para produção agrícola. Chegava inclusive a criticar a política do I PND e I PDA, de 1971, que incentivou os movimentos migratórios para ocupação demográfica da Amazônia, atraindo um contingente de migrantes espontâneos descapitalizados, cujo perfil não coincidia com o caráter empresarial pretendido para a atividade pecuarista.

[...] essa política encaminhou para a região um franco contingente de lavradores sem nenhuma dotação de capital próprio, com baixo nível de conhecimentos gerais e viciados em um rudimentarismo técnico.<sup>7</sup>

Com relação às diretrizes de investimentos nas atividades produtivas, o III PDA orientou também a implantação da terceira fase do PROBOR, que levou o Acre a se destacar, em 1982, como o Estado brasileiro que mais plantou seringais de cultivo, "com aproximadamente 30% da área plantada na Amazônia, isto é, cerca de 4.100 hectares"<sup>8</sup>.

Apesar deste indicativo, o resultado deste programa não era animador. Em 1980, quando o PROBOR III era elaborado o PROBOR I e II já estavam concluídos, a

---

7 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Ministério do Interior. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 1979)**. Belém: SUDAM/ FACE, 1976. p.13.

8 CORDEIRO, Mancio. 1982. **Considerações acerca da nova dinâmica da produção de matérias-primas na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1982. p. 42.

produção de borracha no Acre correspondia a 28 mil toneladas, produção esta apenas 10% superior às 25 mil toneladas produzidas em 1970, quando estes programas ainda não haviam sido implantados<sup>9</sup>.

O aspecto de novidade do III PDA, estava na incorporação dos argumentos ambientais que começavam a ser propagados mundialmente, através do estabelecimento de princípios e recomendações gerais de caráter ecológico e conservacionista. A partir do III PND o discurso apoiado nas estratégias geopolíticas que dominaram as políticas brasileiras desde meados de 1930, foi substituído pelo discurso ambientalista que ascendia mundialmente.

Essa nova retórica sugeria atenção à consolidação da ocupação espacial de forma equilibrada, a implantação de política fundiária, o incentivo ao uso intensivo da terra e o incentivo às atividades florestais, especialmente àquelas que preservam os recursos naturais. Para esta tese, a importância destes III PND e III PDA está justamente na introdução do tema meio ambiente entre as diretrizes das políticas nacionais, tema este que, a partir de então, será o eixo das políticas brasileiras para a Amazônia.

Em caráter de exceção, desconsiderando as recomendações ambientalistas e investindo num dos elementos da antiga estratégia de ocupação territorial e integração do Acre ao Brasil, teve início, em 1981, a pavimentação da BR-364, no trecho que liga Rio Branco a Porto Velho. Curiosamente parte deste projeto era financiada pelo Banco

---

<sup>9</sup> Este crescimento se torna ainda menos expressivo ao verificarmos o crescimento do consumo brasileiro de borracha no mesmo período, em 1970 a indústria brasileira consumia 37 mil toneladas e em 1980 este número era igual a 81 mil toneladas, um crescimento de cerca de 120%. In: CORDEIRO, Mancio. 1982. op. cit. p. 50.

Interamericano de Desenvolvimento – BID, um dos principais instrumentos de propagação e sustentação da ideologia ambientalista.

O debate em torno das conseqüências da pavimentação desta rodovia, e do desmatamento que a acompanhava adquiriram notoriedade, culminando na ida do líder seringueiro Chico Mendes a Miami e Washington, em 1987. Nos Estados Unidos, Chico Mendes denunciou ao Congresso americano as políticas que estavam sendo implantadas pelo governo brasileiro, com o financiamento do BID, e que resultavam no desmatamento na Amazônia<sup>10</sup>.

Exceções à parte, sob as luzes da ideologia ambientalista do início da década de 80, o INCRA implantou, em 1986, o Plano Regional de Reforma Agrária com enfoque sobre as peculiaridades e potencialidades locais. Neste plano o INCRA criou a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista - PAE's, orientado para assentados provenientes da atividade extrativista tradicional, numa tentativa de amenizar o conflito entre seringueiros e os novos fazendeiros surgidos a partir da introdução da atividade pecuarista. A partir de 1986 e até 1991, quando o conceito dos PAE's foi redefinido, foram implantados no Acre seis deles, em cerca de 174 mil hectares, e cinco PA's – Programas de Assentamentos em cerca de 78 mil hectares<sup>11</sup>.

Em meados da década de 80 os financiamentos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, também já refletiam a influência da nova

---

10 O resultado desta denúncia foi a suspensão do desembolso das parcelas restantes deste financiamento um mês após a denúncia.

11 INCRA. **Base de Dados do Departamento de Assentamentos**. D.P. Brasília, 2001. O número de famílias nestes projetos oscila bastante, principalmente em função da evasão.

ideologia. Em 1988 ele financiava programas de desenvolvimento econômico comunitário em três reservas extrativistas acreanas, embora elas só tenham sido criadas definitivamente em 1991. Os financiamentos do BNDES estavam voltados ao incentivo à comercialização e à fixação do seringueiro através da construção de sedes de cooperativas, galpões para armazenamento e galpões comunitários, abertura de ‘varadouros’<sup>12</sup> para o escoamento da produção e aquisição de barcos e caminhões.

Sistematizadas as principais políticas implantadas no Acre no período, podemos verificar que tais políticas continuaram orientando o processo de produção do espaço no Acre. Principalmente através da estruturação da atividade econômica produtiva, tanto através dos investimentos na atividade agropecuária quanto através dos programas de assentamentos do INCRA; através da consolidação da integração do Acre ao centro-sul brasileiro através do asfaltamento da rodovia BR-364; e através da consolidação dos núcleos urbanos acreanos, não apenas através da implantação de infra-estrutura, mas também através da criação de municípios e do processo de urbanização da população acreana.

### 5.2.2 – As atividades produtivas e a introdução do trabalho assalariado no Acre

O desenvolvimento da atividade agropecuária era um dos principais objetivos das políticas implantadas no período 1975 – 1980, em continuidade à política de incentivo à pecuária do período anterior. Sustentavam esta política principalmente a manutenção

---

<sup>12</sup> Varadouros são as trilhas abertas dentro dos seringais e entre eles, através dos quais se estabelecem as relações entre o seringais e principalmente se escoam a produção.

das linhas de créditos do BASA e SUDAM, cuja cessão para a atividade extrativista, no final da década de 60, foi essencial na consolidação da atividade agropecuária no Acre em detrimento e em substituição da atividade extrativista.

A cessão de linhas de crédito do BASA para a atividade extrativista tem importância para o desenvolvimento da pecuária no Acre principalmente porque, dentro do contexto de decadência que a atividade extrativista vinha vivendo, ela foi o elemento que finalmente provocou o abandono ou a venda dos seringais nativos a preços irrisórios. A partir deste momento houve um grande movimento de transformação dos seringais em fazendas pecuaristas, já em meados da década de 70.

A atividade agropecuária que então se instalava era baseada sobre o modo de extensivo de produção, cujo crescimento estava diretamente relacionado à expansão das áreas de pastagens. Nesse modelo, as ofertas de terras a baixo custo<sup>13</sup> e os financiamentos do BASA e SUDAM proporcionavam perfeitas condições à instalação e desenvolvimento da pecuária no Acre.

O resultado deste processo foi o crescimento de mais de 200% do rebanho acreano na década de 70 e de quase 70% na década de 80, mais ou menos na mesma proporção em que se deu o crescimento das áreas de pastagem, conforme a Tabela 5.1 abaixo.

---

13 A transformação dos seringais em fazendas pecuaristas ocorreu a partir do abandono ou da venda da terra, a preços irrisórios, que fez o valor da terra no Acre ser calculado a partir do valor do quilo da carne. O preço de um hectare de terra equivalia ao valor de treze quilos de carne, o que tornava esta terra extremamente barata para os pecuaristas sulistas e despertava o interesse na concentração de áreas cada vez maiores.

Tabela 5.1 – Rebanho, área de pastagem e densidade ocupacional do rebanho

	1970	1975	1980	1985	1990
Rebanho (cabeças de boi)	72.166	120.143	292.190	334.336	400.085
Área de pastagens (hectare)	63.354	124.104	264.198	326.023	350.000
UA/ha (unidade animal/ hectare)	1,14	0,97	1,11	1,03	1,14

\* FONTE: IBGE. 1998. Censos Agropecuários IBGE 1995-1996.

No entanto, os resultados das políticas de incentivo à atividade agropecuária não se restringem aos resultados diretos alcançados por esta atividade – crescimento do rebanho e da área de pastagem - eles também são refletidos no processo de urbanização e na expansão do trabalho assalariado no Acre. O crescimento da atividade pecuarista estava diretamente relacionado ao movimento de substituição da atividade extrativista, e implicou na expulsão dos seringueiros de seus seringais, que por sua vez migraram em direção às cidades ou permaneceram como posseiros, lutando pelo direito à posse da terra<sup>14</sup>.

Nesse processo, respeitadas as peculiaridades amazônicas, os seringueiros foram introduzidos ao mercado de trabalho, uma vez que até então as características tradicionais de sua atividade econômica lhes colocava numa condição apartada das relações de mercado vigente<sup>15</sup>. Assim os seringueiros se transformaram em

14 A partir da introdução da pecuária os seringueiros foram transformados em trabalhadores rurais ou posseiros, inclusive organizados em sindicatos, buscando sua sobrevivência a partir da posse da terra e do trabalho e renda gerados por esta terra. Na outra ponta deste movimento estavam aqueles seringueiros que diante da expulsão ou das disputas migraram para as cidades em busca de sobrevivência, que será abordado no sub-capítulo 4.2.4.

15 O sistema de aviação, que vigorava como forma de financiamento dos seringueiros, desde o século XIX, foi desenvolvido como um instrumento de financiamento dos investimentos necessários para

trabalhadores rurais organizados, ou trabalhadores urbanos assentados nas periferias das cidades acreanas, ou posseiros em seus antigos seringais, ou, ainda, como pequenos proprietários rurais assentados pelo INCRA.

Aliás, os projetos de assentamento do INCRA também sustentaram a introdução de seus assentados à esfera de mercado. Através dos projetos de assentamentos do INCRA, os pequenos produtores e seringueiros assentados recebiam áreas entre 15 e 100 ha., onde deveriam desenvolver atividade agropecuária e extrativista, no caso dos projetos de assentamentos extrativistas.

De 1977 a 1990 foram implantados quinze projetos de assentamentos no Acre, numa área de aproximadamente 1,04 milhões de hectares, com capacidade para assentamento de cerca de 9.400 famílias. Dentre os projetos implantados estavam os PAD's – Projeto de assentamento dirigido, os primeiros a serem implantados; os PA's – Projetos de Assentamento; os PAE's – Projetos de assentamento extrativistas, que sob as inspirações ambientalistas consideravam esta atividade como uma das atividades econômicas que deveriam ser desenvolvidas pelos assentados.

---

arregimentar mão-de-obra seringueira. Através do aviamento os bens e instrumentos necessários à sobrevivência dos seringueiros eram adiantados e deveriam ser pagos posteriormente com a produção de borracha. Através deste sistema os seringueiros contraíam dívidas e comprometiam seus ganhos com os próprios patrões, colocando-se numa condição de permanente endividamento, que fez Euclides da Cunha retrata-lo da seguinte forma: “[...] o homem, ao penetrar as duas portas que o levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. [...] nas paragens exuberantes das héveas e castilhoas, o aguarda a mais criminoso organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo. [...] o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”. In: CUNHA, Euclides da, 1914. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. P. 12-13.

Tabela 5.2 – Assentamentos do INCRA no Acre – 1977 a 1990

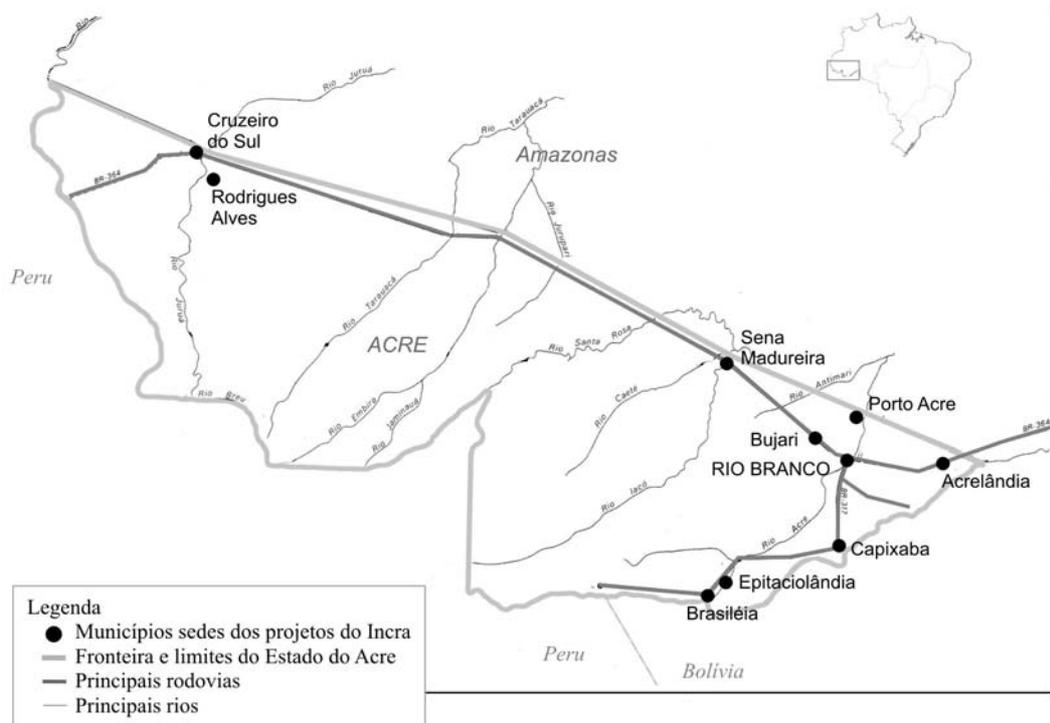
	<b>Ano de criação</b>	<b>Projeto</b>	<b>Município</b>	<b>Área (ha.)</b>	<b>Capacidade (famílias)</b>
1	1977	PAD Pedro Peixoto	Rio Branco	317.588	3.804
2	1977	PAD Boa Esperança	Sena Madureira	292.000	900
3	1981	PAD Quixadá	Brasiléia	76.447	952
4	1981	PAD Humaitá	Porto Acre	63.861	951
5	1983	PAD Santa Luzia	Cruzeiro do Sul	69.700	629
6	1986	PA Espinhara	Bujari	1.700	31
7	1987	PA Figueira	Rio Branco	25.973	395
8	1987	PA Vista Alegre	Rio Branco	997	35
9	1987	PAE Remanso	Capixaba	39.570	435
10	1988	PAE Santa Quitéria	Brasiléia	44.205	223
11	1988	PA São Pedro	Rodrigues Alves	26.449	351
12	1989	PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	24.898	68
13	1989	PA Pavão	Rodrigues Alves	5.474	50
14	1989	PAE Porto Dias	Acrelândia	22.145	83
15	1989	PAE Riozinho	Sena Madureira	35.896	120

\* Fonte: Departamento de Assentamentos DP do Incra, 2001.

Os projetos implantados pelo INCRA estavam principalmente concentrados no vale do rio Purus, onde também ocorria a maior concentração na implantação das fazendas agropecuárias e também onde ocorria de forma mais intensa a organização dos seringueiros em sindicatos<sup>16</sup>.

16 A localização dos projetos do INCRA sustenta o argumento de que tais projetos serviam também para contornar o problema em torno da posse da terra gerado principalmente pela introdução da atividade pecuária no Acre.

Mapa 5.3 – Municípios sedes dos projetos do INCRA até 1990



\*Fonte: INCRA, 1999.

Outro elemento que também sustentou a incorporação dos seringueiros ao mercado de trabalho foram as ações para a organização dos trabalhadores rurais, que aos poucos transformavam aqueles seringueiros e posseiros dispersos na mata em trabalhadores sindicalizados da agricultura, como veremos no sub-capítulo 5.2.4.

Nesse movimento contribuiu também a identificação dos seringueiros como posseiros, realizada por algumas secretarias e instituições públicas, que sustentavam sua interpretação a partir do argumento de que com a desativação dos seringais os seringueiros permaneceram nas terras dos antigos seringais, o que os caracterizava como posseiros com direito à posse da terra, onde desenvolveriam seu trabalho e aufeririam sua renda.

Os seringueiros fazem parte, hoje, de um segmento de produtores familiares que apresentam uma economia diversificada baseada em atividades agrícolas, florestais, extrativas e de coleta.<sup>17</sup>

As modificações ocorridas na estrutura produtiva do Acre, principalmente na zona rural, não se limitam ao aspecto do desenvolvimento da pecuária em detrimento do extrativismo ou da expansão do trabalho assalariado. Estas modificações remetem também ao debate sobre a introdução da atividade agropecuária no Acre como parte do processo de expansão do grande capital sobre a Amazônia, argumento presente tanto nas políticas implantadas quanto nas teses sobre o tema.

Especificamente do caso do Acre, o principal argumento que nos faz questionar tal tese é a informação de que entre os anos de 1974 e 1978 a SUDAM aprovou a implantação de apenas quatro grandes projetos agropecuários no Acre, numa área de 160 mil ha.<sup>18</sup>. Também sustenta este questionamento o dado de CORDEIRO (1982), que afirma que entre as onze maiores empresas madeireiras de capital internacional implantadas na Amazônia até 1980, nenhuma delas estava localizada no Acre<sup>19</sup>.

Outro elemento que sustenta tal questionamento é o discurso de 1977 do então governador, Geraldo Mesquita, em que denunciava como uma das maiores aberrações no Acre a venda de quase 30% das terras para produtores de outras regiões brasileiras,

---

17 ALEGRETTI, Mary Helena. 2002. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília-DF. 2002. p.31.

18 Apenas no ano de 1977 o INCRA implantou no Acre dois projetos de assentamentos numa área total de 600 mil ha.

19 A implantação da atividade madeireira está diretamente relacionada aos movimentos de desmatamentos, que por sua vez também se relacionam, no caso do Acre, com a implantação da atividade pecuarista e com a implantação dos assentamentos agropecuários.

sem sequer mencionar entre estes produtores a grande empresa ou o capital internacional<sup>20</sup>.

A situação e a classificação dos imóveis rurais no Acre, apresentados na Tabela 5.3 a seguir, é outro elemento importante neste questionamento. Ela indica que na década de 80 tanto a empresa rural quanto o latifúndio por dimensão diminuíram em número absoluto e em extensão de área ocupada, o que derruba a tese da ocupação das terras acreanas pelo grande capital. Até mesmo o latifúndio de exploração sofreu, apesar da sutileza, uma pequena diminuição.

Tabela 5.3 - Imóveis rurais e classificação das áreas do Acre – 1986-1991<sup>21</sup>

Ano	Minifúndio		Latifúndio de exploração		Empresa rural		Latifúndio por dimensão	
	Quant.	Área (ha.)	Quant.	Área (ha.)	Quant.	Área (ha.)	Quant.	Área (h.a)
1986	18.186	875.453	2.098	6.424.019	430	1.284.694	12	3.033.265
1987	18.186	875.453	2.098	6.124.021	430	1.284.695	12	3.033.265
1988	18.597	840.519	2.796	7.356.801	346	560.464	9	742.649
1989	19.443	887.881	2.280	7.205.377	327	409.413	9	2.773.465
1990	20.583	978.503	2.078	6.806.92	381	761.655	4	142.916
1991	20.249	963.349	2.086	6.081.106	341	674.798	3	1.051.776

\* Fonte: SEPLAN. Anuários Estatísticos do Estado do Acre - 1986 a 1991.

Compreendemos então que a expansão da fronteira agrícola no caso do Acre serviu mais para a acomodação daqueles produtores da região centro-sul brasileira,

20 CONGRESSO NACIONAL. **Diário do Congresso Nacional**, Suplemento A, nº157, 6/12/1977. p.15-32. Brasília. 1977.

21 Apesar da ligeira diminuição na concentração de áreas rurais e dos indícios de que o movimento mais importante ocorrido no Acre na década de 80 fora o do crescimento populacional através dos movimentos migratórios e dos projetos de assentamento, o que teoricamente levaria à maior distribuição de terra, a posse da terra continuou concentrada sobre o latifúndio. Em 1991 quase 90% dos imóveis rurais eram minifúndios, mas representavam apenas 11% da área total dos imóveis rurais acreanos. Por sua vez, os latifúndios de exploração ocupavam quase 70% da área total dos imóveis rurais acreanos, no entanto representavam apenas 9% dos imóveis rurais.

especialmente do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, expulsos pela modernização da agricultura brasileira, do que para a introdução do grande capital no Acre.

Já com relação aos seringueiros, compreendemos que o movimento de estruturação da atividade produtiva no Acre e a substituição da atividade extrativista serviram principalmente para a introdução destes seringueiros e posseiros à condição de pequenos proprietários rurais ou trabalhadores rurais ou urbanos, expandindo assim o trabalho assalariado.

No entanto, a mais eficiente expansão do trabalho assalariado no Acre se deu a partir do crescimento da instituição do Estado, que na década de 80 já era o maior empregador do Acre. Na verdade, desde sua organização territorial, em meados da década de 10, a expansão do trabalho assalariado no Acre ocorreu principalmente a partir do emprego nas instituições do Estado. Este processo de assalariamento se deu tanto a partir do ingresso na administração pública como servidor quanto através das empresas que implantavam os projetos e programas das instituições do Estado, destacando-se entre elas o setor da construção civil.

[Na década de 40,] o governo Guiomard dos Santos edificou ou completou obras públicas que deram novo aspecto à cidade, assim como serviram para empregar e ocupar muitos ex-seringueiros e ex-soldados da borracha.<sup>22</sup>

Durante a década de 80 o setor da administração pública teve um contínuo crescimento de sua participação na composição do PIB acreano, passando de cerca de 30% em 1985 para 47,25% em 1990. Assim como ocorreu durante todo o século XX, na década de 80

---

22 GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955. P. 388.

a instituição pública contribuiu não apenas para o assalariamento direto, mas também em outros setores da economia acreana, principalmente na construção civil, responsável pela implantação dos projetos oficiais.

Tudo somado, as políticas implantadas no Acre durante os últimos anos da década de 70 e durante a primeira década perdida consolidaram-no como um Estado majoritariamente urbano; integrado à região centro-sul brasileira através da BR-364, cujo território fora estrategicamente ocupado; onde o trabalho assalariado se expandira, ainda que largamente baseado sobre a instituição do Estado.

Sob o ponto de vista do governo brasileiro, na década de 80, a importância estratégica do Acre já não estava exclusivamente relacionada às concepções geopolíticas. Os resultados das políticas implantadas nesta década apontam no sentido da concepção do Acre como fronteira econômica a ser alcançada, para onde a forma-mercadoria ainda poderia se expandir e onde ganhava força um movimento ambientalista.

No entanto, o fato de a instituição do Estado ter crescido em relação à estrutura econômica local revela que a continuidade dos investimentos externos, ou seja, federais, apontavam no sentido da manutenção das condições de sustentação da ocupação territorial do Acre. Esta posição revela que o ponto de vista estratégico sobre o Acre não fora abandonado, embora também não fosse declarado.

### 5.2.3 – O processo de urbanização no Acre na primeira década perdida

A consolidação do processo de urbanização no Acre ocorreu durante as décadas de 70 e 80, a partir principalmente da migração de sentido campo-cidade realizada pelos ex-seringueiros e pelos migrantes espontâneos provenientes do centro-sul brasileiro.

Embora os incentivos oficiais aos processos migratórios tenham sido abortados já em 1974, no II PND, o movimento migratório espontâneo em direção ao Acre ainda persistiu durante toda a década de 70 e meados da década de 80. Diante da impossibilidade de serem atendidos pelos programas oficiais de assentamentos, esses migrantes se concentravam nas cidades<sup>23</sup>, engrossando o contingente migrante para os centros urbanos, para onde também migravam os seringueiros expulsos de seus antigos seringais.

Foi esse contingente migrante que sustentou o processo de urbanização no Acre neste período. Esse movimento pode ser percebido no crescimento da população acreana e na sua concentração urbana.

---

23 Este movimento contou também com a ajuda do intenso movimento migratório que acontecia em direção ao vizinho Estado de Rondônia, promovido principalmente pelas políticas do governo brasileiro, que tinham basicamente o mesmo caráter daquelas implantadas no Acre, porém com maior destaque para a atividade agropecuária.

Tabela 5.4 – População acreana e percentual de crescimento

	1960	Cresc. %	1970	Cresc. %	1980	Cresc. %	1991
Brasil	70.992.343	31%*	93.134.846	28%*	119.011.052	23%*	146.825.475
Norte	2.930.005	23%*	3.603.679	63%*	5.880.706	70%*	10.030.556
Acre	160.208	34%*	215.299	40%*	301.276	38%*	417.718

\* Valores aproximados.

\*Fonte: Censos demográficos do IBGE.

O dado mais relevante desta tabela está relacionado ao aumento da participação da população da Região Norte no cômputo da população brasileira, o que consolida um dos históricos objetivos nacionais de povoamento da Amazônia<sup>24</sup>. Com relação ao Acre, a participação de sua população no cômputo da população brasileira também aumentou, no entanto de forma mais sutil. A população acreana passou de 0,23% da população brasileira em 1960, para 0,28% em 1990.

Os movimentos migratórios provenientes principalmente do centro-sul brasileiro também provocaram o aumento da densidade demográfica no Acre, que em 1960 era de 1,05 hab/km<sup>2</sup> e em 1991 atingiu 2,74 hab/km<sup>2</sup>. Mas apesar deste índice ser ligeiramente superior ao índice de 2,66 hab/km<sup>2</sup> da Região Norte, em 1991 ele ainda era muito inferior ao índice nacional, que era de 17,26 hab/km<sup>2</sup>.

24 O fato dos índices acreanos terem sido, nas décadas de 70 e 80, bastante inferiores aos índices da região norte, deve-se ao intenso crescimento populacional ocorrido principalmente em Rondônia e Amazonas neste período. Os altos índices de crescimento populacional na região norte nas décadas de 70 e 80 foram provocados principalmente pelo enorme movimento migratório em direção a Rondônia, que na década de 70 viveu uma corrida rumos às áreas de garimpo e a introdução da atividade agropecuária, alcançando um crescimento populacional de 342% na década; e à implantação da Zona Franca e do distrito industrial em Manaus, que, também promoveu o crescimento de 50% da população deste Estado.

Tabela 5.4.1 – População e percentual de crescimento – Brasil, região norte, Acre, Amazonas e Rondônia

	1960	Cresc. %*	1970	Cresc. %*	1980	Cresc. %*	1991
Brasil	70.992.343	31%	93.134.846	28%	119.011.052	23%	146.825.475
Norte	2.930.005	23%	3.603.679	63%	5.880.706	70%	10.030.556
Acre	160.208	34%	215.299	40%	301.276	38%	417.718
Amazonas	721.215	33%	955.203	50%	1.430.528	47%	2.103.243
Rondônia	70.783	56%	111.064	342%	491.025	130%	1.132.692

\* Valores aproximados.

\*Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Tabela 5.5 – Densidade Demográfica no Acre

	1960	1970	1980	1991
Brasil	8,34 hab/km <sup>2</sup>	11,10 hab/km <sup>2</sup>	14,23 hab/km <sup>2</sup>	17,26 hab/km <sup>2</sup>
Região norte	0,76 hab/km <sup>2</sup>	1,09 hab/km <sup>2</sup>	1,76 hab/km <sup>2</sup>	2,66 hab/km <sup>2</sup>
Acre	1,05 hab/km <sup>2</sup>	1,43 hab/km <sup>2</sup>	2,01 hab/km <sup>2</sup>	3,65 hab/km <sup>2</sup>

\*Fonte: Censos Demográficos do IBGE

Por sua vez, os índices de crescimento da população urbana acreana revelam o intenso processo de urbanização ocorrido no Acre nas décadas de 60, 70 e 80.

Tabela 5.6 - População urbana no Brasil, região Norte e Acre

	Anos							
	1960		1970		1980		1991	
	Pop. Urb.	%	Pop. urbana	%	Pop. urbana	%	Pop. urbana	%
Brasil	31.303.034	45,08%	52.097.260	55,94%	80.437.327	67,59%	110.990.990	75,59%
Região Norte	935.319	35,54%	1.626.275	45,13%	3.036.264	51,63%	5.922.574	59,05%
Acre	33.534	21,22%	59.439	27,61%	131.930	43,79%	258.520	61,89%

\* Fonte: IBGE . Censos Demográficos – 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991.

O crescimento da população urbana acreana na década de 70, foi de cerca de 123%, enquanto este índice brasileiro foi de 54%. Além da taxa de crescimento da população urbana acreana ter sido muito superior à brasileira, ela foi também bastante superior à taxa de crescimento da população acreana, que na mesma década foi igual a 40%.

Tabela 5.7 – Taxa de crescimento da população urbana no Acre – 1960 a 1980

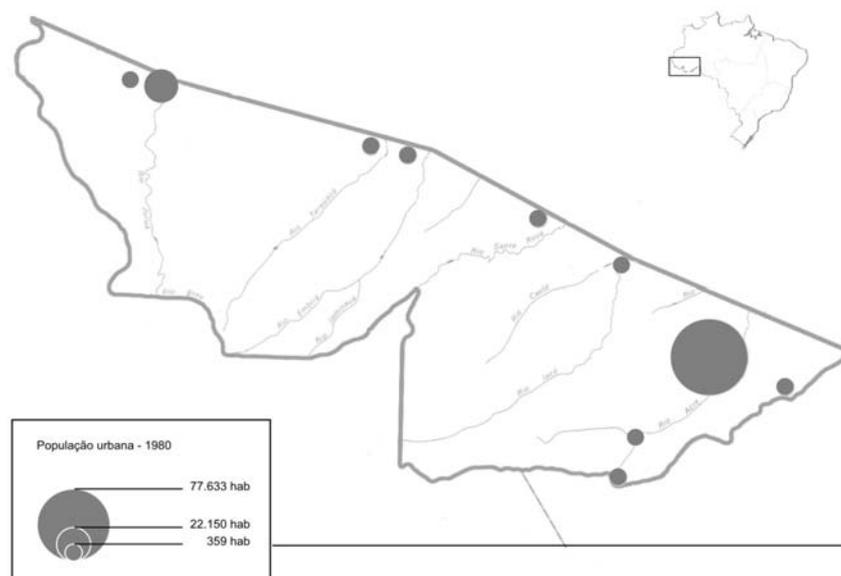
		Décadas		
		60	70	80
Brasil	Pop. total	31%	28%	23%
	Pop. urbana	66%	54%	37%
Região Norte	Pop. total	23%	63%	70%
	Pop. urbana	73%	86%	95%
Acre	Pop. total	34%	40%	38%
	Pop. urbana	76%	123%	96%

\* Fonte: IBGE. Censos Demográficos – 1960, 1970, 1980 e 1991.

A importância da variação entre as taxas de urbanização da Região Norte e do Acre em relação às taxas brasileiras está principalmente no fato de que ela revela a continuidade do processo de produção do espaço na Amazônia, mesmo diante do contexto nacional de estagnação econômica e de diminuição da implantação de políticas nacionais.

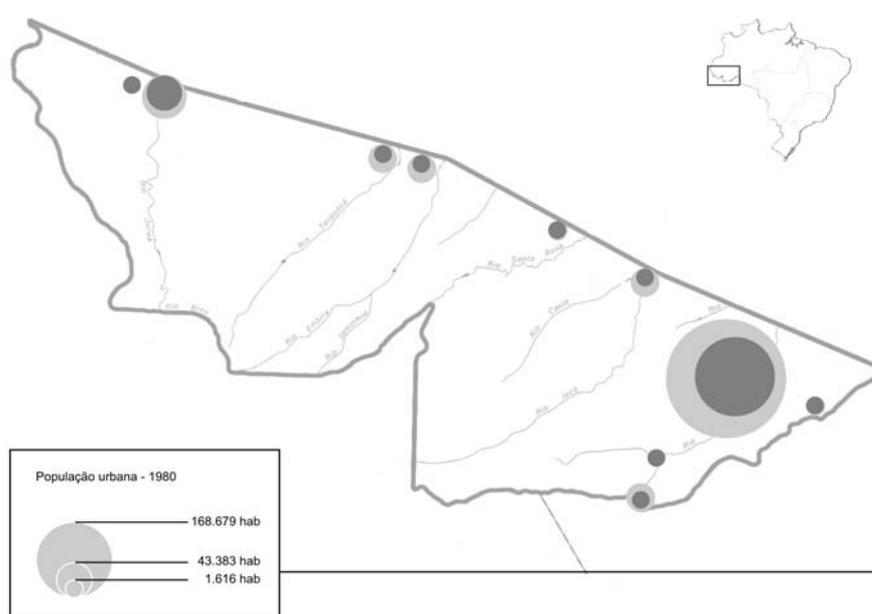
O exemplo mais evidente desta condição é o contínuo crescimento da população total e urbana na Região Norte, e especialmente no Acre, quando na média brasileira este índice apresentava um movimento descendente. Neste movimento, as políticas que continuaram em processo de implantação no Acre levaram à maior proximidade entre os índices acreanos e brasileiros, embora ainda persista a diferenciação.

Mapa 5.4 – População urbana acreana – 1980.



\*Fonte: ACRE. ZEE. População Urbana – 1980. V. II, p.63.

Mapa 5.5 – População urbana acreana – 1991.



\*Fonte: ACRE. ZEE. População Urbana – 1980. V. II, p.63.

O resultado destas políticas pode ser percebido também através do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado – IDH, que reflete os investimentos públicos em infra-estrutura, educação e saúde. Em 1970 o IDH acreano era 0,376, em 1991 ele chegou a 0,662<sup>25</sup>.

Tabela 5.8 – IDH do Estado do Acre – 1970, 1980 e 1991.

	1970	1980	1991
Acre	0,376	0,506	0,662

\* Fonte: IPEA (2000).

Os índices do IDH são interessantes porque através deles é possível questionar a retórica oficial acreana de que as más condições de vida no Acre, especialmente na periferia das cidades, são resultados da implantação dos projetos do governo brasileiro nas décadas de 60 e 70.

É verdade que a partir das políticas implantadas houve um processo de urbanização que levou à ocupação da periferia de algumas cidades acreanas, especialmente Rio Branco, onde a demanda por infra-estrutura e emprego era bastante intensa. No entanto, o que os índices do IDH nos sugerem é que os resultados das políticas de desenvolvimento implantadas promoveram também um movimento ascendente no sentido de melhoria das condições de vida no Acre, principalmente no que diz respeito à infra-estrutura, educação, saúde e poder de compra.

A verdade é que o processo de urbanização acreano faz parte do processo de urbanização brasileiro, iniciado nas primeiras décadas do século XX. Este movimento

---

25 O IDH mede o poder de compra, a expectativa de vida e o índice de analfabetismo. Seu marcador varia de zero, onde não há desenvolvimento humano, até um, onde o desenvolvimento humano é ideal.

---

foi promovido principalmente pelo objetivo da expansão do mercado interno brasileiro, e se materializou com a implantação das políticas brasileiras de produção do espaço, que estabeleceram as condições necessárias à expansão do modo capitalista de produção, do trabalho assalariado e da forma-mercadoria.

No entanto, no caso do Acre, o processo de urbanização ocorreu, num primeiro momento, principalmente em virtude das estratégias geopolíticas que dominavam as políticas aí implantadas nas décadas de 60 e 70. Com relação à expansão do mercado interno brasileiro, neste primeiro momento ele se deu de forma secundária, a partir das condições criadas pela implantação das estratégias de defesa e ocupação territorial dessa faixa da fronteira brasileira, no entanto condicionado à expansão do trabalho assalariado, que era largamente baseado sobre a instituição do Estado.

Compreendemos então que o processo de urbanização acreano não deve ser interpretado como uma conseqüência desastrada dos planos implantados. Pelo contrário, ele é exatamente o resultado almejado por tais planos, que nas décadas de 60 e 70 objetivaram a integração territorial do Acre, e nas décadas de 70 e 80 investiram na consolidação das atividades econômicas e da urbanização acreana, num movimento de consolidação da integração do Acre ao espaço nacional.

#### 5.2.4 – A organização dos seringueiros

Os últimos anos da década de 70 marcaram o início do movimento de organização dos seringueiros acreanos. Este movimento foi provocado pela introdução da atividade agropecuária no Acre, cujo processo foi marcado pelo movimento de expulsão dos seringueiros de seus antigos seringais.

Quando os seringalistas<sup>26</sup> vendiam ou abandonavam seus seringais, os seringueiros ali residentes se viam na iminência de uma expulsão, pois os novos proprietários pretendiam as áreas desocupadas. Já que não eram proprietários, os seringueiros não tinham direito às indenizações ou à posse da terra, restando-lhes poucas opções. Alguns seringueiros permaneceram nos seringais como autônomos ou posseiros, na esperança de receberem uma concessão de terras do INCRA. Outros migraram para as cidades em busca de uma alternativa de sobrevivência<sup>27</sup>.

Foi neste contexto que teve início um movimento de organização dos seringueiros acreanos, cujo objetivo era a resistência à desocupação das terras, a defesa do direito de posse da terra por eles ocupadas e o direito ao exercício de sua atividade produtiva tradicional, o extrativismo. Esta organização se deu principalmente a partir da intervenção da igreja católica, através da Pastoral da Terra que esteve presente entre os

---

26 Seringalistas eram os proprietários dos seringais onde os seringueiros trabalhavam na extração do látex.

27 Há registros de migrações em direção aos seringais da Bolívia, no entanto são apenas menções e os números referente a eles são por demais imprecisos.

seringueiros desde o início dos anos 70, e da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, cuja primeira delegacia no Acre foi instalada em 1975<sup>28</sup>.

Com isso, mesmo nos seringais tradicionais, aos poucos, devido à atuação da Igreja, da CONTAG e dos sindicatos, os regulamentos dos seringais vão cedendo lugar à lei.<sup>29</sup>

Alguns resultados do processo de organização dos seringueiros foram a sindicalização dos seringueiros e o movimento conhecido como ‘empate’, quando os seringueiros organizados em grupos dirigiam-se às terras que iriam ser desocupadas e desmatadas pelos pecuaristas, colocando-se em linha e impedindo, no falar acreano, ‘empatando’, a derrubada da floresta. O primeiro empate ocorreu no Seringal Carmem na cidade de Brasília, em 1975. Entre 1975 e 1988 ocorreram quarenta e cinco empates entre Brasília e Xapuri, resultando em nove mortes<sup>30</sup>.

As especificidades desta luta colocavam seringueiros e pecuaristas em campos opostos, principalmente com relação ao uso da floresta e seu desmatamento. Para os seringueiros a permanência na floresta era sua forma de sobrevivência, uma vez que sua principal atividade produtiva, o extrativismo da borracha, era dependente da existência da floresta. Já para o fazendeiro, a introdução da pecuária extensiva dependia da plantação do pasto, para a qual era necessária a derrubada da floresta.

---

28 A partir do apoio e organização destas duas entidades, em 1978 já existia um Sindicato do Trabalhador Rural em cada um dos doze municípios acreanos, onde os seringueiros eram esclarecidos sobre seus direitos, recebiam assistência jurídica e eram organizados.

29 DUARTE, Élio G. 1987. **Conflitos pela terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, Mimeo, 1987. p.74.

30 CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmem: era uma vez um seringal**. 2002. 134 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

De sua parte, o INCRA tentava regularizar a condição dos seringueiros, o que não era simples. Para regularizar a posse da terra aos seringueiros o INCRA deveria enquadrá-los como posseiros que, segundo o Estatuto da Terra de 1964, eram aqueles trabalhadores que haviam ocupado a terra por mais de um ano, desde que a terra fosse cultivada e tivesse recebido benfeitorias.

No entanto, no caso dos seringueiros não havia áreas expressivas de cultivo, uma vez que a agricultura era praticada apenas para subsistência, as estradas de seringa não eram consideradas benfeitorias e a limitação a 100 ha. de terra dos projetos do INCRA era inferior aos cerca de 300 ha. necessários ao desenvolvimento da atividade extrativista tradicional.

Na medida em que aumentava a pressão pela introdução das fazendas de gado aumentava também o poder e a organização dos sindicatos rurais, e conseqüentemente os empates. Foi no contexto de crescimento da resistência seringueira que ocorreu o assassinato do seringueiro presidente do Sindicato Rural de Brasiléia, Wilson Pinheiro, em 1980, e a partir de então o fortalecimento do Sindicato Rural da vizinha Xapuri<sup>31</sup>, do qual Chico Mendes era presidente.

A organização dos seringueiros culminou no I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília em 1985, do qual participaram 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará, com o objetivo de discutir uma alternativa à implantação da atividade pecuarista na Amazônia. Deste encontro surgiu a proposta de criação do CNS - Conselho Nacional do Seringueiro e de criação da reserva extrativista que

---

31 Em 1988 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri tinha cerca de 3.000 filiados, segundo entrevista de Chico Mendes concedida no 3º Congresso Nacional da Cut, em 09/09/88.

permitiria aos seringueiros o uso-fruto da terra da União para o desenvolvimento da atividade extrativista tradicional.

O índio não quer ser colono, quer utilizar as áreas comunitariamente, e os seringueiros juntam-se a essa consciência também. Não queremos título de propriedade da terra, queremos que ela seja da união, com uso-fruto dos seringueiros.<sup>32</sup>

Até este momento a luta e organização dos seringueiros estavam diretamente relacionadas à sua sobrevivência. A criação da reserva extrativista era uma forma de assegurar aos seringueiros o uso das áreas ocupadas por eles, garantindo sua sobrevivência.

Às vezes me perguntam sobre o movimento ‘ecológico’ na Amazônia, do qual participei ao lado de Chico Mendes. Respondo, para surpresa de algumas pessoas, que no início nem conhecíamos o significado da palavra ‘ecologia’. Para nós tratava-se, simplesmente, da sobrevivência. O desmatamento de grandes áreas para instalação da pecuária representava uma ameaça direta à vida de milhares de famílias no interior da floresta. Expulsas, elas estavam condenadas a uma vida miserável na periferia das cidades. Lutávamos contra isso.<sup>33</sup>

Mas é exatamente sob a perspectiva da defesa da forma de vida tradicional do seringueiro que esta luta começou a ser enquadrada e incorporada pelo discurso ambientalista. Para este movimento, que defendia a preservação e a importância ambiental da Amazônia, a reserva extrativista era também uma forma de inviabilizar o desmatamento, a atividade pecuarista e a abertura de estradas. Por outro lado, na medida em que incorporava e se aproximava do movimento dos seringueiros, o discurso

---

32 Entrevista de Chico Mendes realizada durante o 3º Congresso Nacional da CUT em 09/09/1988.

33 SILVA, Marina O. 1996. **O sonho sustentável**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/osonhosu.htm>> . Acesso em 2002.

ambientalista era também incorporado pelos seringueiros, como é possível perceber na seguinte fala de Chico Mendes, em 1987:

[...] defender a Amazônia, é torná-la uma região economicamente viável, não só para nós que moramos na floresta, mas para os trabalhadores da cidade, para o país e para o mundo inteiro, porque, a Amazônia, como se sabe, é uma região que preocupa, quer dizer, ela interessa e é importante para toda a humanidade.<sup>34</sup>

E foi justamente a partir da aproximação destes dois movimentos que o movimento dos seringueiros ganhou força e organização durante a década de 80, com o apoio e financiamento das organizações ambientalistas, principalmente as internacionais<sup>35</sup>.

Nesse processo, o Sindicato de Xapuri, e especialmente Chico Mendes ganharam notoriedade na medida em que sua luta tornava-se mundialmente conhecida. Em 1987 Chico Mendes foi premiado por instituições internacionais que enalteciam sua luta na Amazônia<sup>36</sup>. Também foi recebido em Washington e Miami, onde denunciou os confrontos com os fazendeiros e os desmatamentos ocorridos, em virtude do asfaltamento da BR-364.

---

34 Kaxinauwa, Siã. 1987. Fala, Chico! Entrevista com o líder seringueiro. In: **Revista N'ativa**. Rio Branco, 12/1998, nº 04.

35 No início da década de 80 a organização dos seringueiros ganhou apoio das primeiras Organizações Não-governamentais – ONG's instaladas no Acre, a EDF – Environmental Defense Fund, a IEA – Instituto de Estudos Amazônicos, OXFAM – ONG inglesa de apoio a projetos sociais nos países periféricos e CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Em geral elas apoiavam e financiavam as atividades relacionadas à organização dos seringueiros, índios e posseiros, e também o desenvolvimento da produção local.

36 Em 1987 Chico Mendes recebeu o prêmio Better Worl Society, de uma instituição ligada à CNN. No mesmo ano ele foi o primeiro brasileiro indicado e vencedor do prêmio Global 500 da ONU, que homenageia ambientalistas.

A partir da denúncia de Chico Mendes houve uma grande mobilização internacional pela ‘defesa da vida na floresta’ e o movimento local ficou definitivamente atrelado ao movimento ambientalista.

Somente depois – e aos poucos – nos demos conta de que o nosso movimento não defendia apenas os seringueiros, mas também uma maneira de relacionar-se com a natureza. Percebemos que a floresta amazônica era muito importante para toda a humanidade. E a palavra ‘ecologia’ entrou definitivamente no nosso dicionário.<sup>37</sup>

Em 1988 a cidade de Xapuri era o núcleo da resistência contra a implantação das fazendas pecuaristas e do movimento dos seringueiros, que contava com amplo apoio e financiamentos, inclusive internacionais. Neste ano a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX recebeu US\$ 1,65 milhão de dólares provenientes de ONG’s, bancos de desenvolvimento e governos estrangeiros<sup>38</sup>, por outro lado os fazendeiros se organizavam com capangas, pistoleiros e advogados.

[...] embora [os seringueiros] entrem em conflito com fazendeiros, pela propriedade da terra, o que está em disputa são os recursos florestais e não a própria terra como nos movimentos camponeses. Em decorrência, não aceitam a reforma agrária convencional, mesmo que entendam que foi uma conquista histórica para os trabalhadores rurais. Por último, ao utilizarem táticas de contraposição aos desmatamentos, aproximam-se de movimentos ambientalistas, mas não o fazem por uma concepção abstrata sobre a natureza, mas porque a utilizam como fator de produção e meio de vida. Conseguem, com isso, aliar-se a entidades ecológicas sem ser uma delas. E

---

37 SILVA, Marina O. 1996. **O sonho sustentável**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/osonhosu.htm>> . Acesso em 2002.

38 Os financiamentos possibilitaram a aquisição de imóvel, de máquinas e veículos; instalação de escolas e posto de saúde; suporte técnico na elaboração do planejamento estratégico da cooperativa, na elaboração do projeto de manejo e no melhoramento administrativo; e também emprestaram capital de giro. Dentre as agências financiadoras estão: o BNDES, a Fundação Ford, a Fundação Interamericana, o PMACI, o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, o IEA – Instituto de Estudos Amazônicos, o WWF - World Wild Fund e o governo da Áustria.

ao buscar uma solução para os conflitos resgatam dos movimentos indígenas o conceito de território e de áreas reservadas.<sup>39</sup>

O clima de disputa e tensão ficava declarado através da ameaça de morte a Chico Mendes, que se concretizou em dezembro de 1988. Seu assassinato teve repercussão internacional, ele foi alçado à condição de mártir da luta ambiental e o Brasil passou, definitivamente, ao centro das atenções no que diz respeito às questões relacionadas ao meio ambiente.

Embora a incorporação do discurso ambientalista por parte dos seringueiros, não signifique que as idéias dos seringueiros tenham sido completamente distorcidas, não é possível negar que no Acre, este movimento foi a porta de entrada para os novos projetos e neologismos de cunho ecológico que dominariam as políticas das décadas de 90 e 2000.

Acontece que esta nova ideologia ecológica, acompanhada de seus novos projetos e neologismos, estava também diretamente relacionada à ascensão mundial das políticas neoliberais da década de 90. Mais do que isso, ela era parte integrante da ideologia neoliberal, constituindo-se como importante pilar desta ideologia.

---

39 ALEGRETTI, Mary Helena. 2002. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002. p.22-23.

### 5.3 – A ascensão do ‘desenvolvimento sustentável’ na segunda década perdida

A década de 90, a segunda década perdida no Brasil, ficou mundialmente caracterizada pela preponderância das políticas neoliberais, dentre as quais estavam as políticas ambientalistas e de ‘desenvolvimento sustentável’. Essa tendência ocorreu também no Brasil, e conseqüentemente no Acre, onde a ascensão da ideologia do desenvolvimento sustentável fez com que o início da década de 90 marcasse o fim definitivo dos planos nacionais e a ascensão das políticas de cunho ambiental.

Aliás, no caso brasileiro a ideologia do desenvolvimento sustentável foi a ideologia que substituiu a retórica geopolítica que dominava a política nacional desde a década de 30. Com o abandono dos planos de desenvolvimento em 1976, as estratégias geopolíticas perderam a importância e destaque até extinguirem-se durante a década de 80. Em contrapartida, na medida em que ocorria esta decadência, ascendia a idéia do desenvolvimento sustentável, que se tornou dominante na década de 90.

No que diz respeito ao Acre, contribuiu para o domínio do desenvolvimento sustentável o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, que colocou o Acre, assim como o Brasil, numa condição de absoluta visibilidade quando as questões envolvidas diziam respeito ao meio ambiente<sup>40</sup>. Contribuiu também a riqueza em recursos naturais

---

40 Vale salientar que eram várias as questões que mobilizavam os discursos ambientalistas em torno da posição brasileira com relação ao meio ambiente. À luta dos seringueiros somavam-se as condições de extração mineral em Rondônia e no Pará; o aumento no índice das queimadas e desmatamentos da década de 80; o avanço da lavoura da soja na região centro-oeste; a construção da usina hidroelétrica de Foz do Iguaçu, entre outras.

da floresta amazônica, a segunda maior floresta do mundo, onde estão 20% da água doce do planeta e 10% de todas as espécies vivas da terra<sup>41</sup>.

Por outro lado, foi justamente através da ideologia ambientalista que ficou consolidada a integração do Acre ao espaço nacional. Não apenas sob o ponto de vista do processo de homogeneização do espaço, mas também a partir do destaque das questões ambientais que consolidaram a incorporação da Amazônia à idéia do espaço brasileiro. Foi neste contexto que os projetos oriundos da ‘ideologia do desenvolvimento sustentável’ se consolidaram como diretriz política para o Acre, transformando-o num laboratório para as políticas de ‘desenvolvimento sustentável’.

### 5.3.1 – A idéia do ‘desenvolvimento sustentável’

Na esteira da crise da acumulação entravada que o Brasil vivia desde meados da década de 70, ascenderam não apenas as políticas recessivas e de reimposição dos entraves ao desenvolvimento brasileiro, mas também as políticas neoliberais, que se tornaram mundialmente dominantes na década de 90.

Acontece que o neoliberalismo adotado no Brasil não tem os mesmos fundamentos daquele originado nos países centrais, onde a ideologia neoliberal surgiu como uma reação ao ‘*Welfare State*’ - Estado do Bem Estar Social - e à intervenção antagônica do

---

41 MACQUEEN, Duncan. et al. 2004. **Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais**. Forestry and land use programme, International Institute for Environment and development. Nottingham, Reino Unido: Earthprinted Limited, 2004.p.6.

Estado na economia, num momento de crise inflacionária e de super-produção ocorrida após a reconstrução pós-guerra.

O neoliberalismo [nos países centrais] surgiu como uma tentativa de restaurar a primazia da forma-mercadoria no capitalismo contemporâneo. [...] O neoliberalismo é uma reação ao Estado do Bem Estar Social e à social democracia, ou melhor, às conseqüências do estágio intensivo de desenvolvimento.<sup>42</sup>

No caso brasileiro, tanto o modo intensivo de produção quanto a estruturação e intervenção do Estado não se deram da mesma forma como ocorrem nos países centrais, o que descaracteriza a ideologia neoliberal adotada. Aqui nunca houve efetivamente o Estado do Bem Estar Social ao qual o neoliberalismo se contrapõe, e muito menos houve a passagem para o estágio intensivo de produção. Diferentemente de sua origem, no Brasil o neoliberalismo ascendeu como mais uma retórica, que sustentava o mecanismo de entrave ao desenvolvimento e de reimposição das condições de acumulação, dentro da crise da acumulação travada.

No entanto, ainda que descaracterizada, a onda neoliberal no Brasil caminhou no sentido de tornar-se dominante, e trouxe consigo uma série de neologismos que também servem como mecanismos de reimposição das condições de acumulação dominantes e de desmantelamento do Estado. Estes neologismos também foram rapidamente apropriados, se tornando pilares das principais políticas neoliberais. Dentre eles estão a globalização, sustentabilidade, planejamento participativo, parceria público-privada, terceiro setor, política-pública, gestão e co-gestão, entre muitos outros.

---

42 DEÁK, Csaba.; SCHIFFER, Sueli. 2004. **The making of global city-regions. Globalizing city regions in the south. The metropolis of na elite society.** São Paulo, Mimeo, 2004. P.15-16.

Acontece que, em sua essência, parte dos neologismos surgidos na esteira do neoliberalismo tem sua origem na interpretação da crise mundial do capitalismo como uma crise ambiental. Tal interpretação conduz à compreensão de que a referida crise do capitalismo se trata na verdade de um novo momento do capitalismo e não de uma crise do capitalismo provocada pela crise inflacionária, de superprodução, de esgotamento dos recursos naturais e de esgotamento da expansão da forma-mercadoria.

A interpretação ambiental da crise do capitalismo ganhou notoriedade a partir do relatório “The limits of growth” elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) em 1972, sob encomenda do Clube de Roma<sup>43</sup>. Neste documento a crise mundial do capitalismo, ocorrida após duas décadas de reconstrução pós-guerra, foi interpretada como uma crise ambiental, que associada à exaustão dos recursos naturais, colocava em posição de destaque as questões relacionadas ao meio ambiente.

No mesmo ano, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ocorrida em Estocolmo, o debate em torno dos temas desenvolvimento e meio ambiente ganhou destaque definitivo. Nesta conferência a polêmica esteve centrada entre a posição preservacionista, que defendia o desenvolvimento zero e os defensores do desenvolvimento desimpedido, rotulado como desenvolvimento a qualquer custo. Tal polêmica perpassou toda a década de 70, deixando claro em suas entrelinhas a crise mundial do capitalismo, cuja ideologia neoliberal interpretava como crise ambiental.

---

43 O Clube de Roma foi fundado em 1968, dele faziam parte chefes de Estado, industriais, banqueiros, cientistas, entre diversos profissionais. As discussões e relatórios produzidos pelo grupo estavam organizados em torno dos temas industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração de recursos naturais, e apontavam para a necessidade de diminuição da produção industrial como forma de redução dos resíduos produzidos e também de redução no consumo dos recursos naturais.

A crise do capitalismo desemboca, na verdade, em uma crise de amplitude ainda maior: tornou-se insustentável também a manutenção do simples crescimento do consumo (e evidentemente, da produção) pela exaustão dos recursos naturais, o que coloca em xeque não somente o capitalismo, senão a própria reprodução ampliada.<sup>44</sup>

É justamente o esgotamento dos recursos naturais, que faz com que a Amazônia, e conseqüentemente o Acre, ganhem importância, sem mencionarmos a condição vantajosa que o Brasil passa a desfrutar. É diante deste contexto que a ideologia neoliberal e os neologismos a ela associados vão tomando corpo e infiltrando-se no Brasil, e mais especificamente na Amazônia.

Neste movimento a compreensão da crise capitalista como ambiental é fundamental. Tal compreensão ficou especialmente fortalecida após a apresentação do estudo “Nosso Futuro Comum”, de 1987, mais conhecido como o “Relatório Brundtland”, numa referência à presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, e responsável por este documento.

O diagnóstico deste relatório apontava a crítica situação dos recursos naturais e dos padrões de consumo e produção vigentes. Sua retórica mencionava a busca do equilíbrio dentro do debate nascido em Estocolmo-72, com o objetivo de conciliar os conceitos de desenvolvimento e preservação do meio ambiente, de forma que fosse possível o desenvolvimento econômico apoiado em práticas de conservação e expansão dos recursos ambientais.

---

44 DEÁK, Csaba. **Periodização do capitalismo - verbetes**. 2004. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/global/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/global/index.html)> Acesso: agosto, 2004.

Daí surge a primeira menção ao conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, concebido no relatório Brundtland como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de também atenderem as suas. [...] é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reformam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”<sup>45</sup>.

A partir desta primeira menção a idéia do ‘desenvolvimento sustentável’ foi propagada, e seu conceito sendo apropriado de forma seletiva e interpretado de diferentes formas por diversos segmentos do Estado e sociedade, que o utilizaram com os mais variados propósitos.

Assim o desenvolvimento sustentável pode aparecer como um modelo salvador que suportaria o crescimento da produção industrial; que imporiam restrições ambientais ao modelo de desenvolvimento capitalista; que expropriaria os recursos naturais de países periféricos; que sustentaria os empréstimos e financiamentos internacionais; estabeleceria o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação ambiental; que estabeleceria o equilíbrio do crescimento demográfico, entre outras muitas interpretações.

O que de fato devemos extrair deste tema é a compreensão de que a idéia de desenvolvimento sustentável tornou-se um dos principais pilares das políticas implantadas a partir da década de 90, fazendo parte, desta maneira, de um conjunto de

---

45 BRUNDTLAND, Gross. (org.) 1991. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2ª edição, 1991. p. 9 e 49.

mecanismos de ajuste do sistema capitalista de produção, que por sua vez vivia um período de crise mundial.

Também é preciso perceber o aspecto ideológico que envolve o tema, através da construção da idéia de um novo modelo, cuja fórmula está baseada numa engrenagem equilibrada que pretende resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a demanda pelos recursos naturais. Tal construção ideológica confere ao tema uma condição de aparente consenso, o que na verdade é falso, no entanto permite seu uso de forma indiscriminada.

Foi exatamente sob o falso consenso de que a crise mundial era uma crise ambiental e da idéia do desenvolvimento sustentável, que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. Nesta conferência um dos mais importantes documentos produzidos foi a Agenda 21<sup>46</sup>, que num formato de plano de ação fazia recomendações sobre como atingir o desenvolvimento sustentável, conferindo aos países participantes a responsabilidade de elaborar sua própria agenda e de divulgar o conceito de desenvolvimento sustentável, conciliando proteção ambiental e eficiência econômica. Um detalhe importante deste documento era a previsão de US\$600 bilhões para financiamentos internacionais que sustentariam a implantação dos programas das agendas de cada país.

---

46 A Agenda 21 é compreendida pelo Ministério do Meio Ambiente não como uma “Agenda Ambiental e sim uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, onde, evidentemente, o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem. [...]A Agenda considera, dentre outras, questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e inter-pessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão.” Ministério do Meio Ambiente (MMA). **O que é Agenda 21.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/agenda21.html>>. Acesso em agosto/2004.

Assim, a partir da proposta da Agenda 21 a idéia do desenvolvimento sustentável passou definitivamente ao centro das políticas desenhadas, quase sob a condição de imposição, uma vez que sua desconsideração acarretaria a inviabilidade de financiamentos internacionais.

O desenvolvimento sustentável alcançou então uma condição de palavra-chave, que associada ao seu suposto consenso conceitual, passou a figurar nos mais diversos projetos, planos e políticas<sup>47</sup>. Os projetos para o desenvolvimento sustentável passaram a abrir as portas para financiamentos internacionais, ocupando espaço cada vez maior dentro do leque das políticas neoliberais.

Por outro lado, sob o manto da novidade das políticas neoliberais ocorreu também o desmonte do Estado, sustentado, dentre outras formas, pelas políticas de privatização e também de financiamentos internacionais, que sugeriam em seus acordos de financiamento a ‘co-participação’ ou a ‘co-gestão’ de Organizações não-governamentais (ONG’s) e de diversos conselhos, que deveriam ser criados para desempenhar um papel de parceiros ‘co-responsáveis’ dos Estados na implantação dos grandes projetos, inclusive naqueles de educação e saúde.

No caso brasileiro, tanto o neoliberalismo quanto seus neologismos têm sido utilizados como mecanismos de ajustes ao modo de produção/ acumulação vigente, se prestando especialmente à reimposição das condições de acumulação em detrimento da passagem efetiva para o modo intensivo de produção. Esses novos mecanismos galgaram destaque

---

47 Na Agenda 21 brasileira são tratados a agricultura sustentável, as cidades sustentáveis, infra-estrutura e integração regional, gestão de recursos naturais, redução das desigualdades sociais e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

justamente no momento em que o país vivia a crise da acumulação entravada, caracterizada pelo esgotamento do modo extensivo de produção.

### 5.3.2 – A diretriz política brasileira na segunda década perdida

Como acabamos de mencionar, no Brasil o neoliberalismo e o desenvolvimento sustentável se tornaram ideologia dominante na década de 90, encobrendo a crise econômica brasileira. Entre as políticas neoliberais implantadas estavam aquelas relacionadas às questões ambientais, à meta da estabilidade econômica e também ao desmonte e descentralização do Estado brasileiro. Neste novo momento, os planos ou projetos nacionais que orientaram a produção do espaço nacional desde a década de 30 até meados da década de 70 foram completamente abandonados.

Apesar da extinção dos planos nacionais, com relação às questões ambientais, algumas políticas e diretrizes do governo brasileiro orientaram o caminho que tais políticas deveriam tomar. Estas políticas tiveram início no final da década de 80, quando o governo brasileiro foi duramente criticado, principalmente após o assassinato de Chico Mendes. Num esforço de reação às críticas internacionais e já incorporando alguns aspectos e projetos da ideologia ambientalista, o governo brasileiro empreendeu uma série de medidas orientadas para o meio ambiente.

Entre estas medidas estava a criação do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, em 1989, que deu início à criação de áreas

de proteção ambiental, unidades de conservação<sup>48</sup> e reservas extrativistas<sup>49</sup>. Também foi retomada a discussão em torno do detalhamento do plano de manejo florestal<sup>50</sup>, cuja primeira proposta era de 1986, e da elaboração do Zoneamento ecológico-econômico, cuja proposta estava engavetada há quase uma década.

[O Zoneamento Ecológico- Econômico deve] promover a gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando as diversidades regionais, biomas, bacias hidrográficas e regiões geo-econômicas, priorizando os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientados pela participação democrática e com controle social.<sup>51</sup>

O Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), criado em dezembro de 1991 após reuniões entre o Brasil e o grupo dos setes países mais industrializados, era um programa internacional orientado especialmente para as florestas brasileiras. Com sua criação foram destinados U\$250 milhões para as áreas de florestas tropicais, com o objetivo de conservar a biodiversidade, reduzir a emissão de carbono para a atmosfera e promover um maior conhecimento sobre a floresta tropical. No que diz respeito à Amazônia, os projetos do PPG-7 previam a demarcação de terras indígenas, o uso sustentável dos recursos naturais, a recuperação de ambientes

---

48 Unidades de conservação são áreas com características naturais relevantes, incluindo seus recursos ambientais e as águas jurisdicionais, instituídas pelo poder público com o objetivo de conservação, onde são garantidas as condições adequadas de proteção do meio ambiente.

49 São áreas de domínio público cujo uso se dá através de concessão de direito de uso às populações extrativistas tradicionais. Nestas áreas as populações extrativistas desenvolvem suas atividades tradicionais e as complementa através da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte. Tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

50 Segundo o IBAMA o conceito de manejo florestal é aquele de administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema. Ele deve ser economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo.

51 Ministério do Meio Ambiente. 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sds/zee/html/objtificat.html>>. Acesso em agosto/2004.

degradados e a fixação de trabalhadores rurais e comunidades tradicionais nas áreas que ocupam.

Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de estruturar a política nacional do meio ambiente. Com relação aos planos elaborados na década de 90, destacam-se o Plano Avança Brasil, elaborado em 1994, e o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – 1994/1997, que apesar de se concentrarem no traçado de macro-políticas estratégicas, inclusive de infra-estrutura, apresentavam um discurso fortemente marcado pela idéia do desenvolvimento sustentável. Do ponto de vista da infra-estrutura, tanto um quanto o outro se concentravam na área de transporte e energia. No que diz respeito ao Acre, seu projeto mais importante era a abertura e pavimentação de trechos do corredor Fronteira Norte, na BR-317, entre Brasília e Assis Brasil até a fronteira com o Peru<sup>52</sup>.

Apesar da presença de alguns projetos de infra-estrutura de caráter mais estratégico, de maneira geral, as políticas brasileiras da década de 90 foram pautadas pelo debate e pela crítica internacional, com relação às questões do meio ambiente. Ao implantar políticas em resposta à crítica recebida, o governo brasileiro introduziu no Brasil as políticas ambientalistas mundialmente dominantes que justamente serviam de base à crítica por ele recebida.

---

52 Apesar da importância retórica ambientalista nesses programas, o programa Avança Brasil gerou enormes debates sobre seus danos ao meio ambiente, especialmente através de queimadas e da exploração não planejada de madeira. O programa era acusado também de afetar áreas indígenas, parques nacionais e áreas de extrema importância para a conservação da biodiversidade. In: NEPSTAD, Daniel; et al. 2000. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. Belém: Gráfica e Editora Alves, 1ª edição. 2000.

Foi nesse processo que, a partir da década de 90 a idéia do desenvolvimento sustentável não apenas se tornou dominante, mas quase uma palavra-chave, determinante principalmente para o alcance de financiamentos nacionais ou internacionais.

### 5.3.3 – As primeiras políticas para o ‘desenvolvimento sustentável’ no Acre

De acordo com a orientação das diretrizes políticas brasileiras, os projetos implantados durante a década de 90 deveriam incentivar o desenvolvimento sustentável através de programas que envolvessem o uso sustentável dos recursos naturais e apoiassem os habitantes da floresta. As diretrizes brasileiras apontavam também no sentido de descentralização das ações e políticas, conferindo aos Estados e municípios maior poder e autonomia, o que ficava refletido na implantação de políticas e projetos, que já não contavam com a orientação dos planos nacionais, como ocorrera por quase todo o século XX.

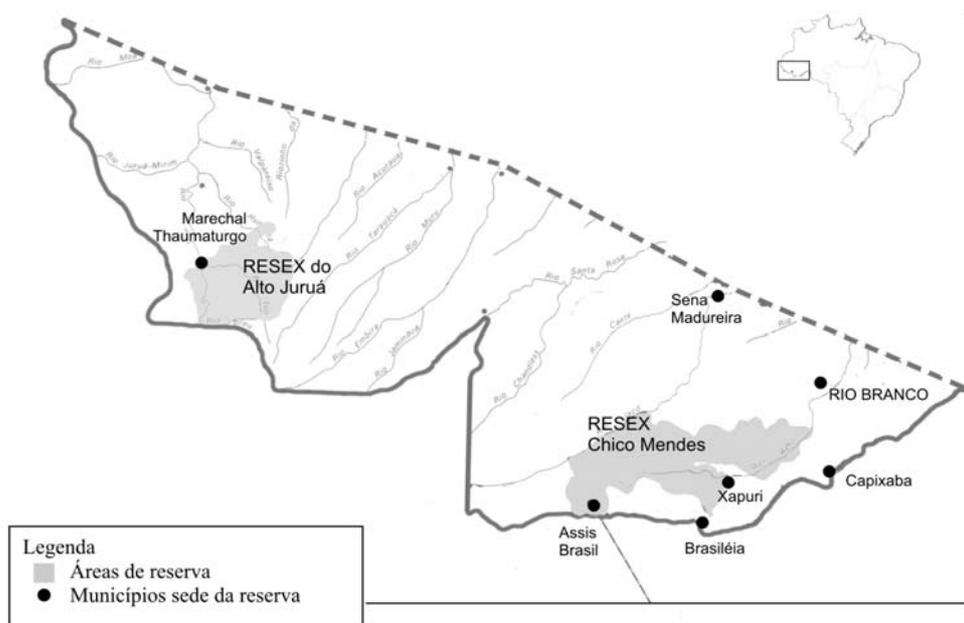
Assim, embora houvesse recomendações gerais, especialmente aquelas de cunho ambientalista, não existiam planos ou projetos nacionais, especialmente com relação à produção do espaço. Neste contexto, os projetos implantados no Acre durante a década de 90 incorporaram definitivamente o tema do desenvolvimento sustentável e apontaram no sentido de ter aumentada a intervenção do Estado em seu âmbito estadual.

Dentre os projetos implantados está aquele das Reservas Extrativistas (RESEX's), uma proposta surgida no I Encontro de Seringueiros em 1985. Nas RESEX's a terra

desapropriada pela União tem seu direito de uso concedido à população que nela vive e a exploração dos recursos naturais desta área é regulada por planos de manejo que orientam sua exploração para que os recursos não se esgotem.

As reservas criadas foram: a Reserva Alto Juruá, localizada em Cruzeiro do Sul numa área de 506 mil hectares, onde 3.600 habitantes trabalhavam na extração de borracha, essências florestais, óleos e sementes; e a Reserva Chico Mendes, localizada nos municípios de Rio Branco, Assis Brasil, Xapuri, Sena Madureira, Brasiléia e Capixaba, numa área de 970 mil hectares, onde cerca de 9.000 habitantes viviam da extração da castanha, borracha, copaíba e madeira, e também da comercialização de artesanato e do turismo<sup>53</sup>.

Mapa 5.6 - Reservas extrativistas Alto Juruá e Chico Mendes



\* Fonte: Ministério do Meio Ambiente. 2004

53 Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/resex/amazonia.htm>>. Acesso em julho/2004.

Na RESEX Chico Mendes, onde a densidade demográfica é de 1,2 habitantes/ km<sup>2</sup> as seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas, e as queimadas da floresta devem ser evitadas. O potencial de produção anual por família é estimado em 714 kg de borracha, cuja participação na composição da renda é de 44,7%. Outros produtos que compõem a renda dos moradores da reserva são a castanha, alimentos (arroz, feijão, milho e mandioca), a criação de pequenos animais e outros produtos extrativos<sup>54</sup>.

O desenvolvimento das atividades produtivas na RESEX's Chico Mendes é regulado por planos de utilização. Assim, por exemplo, a produção de palmito, que implica na derrubada das palmeiras, só é permitida de acordo com o plano de manejo aprovado pelo IBAMA. O mesmo acontece com a exploração de óleos, frutos e essências para fim de comercialização. Outras atividades econômicas, como agricultura, criação de pequenos animais e pecuária, só são permitidas em até 10% da área da colocação. E a extração da madeira para uso próprio é permitida, no entanto é proibido o comércio de madeiras e o acesso de madeireiros.

Outro projeto implantado cuja inspiração estava nas concepções ambientalistas, foi o Pólo Agroflorestal implantado pela prefeitura de Rio Branco em 1993. Baseado em assentamentos agroextrativistas, este projeto possibilitou que as famílias de ex-seringueiros que viviam na periferia de Rio Branco retornassem ao campo com apoio para a produção, comercialização, armazenamento e também com infra-estrutura de luz, água, educação e saúde.

---

54 Conselho Nacional dos Seringueiros. 1997. **Extrativismo na Amazônia**. Rio Branco: Boletim nº1, Agosto, 1997.

Neste pólo as 52 famílias assentadas receberam, em regime de concessão de uso da terra, áreas que variam entre 3 ha. e 5 ha. onde deveriam produzir através de uma combinação do cultivo agrícola e do cultivo consorciado de frutos florestais baseado nas culturas madeireiras e frutíferas, além de criarem animais de pequeno porte<sup>55</sup>. Além do assentamento destas famílias e da possibilidade de retomada da atividade e do modo de vida tradicional destas famílias, este projeto previa também a recuperação de áreas degradadas a partir do cultivo consorciado de espécies florestais naturais da Amazônia.

Com relação aos projetos do INCRA, a inspiração ambientalista esteve presente a partir de 1996, embora ainda de forma sutil, com a criação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE's, onde a atividade extrativista deveria ser desenvolvida em conjunto com a produção agrícola e a criação de pequenos animais. Os PAE's estavam destinados às populações tradicionais, cuja cultura produtiva estava baseada no extrativismo. Até 2001 foram implantados quatro PAE's no Acre, em mais de 100 mil ha..

Tabela 5.9 – Projetos de Assentamento Agroextrativistas implantados no Acre, 1996-2001

Ano de criação	Projeto	Área (ha.)
1997	PAE's Canary	8.053
1998	PAE's Limoeiro	11.150
2001	PAE's Equador	7.757
2001	PAE's Rio Branco	78.900
TOTAL		105.860

\* Fonte: INCRA. Departamento de Assentamentos. 2001.

55 Este projeto foi implantado com o financiamento do Ministério do Meio Ambiente – PMACI e SUDAM, com um custo de cerca de R\$8 mil reais por família.

Em 1999 o INCRA implantou o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS São Salvador, em Mâncio Lima. O PDS é a única modalidade de assentamentos humanos permitida em áreas de floresta primária e é destinado às atividades de baixo impacto ambiental. Com o PDS o INCRA inseriu definitivamente a variável ambiental em seus projetos de assentamentos, com o objetivo de “alcançar a durabilidade e perpetuidade dos assentamentos ao longo do tempo, conjugando qualidade de vida para os seus habitantes e impactos ambientais limitados na área e em seus arredores.”<sup>56</sup>

O PDS São Salvador foi implantado num antigo seringal, numa área de 27 mil ha., no entorno da Unidade de Conservação do Parque Nacional da Serra do Divisor, onde viviam 117 famílias. Segundo o estudo de viabilidade econômica do PDS São Salvador, este “se diferencia do PAE por promover uma maior abertura das atividades econômicas, não se restringindo apenas à agricultura e ao extrativismo, incluindo aí as opções de manejo de pesca, caça, entre outros”<sup>57</sup>, inclusive a extração de madeira, que pode ser realizada em até 3 ha. dos 20 ha. a que os assentados têm direito de uso.

Nos primeiros anos da década de 2000 o IBAMA criou mais duas reservas extrativistas no Acre. Em 2000 foi criada a Reserva Extrativista do Alto Tarauacá, localizada em Jordão e Tarauacá, numa área de 151 mil hectares, onde 150 famílias extraem borracha, madeira, sementes e cipó. E em 2002 foi criada a reserva Cazumbá – Iracema, em Sena Madureira e Manoel Urbano, com 750 mil hectares, onde 754 famílias exploram a castanha, borracha, madeira e essências florestais.

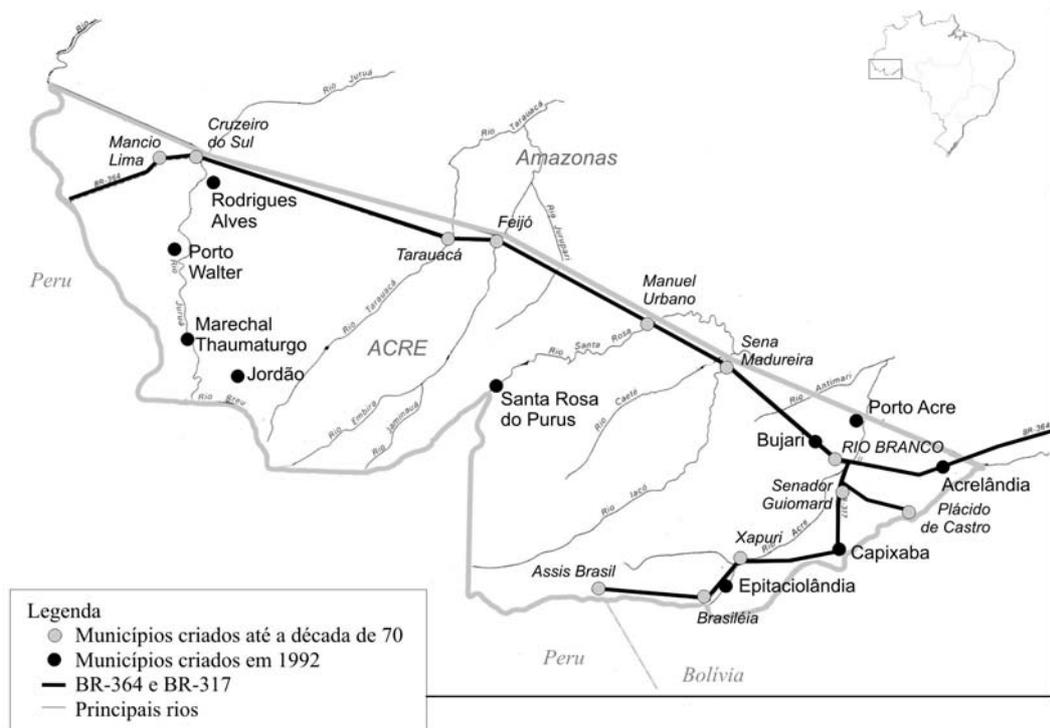
---

56 GUERRA, Raíssa Miriam. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia legal? O caso do PDS São Salvador no Acre.** 2002. 116 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2002. P.3.

57 Ibid. p.

Políticas para o desenvolvimento sustentável a parte, as peculiaridades que caracterizam o Acre estiveram presentes na década de 90 através da criação de dez municípios no ano de 1992. Foram eles: Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Jordão, Santa Rosa, Porto Acre, Bujari, Acrelândia, Capixaba e Epitaciolândia.

Mapa 5.7 – Municípios criados em 1992



\* Fonte: DNER, Sistema Rodoviário do Plano Nacional de Viação, 1986.

Aparentemente, a ação de criação destes municípios, que fez aumentar o número dos municípios acreanos de doze para vinte e dois, foi desprovida de argumentos contundentes de estratégia de ocupação territorial ou ambiental. O ato de criação destes municípios parece ser explicado apenas como uma política de caráter local e até mesmo assistencialista, principalmente quando analisamos algumas características destes municípios recém criados.

---

Alguns deles ainda não são alcançados por linha telefônica, tendo como único meio de comunicação o rádio amador. Outros não têm emissora de rádio ou de televisão, como no caso de Rodrigues Alves, Porto Walter, Jordão e Acrelândia. E no caso de Marechal Thaumaturgo, 94% de seus 8.500 habitantes estão concentrados na zona rural.

Mas o caso mais peculiar entre estes municípios é a existência de uma representação da prefeitura e do poder judiciário de dois destes municípios em municípios vizinhos, onde há melhores condições de acesso e comunicação. Este é o caso de Marechal Thaumaturgo e Jordão, cujas representações estão localizadas em Cruzeiro do Sul e Tarauacá respectivamente.

Peculiaridades a parte, de volta às questões relacionadas à ideologia ambientalista, os projetos implantados na década de 90 destacados aqui foram os primeiros projetos implantados no Acre a apontar no sentido do desenvolvimento sustentável. No entanto, a preponderância desta ideologia só se consolidaria no Acre no final da década de 90, quando as políticas inspiradas por esta ideologia deixaram de estar concentradas na criação de unidades de conservação, reservas extrativistas ou projetos de assentamentos, e passaram a abranger as mais diversas áreas e setores do Estado do Acre, culminando, na virada do século XXI, no modelo de desenvolvimento preconizado pelo governo do Estado do Acre.

### 5.3.4 – A consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável no Acre – 1999 a 2004

Em 1999 a ideologia do desenvolvimento sustentável atingiu seu ápice no Acre quando o governador Jorge Viana tomou posse, instituindo como logomarca de sua administração o ‘Governo da Floresta’ e adotando como paradigma o desenvolvimento sustentável<sup>58</sup>.

A partir de então teve início implantação de uma série de planos, zoneamentos e projetos, parte importante deles financiados pelo governo brasileiro ou por instituições internacionais, cuja retórica central era exatamente o desenvolvimento sustentável.

O novo desenvolvimento deveria ser sustentável, ou seja, deveria modernizar e dinamizar a economia e corrigir as injustiças sociais e, ao mesmo tempo, conservar a floresta e respeitar a cultura dos vários povos que compõem o povo acreano.<sup>59</sup>

Uma das primeiras ações deste novo governo, em 1999, foi a elaboração da Agenda Positiva<sup>60</sup> do Acre, baseada nas sugestões apresentadas na Agenda 21. Dentre os elementos prioritários desta agenda estava: a elaboração do Zoneamento ecológico-

---

58 O primeiro mandato de governador de Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores – PT, foi de 1999-2002. Reeleito em 2002, seu segundo mandato se estenderá até 2006. Antes, entre 1993 e 1996, Jorge Viana foi prefeito de Rio Branco, a capital acreana.

59 ACRE. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p. 5 e 6.

60 A Agenda Positiva contempla o Zoneamento ecológico-econômico, infra-estrutura (transporte e energia); geração sustentável de emprego e renda; agro-extratativismo, produção florestal, pesca, agropecuária, ecoturismo, biotecnologia; política fundiária; áreas protegidas; áreas indígenas; monitoramento e controle ambientais; gestão ambiental urbana; recuperação de áreas alteradas, entre outros.

econômico – ZEE, concebido como um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Como um instrumento de ordenamento territorial, o ZEE estabeleceu as áreas apropriadas para os diferentes usos dos recursos naturais acreanos<sup>61</sup>, apresentando indicativos para a atividade madeireira; para a criação e consolidação de reservas extrativistas e projetos de assentamentos agroextrativistas; para a criação e consolidação de terras indígenas; para a criação e consolidação de unidades de conservação; para a agricultura familiar e empreendimentos agropecuários; para o desenvolvimento do turismo.

Com relação às políticas mais pontuais, umas das primeiras medidas tomadas pelo governo de Jorge Viana, foi a concessão de subsídios aos produtores de borracha natural bruta no valor de R\$0,40 por quilo, através da Lei Chico Mendes, de 1999. O objetivo desta política era incentivar a atividade extrativista, proporcionando condições do homem do campo manter-se ou retornar à zona rural, conseguindo sobreviver.

Entre os meses de julho à novembro de 1999 tinham sido pagos R\$20 mil a dezesseis associações do Acre, beneficiando 5 mil pessoas, escoando 600 quilos de borracha.<sup>62</sup>.

A partir do ZEE foi elaborado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, orçado em U\$ 240<sup>63</sup> milhões de dólares e parcialmente financiado pelo BID. Este

---

61 A partir deste estudo grande parte do Estado do Acre ficou classificada como área de extrema importância em relação às áreas prioritárias para a biodiversidade, pela presença de plantas, animais e populações tradicionais e indígenas. A partir do ZEE foi estabelecida a legislação estadual sobre os recursos naturais e 30% das áreas do Estado foi destinada à áreas de conservação.

62 DUARTE, E. C. 2003. **O processo de formação do espaço regional nos últimos 20 anos: a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Estado do Acre.** 2003. 72 f. Monografia. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2003. p.31

programa abrangia diferentes elementos da realidade acreana, e estava baseado na estruturação e diversificação de sua produção sobre as bases do invariável desenvolvimento sustentável e da preservação dos recursos naturais do Estado.

O projeto, cuja implantação teve início em 2002, preconizava em seu discurso o manejo sustentável, a conservação dos recursos naturais e a difusão do desenvolvimento produtivo sustentável. Previa também a criação do Instituto de Terras do Acre – para a regularização fundiária; o asfaltamento de 70 km da BR-364 (no trecho Tarauacá – Rodrigues Alves); a desobstrução de rios e igarapés; a construção de embarcações; a instalação de energia elétrica em comunidades isoladas; a revitalização da infraestrutura urbana em Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Xapuri; a implantação do sistema estadual de rádio e televisão educativa; a construção de aeródromos em Manoel Urbano e Feijó; a implantação dos Centros de Florestania<sup>64</sup>; a construção de pousadas ecológicas em Porto Acre, Sena Madureira e Marechal Thaumaturgo; a melhoria da infra-estrutura portuária de Cruzeiro do Sul; o reaparelhamento do departamento de estradas do Acre, entre outros investimentos.

Resumindo, com o financiamento do BID, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre planejava a intervenção do Estado na estruturação da infra-estrutura, da

---

63 A primeira fase do projeto foi orçada em US 108 milhões, sendo US\$ 64,8 milhões financiados pelo BID e US\$ 43,2 milhões recursos próprios do Estado do Acre.

64 “Os Centros de Florestania são núcleos rurais que oferecem serviços básicos de saúde, educação, desenvolvimento econômico e comunitário”. In: ACRE. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II. P.92. Já Florestania é uma expressão cunhada pelo governo estadual do Acre em 1999. “A Florestania se constitui em uma civilidade com características florestais marcada por uma cultura peculiar e distintiva, própria dos amazônidas.” In: Ibid. p.35. Em outras palavras, é a cidadania específica dos povos da floresta.

atividade econômica, da assistência social e inclusive dos meios de comunicações relacionados à educação.

Outro projeto do governo do Estado é o Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta Estadual do Antimary<sup>65</sup>, cujo objetivo era incentivar um modelo de desenvolvimento baseado na administração dos recursos naturais, maximizando os benefícios econômicos, garantindo o uso não-predatório da floresta e conservando sua biodiversidade.

Com o financiamento do International Tropical Timber Organization – ITTO, foi realizado um inventário florestal e o diagnóstico de regeneração da Floresta Estadual do Antimary, a partir do qual foi elaborado seu plano de manejo<sup>66</sup>, que indica as áreas destinadas ao manejo de produtos madeireiros e não-madeireiros, que podem ser explorados pelos moradores sob o regime de concessão do direito de uso e exploração dos recursos.

---

65 A Floresta Estadual do Antimary está localizada no município de Bujari, tem cerca de 66 mil hectares e cerca de 80 famílias, cuja atividade econômica principal é a extração de castanha e borracha. Sua infraestrutura é dotada de alojamento, pista de pouso, três postos de saúde, três escolas de 1º grau e associação de seringueiros.

66 O manejo florestal é uma palavra de ordem entre as políticas de desenvolvimento sustentável do governo acreano. Ele consiste na exploração de uma área de floresta sem obstruir os mecanismos que determinem a resiliência do ecossistema, ou seja, sua capacidade de se recuperar de uma perturbação e retornar a um ponto de equilíbrio. No plano de manejo florestal a exploração ocorre a partir da divisão da área a ser explorada em lotes, do inventário das espécies da área e da exploração de cada lote sem a devastação das espécies sem valor e segundo um calendário que permite que a área explorada se regenere por 20 ou 30 anos. O objetivo dos planos de manejo é o uso racional da floresta tropical, colocando-se como principal alternativa para a indústria madeireira, uma vez que a madeira extraída dentro deste modelo recebe a certificação florestal através do FSC – Forest Stewardship Council, o ‘Selo Verde’, que indica sua condição de exploração racional e legal, o que a coloca num nicho de mercado diferenciado, especialmente no mercado internacional.

Já na linha dos grandes projetos financiados, em 2003 foi elaborado o Plano Plurianual do Estado do Acre 2004-2007 – PPA, financiado pelo BID e BNDES<sup>67</sup>. As novidades neste PPA ficaram por conta do aprimoramento de alguns projetos, como por exemplo, na previsão do monitoramento digital das propriedades rurais; na ampliação do número de barcos de carga e de passageiros; na conclusão dos portos de Feijó e Cruzeiro do Sul; na conclusão de aeroportos em Manuel Urbano e Feijó; na construção de aeroportos em Porto Walter, Santa Rosa do Purus e Jordão; na continuidade da pavimentação do trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul da Br-364; na implantação de pólos moveleiros.

O quadriênio 2004-2007 tem como principal objetivo inverter a lógica de desenvolvimento dominante nas últimas décadas. Mais que isso, tem a pretensão de realizar mudanças na sociedade, oferecendo uma experiência de desenvolvimento sustentável que atenda aos anseios da sociedade.<sup>68</sup>

Somados, os projetos implantados no Acre a partir de 1999 intervieram em praticamente todos os elementos que compõem a estrutura econômica, produtiva e institucional do Estado, promovendo uma ampla estruturação desde a infra-estrutura à educação, da organização da estrutura produtiva à assistência social, e inclusive da própria instituição do Estado.

A partir do discurso dominante do desenvolvimento sustentável - um dos pilares da ideologia neoliberal que por sua vez preconizava a diminuição da intervenção estatal, a descentralização e também o desmonte do Estado -, as políticas elaboradas e

---

67 O projeto de complementação de obras de infra-estrutura urbana do PPA 2004-2007 contava com financiamento de R\$ 40 milhões pelo BNDES.

68 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p.63.

implantadas no Acre nos últimos seis anos abrangeram e orientaram a estruturação dos mais variados setores de forma estratégica e planejada.

Através desta ampla estruturação física, econômica e social do Estado, o governo do Acre buscava estabelecer as condições necessárias ao desenvolvimento acreano. Esse desenvolvimento, segundo as diretrizes do governo de Jorge Viana, deveria ocorrer a partir da exploração das características específicas do Acre, que deveriam ser potencializadas.

A vantagem competitiva [sic] que o Acre pode ter sobre os demais Estados da Amazônia não é a quantidade, mas a qualidade de seus produtos. Podemos gerar produtos agropecuários e florestais de forma ecologicamente sustentável e socialmente responsável. Produtos com essas características conquistam hoje o mercado internacional e têm o maior valor potencial para o futuro, num mundo em que cresce cada vez mais a consciência ecológica e social das pessoas e das empresas. Nossa sustentabilidade econômica depende da modernização das atividades produtivas existentes e do desenvolvimento de negócios ligados à biodiversidade.<sup>69</sup>

---

69 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p.87.



***6 - O Acre nos primeiros anos do século XXI***

---

## ***6 - O ACRE NOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XXI***

Na entrada do século XXI, o Acre apresentava características muito diversas daquelas de um século atrás, quando fora conquistado e incorporado ao território brasileiro. Nos primeiros anos do século XXI os 557.526 habitantes acreanos estavam majoritariamente (66,4%) concentrados nas áreas urbanas; o Estado estava dividido em vinte e dois municípios localizados nas margens das rodovias; a extração da borracha assim como a pecuária tinham peso insignificante na economia acreana, embora fossem consideradas suas principais atividades econômicas; a instituição do Estado consolidara-se como o elemento mais importante da estrutura econômica do Acre, responsável por 47% da composição do PIB acreano; a estratégia geopolítica de ocupação territorial, dominante no século XX, fora substituída pela retórica do desenvolvimento sustentável; e os projetos do governo estadual intervinham em todos os setores de sua estrutura física, econômica, social e administrativa.

Apesar das mudanças, algumas delas estruturais, uma característica original manteve sua condição: a importância do Estado na condução dos processos ocorridos no Acre. Nos primeiros anos do século XXI o Estado, agora em seu âmbito estadual, era o elemento central de todos os processos desenrolados no Acre, perpetuando sua importância e presença no processo de ocupação, incorporação e integração territorial do Acre, e se consolidando como o mais importante pilar da economia acreana.

### 6.1 – A importância da instituição do Estado no Acre

A instituição do Estado nunca deixou de estar à frente dos processos experimentados no Acre, ditando os rumos que seguiriam o desenvolvimento econômico e a ocupação territorial deste Estado. No século XXI, ela não apenas continuou comandando os processos econômicos e a produção do espaço no Acre, como também consolidou seu papel de principal elemento da estrutura econômica deste Estado.

No final da década de 90 a instituição pública, em suas diferentes esferas e atividades, era o principal empregador do Estado do Acre, o pagador de melhores salários e o setor mais importante na composição do PIB acreano. Em 2001 a administração pública empregava 48,41% do pessoal ocupado, com uma larga vantagem sobre o segundo maior empregador, o setor do comércio, que empregava o correspondente a 19% do pessoal ocupado no Estado.

Tabela.6.1 – Percentual do pessoal ocupado no Acre por setor – 1996 a 2001.

	Percentual de todo pessoal ocupado			
	1996	1998	1999	2001
Administração pública, defesa e seguridade social	60,83%	38,79%	62,06%	48,41%
Comércio	12,35%	13,51%	14,39%	19,05%
Construção civil	2,76%	2,88%	3,52%	4,90%
Indústria de transformação	3,51%	3,24%	3,16%	5,53%
Agricultura, extrativismo, pecuária	0,44%	0,38%	0,48%	0,90%

\*Fonte: IBGE. SIDRA. 1996, 1998, 1999 e 2001.

Embora majoritária a concentração de empregos na administração pública, a análise de seu comportamento no período de 1996 a 2001 revela uma oscilação em sua

---

participação como empregador, o que não ocorreu com os demais setores acreanos, que sem exceção apresentaram um contínuo crescimento de sua participação na oferta de empregos.

Devido ao fato do comportamento da administração pública não ter sido regular, não podemos afirmar que este seja um movimento em direção à diminuição de sua participação na oferta de empregos. De qualquer forma, seja este um movimento de diminuição ou não da participação da administração pública na geração de emprego, esta ainda é, de longe, o maior empregador no Estado do Acre.

Na comparação entre o índice acreano e aqueles brasileiros constatamos que, em 2002 o Acre era o segundo Estado brasileiro com maior concentração de pessoal ocupado na administração pública, atrás apenas do Tocantins, cujo índice era de 49,05%. Estes números são bastante superiores à média brasileira, que, em 2002 era de 19,46%.

Tabela 6.2 – Percentual do pessoal ocupado na administração pública no Brasil – 2002

	% do pessoal ocupado		% do pessoal ocupado
Brasil	19,46%		
Tocantins	49,05%	Ceará	26,98%
Acre	48,09%	Bahia	26,74%
Roraima	44,57%	Mato Grosso do Sul	26,19%
Maranhão	41,73%	Pernambuco	24,00%
Piauí	40,75%	Goiás	24,12%
Distrito Federal	40,71%	Espírito Santo	19,97%
Amapá	40,20%	Mato Grosso	19,12%
Paraíba	38,54%	Minas Gerais	18,32%
Rondônia	35,62%	Rio de Janeiro	16,81%
Sergipe	35,49%	Paraná	14,02%
Pará	33,80%	Rio Grande do Sul	14,02%
Amazonas	32,96%	Santa Catarina	13,54%
Rio Grande do Norte	32,76%	São Paulo	13,37%
Alagoas	29,98%		

\* Fonte: IBGE. SIDRA. 2002.

A importância da administração pública no Acre está relacionada também à concentração do melhores salários pagos. Em 1997 quase 68% dos salários pagos pela administração pública se concentravam na faixa entre 2 e 10 salários mínimos, enquanto na construção civil 70% dos salários concentram-se entre 1 e 5 salários mínimos e na indústria de transformação 82% dos salários estão na faixa de ½ a 5 salários mínimos.

Tabela 6.3 – Rendimento mensal no Acre segundo ramo de atividade – 1997

Ramo de atividade	Número de salários							
	Até 1/2	½ - 1	1-2	2-5	5-10	+ 10	Sem renda	Sem inf.
Agrícola	3,22%	-	12,89%	16,06%	3,21%	3,21%	81,09%	0,04%
Indústria de transformação	7,14%	35,73%	21,42%	24,96%	3,57%	3,57%	3,57%	-
Construção civil	-	10,01%	35,00%	35,00%	9,98%	5,01%	4,99%	-
Comércio de mercado	9,21%	19,73%	15,80%	27,62%	11,85%	6,58%	9,21%	-
Administração pública	2,44%	7,31%	12,19%	43,91%	24,38%	9,76%	-	-

\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II, p.207.

No entanto, não é somente a grande concentração de empregos e o pagamento dos mais altos salários que faz da instituição do Estado o sustentáculo da economia acreana. Sua participação na composição do PIB acreano é fundamental uma vez que a administração pública chega a ser cinco vezes maior do que o segundo maior setor da economia, o da construção civil, que por sua vez também é parcialmente dependente dos investimentos públicos, principalmente na área de execução de grandes obras de infra-estrutura.

Tabela 6.4 – Percentual da participação das atividades econômicas na composição do PIB acreano – 1985 a 1997

Setor	1985	1987	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Agropecuária	23,23	15,61	7,28	5,78	5,19	4,43	4,91	5,31	6,64	5,89	3,90
Construção civil	8,28	8,54	8,68	6,95	7,19	9,02	9,04	10,49	9,92	9,63	9,83
Comércio	10,06	9,58	16,47	11,54	13,13	13,47	13,28	8,72	7,33	6,64	6,70
Indústria de transformação	8,61	8,24	9,05	9,20	9,18	9,30	9,24	8,01	7,93	8,55	7,69
Administração pública, defesa e seguridade	29,61	35,51	37,85	47,25	41,07	40,73	40,59	47,82	48,30	44,57	47,88

\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II, p.209.

A análise dos dados acima revela não apenas a importante participação da administração pública na composição do PIB acreano, mas revela também que esta participação apresentou um movimento de contínuo crescimento durante as décadas de 80 e 90, justamente quando no contexto nacional ascendiam as políticas recessivas e a onda neoliberal, que orientava um movimento no sentido de descentralização e desmonte do Estado.

Curiosamente, no mesmo período as demais atividades significativas no Acre ou mantiveram-se estagnadas ou diminuíram sua participação na composição do PIB. No caso da agropecuária, a diminuição ocorreu de forma intensa, derrubando sua participação de 23% em 1985 para 3,9% em 1997, apesar de o rebanho acreano ter crescido mais de 100% neste período.

A importante participação da administração pública no processo de assalariamento da população acreana e na composição do PIB estadual explica a ansiedade com que o comércio de Rio Branco aguarda o pagamento destes salários e o fato peculiar de que na tarde do dia do pagamento dos salários estaduais as instituições públicas decretam ponto facultativo.

Peculiaridades a parte, a dependência econômica da instituição do Estado tem também um outro viés, que fica explicitado na análise das receitas do Estado Acre, em que as receitas provenientes de transferências diversas representam cerca de 70% da receita total do Estado. Ou seja, a instituição do Estado, que é o sustentáculo da economia acreana, é dependente dos repasses e transferências do governo federal, que incluem as transferências constitucionais, os convênios e os financiamentos de agências nacionais ou internacionais.

Tabela 6.5 – Composição da receita do Estado do Acre – 1997 a 1999

Natureza da receita	1996	1997	1998	1999
Receitas próprias	20,76%	22,10%	29,22%	18,17%
Transferências	73,69%	76,54%	70,71%	63,45%
Operações de crédito	5,55%	1,36%	0,07%	18,39%

\* Fonte: ACRE. Anuário estatístico. 1996 – 1999. p.80.

Estes dados revelam que o governo brasileiro ainda investe e sustenta, através das transferências e financiamentos, a estruturação do Acre. A continuidade destes investimentos, independente da ideologia dominante ser defensora de estratégias geopolíticas ou do desenvolvimento sustentável, revela a opção brasileira em manter o subsídio à consolidação deste Estado brasileiro.

---

Por outro lado, esta condição dependente dos recursos federais confirma que o processo de produção do espaço no Acre ocorreu, e ainda persiste, em virtude da estratégia brasileira de consolidação da ocupação territorial desta faixa da fronteira, e que a expansão da forma-mercadoria aí se deu num movimento secundário, como reflexo da prioridade anterior.

Os elementos que produzem uma ou outra condição são os mesmos, o que diferencia estes processos é justamente a fundamental participação da instituição do Estado como sustentáculo da economia acreana. O Estado como principal elemento da composição do PIB ou como maior empregador e onde se concentram os mais altos salários, revela o caráter estratégico que ainda sustenta a intervenção do Estado no Acre.

### ***6.2 – As tradicionais atividades econômicas do Acre***

Além da fundamental participação da instituição do Estado na estrutura econômica, algumas outras atividades produtivas como o extrativismo, a pecuária, as RESEX's – Reservas extrativistas, e os projetos de assentamento compõem a estrutura econômica do Acre.

Nos primeiros anos do século XXI o extrativismo, a secular atividade produtiva do Acre ainda era um elemento importante na cultura produtiva do Estado, embora sua participação na economia estadual diminuísse ano a ano. Quase um século depois de ter atingido seu ápice, a extração do látex ainda subsistia entre as atividades econômicas do

Estado, envolvendo cerca de 15 mil famílias, apesar do irreversível processo de decadência que a acompanhava desde as primeiras décadas do século XX.

Os sinais desta decadência podem ser verificados na queda da participação relativa do extrativismo na composição do valor bruto da produção agropecuária acreana, de 31% em 1975, para 6% em 1996<sup>1</sup>. No entanto, o dado mais sintomático da decadência da produção de borracha é a comparação entre a produção de 2.800t de borracha em 2000 e a produção de 42.000t em 1909. Quase cem anos depois, a produção de borracha no Acre não chegava a 7% da quantidade de produzida no auge da economia deste produto.

Tabela 6.6 - Produção de borracha no Acre – 1986 a 2000.

1986	1990	1996	2000
14.172 t	11.843 t	6.970 t	2.800 t

\* Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II. p.193.

Já a atividade pecuarista, por sua vez, apresentou um contínuo movimento de ascensão durante as décadas de 1970 e 1980, principalmente em virtude das políticas de incentivo do governo brasileiro, que queria fazer do Acre e de Rondônia um corredor de exportação de carne bovina. Como resultado, o rebanho acreano cresceu ano após ano, e em 2002 ele correspondia a cerca de 1% do rebanho brasileiro, que era de 185 milhões de cabeças de gado.

<sup>1</sup> ACRE. Governo do Estado do Acre. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II, p.80.

Tabela 6.7 - Rebanho acreano - 1970 a 2002

	1970	1975	1980	1985	1990	1996	2000	2002
Rebanho	72.166	120.143	292.190	334.336	400.085	847.208	1.033.311	1.817.467
Área de pastagens	63.354	124.104	264.198	326.023	350.000	614.214	1.065.000	1.200.000
UA/ha. (unidade animal/ hectare) <sup>2</sup>	1,14	0,97	1,11	1,03	1,14	1,38	0,97	1,51

\*FONTE: SEVÁ. 2002. p.54.

No entanto, apesar do crescimento do rebanho, a participação da atividade agropecuária na composição do PIB acreano sofreu um contínuo processo de decadência, passando de 23% em 1985 para 3,9% em 1997, conforme Tabela 6.4 deste capítulo. Também com relação à geração de empregos sua participação é discreta, em 2001 ela empregava apenas 0,21% do pessoal assalariado<sup>3</sup>. Juntas, as duas atividades apontadas como as principais atividades produtivas do Acre não chegam a representar 10% do valor bruto da produção primária acreana.

Outro setor da economia que costuma ser mencionado, principalmente devido aos inúmeros incentivos e investimentos recebidos nos últimos anos, é o das reservas extrativistas e dos projetos de assentamentos do INCRA.

2 Com relação ao aproveitamento das áreas de pastagem, os dados acima mostram um movimento de oscilação que não nos permite uma análise mais precisa. Essa variação pode ser resultado de um movimento de melhoria do aproveitamento das áreas, a partir da adoção de tecnologias para o aumento da produtividade, ou pode ser também apenas uma variação no método de pesquisa, uma vez que não apresenta um processo contínuo.

3 IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/> >. Acesso em julho, 2004.

A atividade produtiva nas RESEX's conjuga a atividade extrativista da borracha e da castanha com a agricultura e a pecuária, como forma de complementar a renda. Segundo dados de 1992 do Conselho Nacional dos Seringueiros, as três principais atividades produtivas nas áreas de reservas extrativistas são: o extrativismo, que contribui com 62% na composição da receita; a agricultura com 29% e agropecuária com 9%.

O modelo das RESEX's é objeto de intensos debates, principalmente com relação a sua viabilidade econômica. Como exemplo, os críticos deste modelo apresentam a renda familiar anual na RESEX Chico Mendes, que é de cerca de U\$490, ou U\$40 por mês, abaixo da média geral das áreas de extrativismo, que é de U\$52/mês<sup>4</sup>.

Além dos baixos rendimentos medidos nas RESEX's, outro tema que causa mobilização é o do desmatamento ocorrido dentro delas. A partir de pesquisa realizada na mesma RESEX Chico Mendes, SASSAGAWA (2000) aponta que quatro anos antes de sua criação como RESEX a área desmatada era de 0,7%; em 1992, um ano após sua criação oficial, este índice era igual a 1,5% e em 1998 era 2,9%. A partir da taxa de desmatamento verificada, SASSAGAWA (2000) calculou que em 2010 o desmatamento dentro desta RESEX ultrapassará o limite máximo permitido de 10% da área total<sup>5</sup>.

---

4 Conselho Nacional dos Seringueiros. **Relatório preliminar**. Rio Branco, Mimeo, Julho, 1992.

5 SASSAGAWA, Hiromi S. Y., et.al. 2000. **A evolução do uso da terra na reserve extrativista Chico Mendes, Acre-Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://lba.cptec.inpe.br/lba/port/conf/Land%20Use%20Abstracts.pdf>> Acesso em agosto de 2002.

---

Em geral, os debatedores da viabilidade das RESEX's apontam sua inviabilidade a partir de análises econômicas que relacionam a produtividade da terra, a renda dos seringueiros/trabalhadores e os desmatamentos. Eles apontam também que a introdução de atividades mais rentáveis do que a atividade extrativista como forma de complementar a renda, provoca a concorrência e a pressão sobre esta, além de promover os processos de desmatamento, que são principalmente provocados por estas atividades mais rentáveis, em especial a agricultura e a pecuária.

Por outro lado, os defensores de sua viabilidade destacam seu papel na preservação da cultura secular, na conservação da floresta, e até mesmo na economia de recursos por parte do Estado, uma vez que não provoca os fluxos migratórios para as periferias. Para os defensores, as RESEX's tornaram-se alternativas para a 'exploração racional' dos recursos naturais, para a conservação da biodiversidade e para a minimização do problema fundiário na região.

Já nos projetos de assentamentos do Incra, onde são desenvolvidas a atividade agrícola, a pecuária e, em alguns casos, o extrativismo, os resultados econômicos são melhores. Em 2001 havia 69 destes projetos no Acre, cerca de 5% dos projetos implantados na Amazônia, com mais de 15 mil famílias assentadas, o equivalente a cerca de 10% da população acreana, em uma área total de 1,74 milhões de hectares.

Com relação aos resultados econômicos, o projeto de assentamento que mais se destaca é o PAD – Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, o primeiro implantado no Acre, ainda em 1977. Nele a renda mensal familiar em 2001 era de R\$839, provenientes

da produção de 133 mil litros de leite, da criação de 3.000 cabeças de bois e da produção agrícola formada principalmente por banana, milho, arroz e frutas<sup>6</sup>.

Apesar dos bons resultados, os projetos do INCRA também são alvos de debates com relação a sua viabilidade econômica, principalmente com relação aos desmatamentos e danos ambientais por eles provocados. Isso ocorre especialmente quando os projetos em questão são aqueles implantados em áreas de floresta nativa, que o INCRA classificava como área improdutiva, e com os projetos implantados em áreas de antigos seringais.

Resumindo, o debate sobre os projetos de assentamentos centra-se basicamente sobre os mesmos argumentos do debate sobre as RESEX's, quais sejam, a introdução da pecuária e da agricultura promovem o desmatamento das áreas tanto para sua implantação, que requer áreas livres de florestas, quanto pela pressão que estas atividades exercem sobre aquelas atividades menos rentáveis, principalmente sobre o extrativismo.

Os assentamentos de reforma agrária podem ser considerados como um dos piores tipos de ocupação da Amazônia, contendo a menor quantidade de aspectos positivos.<sup>7</sup>

Com relação à atividade madeireira, sua participação na composição do PIB acreano também é pequena, não chegando a 3% em 1999. Segundo os dados do Zoneamento ecológico-econômico do governo do Acre, 96% da produção acreana de madeira, cerca de 210 mil m<sup>3</sup> de madeira em tora, são destinados ao consumo estadual e apenas 4% são

---

6 GUERRA, Raíssa Miriam. 2002. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia legal? O caso do PDS São Salvador no Acre.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2002. p.67.

7 Ibid., p.45.

---

comercializados fora do Acre<sup>8</sup>. Resumindo, o setor madeireiro também não tem importância significativa na economia acreana.

### **6.3 – Os 22 municípios acreanos**

A organização territorial do Acre no século XXI reflete o processo de produção do espaço neste Estado. Ele é o resultado das políticas aí implantadas desde sua incorporação ao território brasileiro. A infra-estrutura de seu território, a estrutura de sua economia, a localização de seus vinte e dois municípios, a concentração urbana de sua população, entre outros, refletem os objetivos das políticas implantadas e a diretriz do governo brasileiro para este Estado.

O processo de produção do espaço no Acre foi marcado por três momentos distintos. O primeiro deles aconteceu no momento de incorporação do Acre, em 1903, quando era necessário consolidar sua ocupação territorial. Para tal foram criadas três sedes dos departamentos administrativos – Rio Branco, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, que em 1912 foram transformadas em municípios no mesmo processo que criou outros dois novos municípios – Xapuri e Tarauacá. Consolidando esse primeiro momento de organização territorial, em 1938 foram criados dois outros municípios, Feijó e Brasiléia.

---

8 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II. p.149 e 150.

---

Neste primeiro momento os sistemas de transporte e comunicações acreano ainda eram baseados sobre o transporte fluvial, embora já houvesse planos para a implantação de rodovias e a estratégia que orientava as políticas territoriais no Acre era baseada na necessidade de organização e consolidação de sua ocupação territorial, principalmente em virtude da recente disputa territorial com a Bolívia.

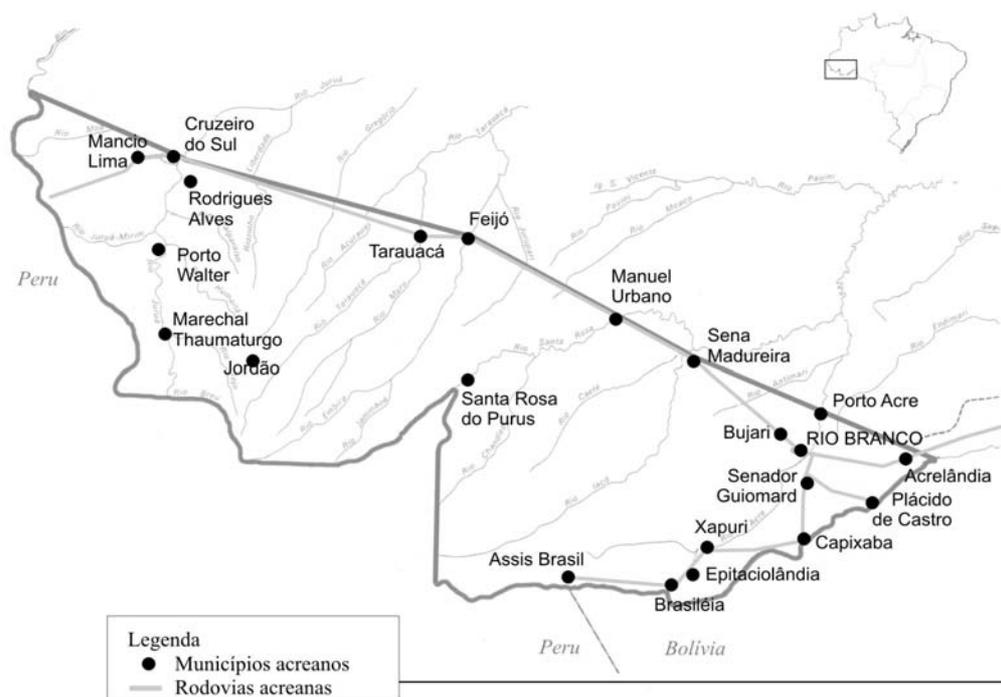
O segundo momento de organização territorial do Acre aconteceu em 1976, quando foram criados cinco novos municípios, todos eles ao longo das rodovias implantadas ou em processo de implantação. Neste momento a estratégia de ocupação territorial do Acre era claramente baseada na concepção geopolítica de adensamento populacional, concentração urbana e estabelecimento de uma rede de núcleos urbanos integrantes de uma rede de transporte. Foi sob esta inspiração que foram criados Mâncio Lima, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Senador Guiomard e Assis Brasil.

Por fim, no último momento de organização territorial do Acre, onde foram consolidados os resultados das políticas de produção do espaço, foram criados outros dez municípios. Os novos municípios criados em 1992 foram Acrelândia, Bujari, Epitaciolândia, Capixaba, Jordão, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Porto Acre e Rodrigues Alves.

Na verdade o motivo de criação destes municípios parece estar mais relacionado à políticas locais e de interesses particulares do que baseado em qualquer fundamento mais complexo de organização territorial. No entanto, este episódio, somado ao processo restante, levou à consolidação da ocupação territorial do Acre a partir de seus vinte e dois municípios, a maioria deles localizados ao longo das estradas, conformando

a estratégia geopolítica dominante no século XX, que defendia a ocupação territorial a partir de núcleos urbanos interligados por uma rede de transporte e comunicação.

Mapa 6.1 - Municípios acreanos



\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II. p. 265.

A localização dos municípios acreanos, suas áreas e sua densidade demográfica, são elementos que revelam o processo de ocupação territorial do Acre. Embora a interpretação de que os municípios acreanos formam uma rede de núcleos urbanos seja questionada, principalmente em virtude das características destes municípios, ao comparar a organização territorial do Acre à organização territorial dos demais Estados amazônicos, especialmente daqueles localizados na área de abrangência do Projeto Calha Norte, é possível constatar o alcance das estratégias geopolíticas em sua organização territorial.

Na verdade, mais da metade dos municípios acreanos foi criada a partir de estratégias de consolidação da ocupação territorial, que entre outras coisas, preocupava-se com o caráter rarefeito da ocupação amazônica. Dentre as estratégias para melhorar esta condição vulnerável da Amazônia estavam o aumento da densidade populacional e a configuração de municípios de extensão moderada.

Respondendo a estas estratégias, os municípios acreanos têm a terceira menor área média entre os Estados amazônicos e sua densidade demográfica situa-se num patamar intermediário, mais próxima das densidades mais altas do que das menores densidades populacionais da Região Norte<sup>9</sup>.

Tabela 6.8 – Área média dos municípios e densidade demográfica dos Estados amazônicos

Estado	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	Número de municípios	Área média dos municípios (km <sup>2</sup> /município)
Acre	152.522,0 km <sup>2</sup>	3,65 hab/km <sup>2</sup>	22	6.932,8 km <sup>2</sup> /mun
Amazonas	1.570.946,8 km <sup>2</sup>	1,79 hab/km <sup>2</sup>	62	25.337,8 km <sup>2</sup> /mun
Amapá	142.815,8 km <sup>2</sup>	3,33 hab/km <sup>2</sup>	16	8.925,9 km <sup>2</sup> /mun
Pará	1.247.702,7 km <sup>2</sup>	4,96 hab/km <sup>2</sup>	143	8.725,1 km <sup>2</sup> /mun
Rondônia	237.564,2 km <sup>2</sup>	5,80 hab/km <sup>2</sup>	52	4.568,5 km <sup>2</sup> /mun
Roraima	224.118,0 km <sup>2</sup>	1,45 hab/km <sup>2</sup>	15	14.941,2 km <sup>2</sup> /mun
Tocantins	227.297,8 km <sup>2</sup>	4,17 hab/km <sup>2</sup>	141	1.966,6 km <sup>2</sup> /mun

\*Fonte: IBGE. 2000. SIDRA.

A área média dos municípios acreanos é um dos indicadores de que o objetivo da estratégia de consolidação da ocupação territorial no Acre foi alcançado, embora no

<sup>9</sup> Apenas como referência, a área do Estado de São Paulo é de 248.176 km<sup>2</sup>, a área média dos municípios paulistas é de 384,7 km<sup>2</sup>/mun. e a densidade demográfica média paulista é 148,96 hab/km<sup>2</sup>.

---

Estado ainda existam dois municípios com mais de 24 mil km<sup>2</sup>, que é o caso de Feijó e Sena Madureira.

No entanto, abandonado o ponto de vista das estratégias geopolíticas, alguns municípios acreanos apresentam características, no mínimo, peculiares. Entre estas características destaca-se a questão do acesso. Alguns municípios são principalmente caracterizados por seu isolamento, como é o caso de Santa Rosa do Purus, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo e Jordão, que por não serem alcançados por rodovias, são dependentes de transporte aéreo ou fluvial, geralmente feito por pequenas embarcações ou aviões de pequeno porte.

O agravante dessa situação é que alguns rios que dão acesso a estes municípios têm baixa navegabilidade nos meses de seca, o que no caso da Amazônia significa seis meses por ano, fazendo com que uma viagem fluvial de ida e volta de Santa Rosa do Purus a Sena Madureira dure até quinze dias. Por sua vez, o transporte aéreo não conta com o apoio de aeroporto em alguns desses municípios as pistas são gramadas, localizadas no centro das cidades e servem também às brincadeiras de crianças e animais. No caso do município de Jordão ocorre também a inexistência de linhas regulares, o que o torna acessível apenas através de vôos fretados.

Com relação à atividade econômica, em sete municípios acreanos, ou seja, 32% deles, a atividade econômica é quase incipiente, baseada no extrativismo do látex ou da madeira, na produção agrícola para sobrevivência, ou no pequeno comércio e na criação de pequenos animais ou na pesca também para sobrevivência. Neste caso encontram-se

---

Jordão, Manuel Urbano, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves e Santa Rosa do Purus.

A título de exemplo, em 2002 a atividade econômica mais relevante no município de Jordão foi a extração de madeira, que rendeu R\$ 135 mil, seguida pela extração de 29 toneladas de borracha, vendida a R\$ 41 mil. No caso de Santa Rosa do Purus, a atividade econômica que movimentou o maior volume de recursos também foi a extração de madeira, totalizando R\$132 mil reais entre os 8.000 m<sup>3</sup> de lenha e 2.800 m<sup>3</sup> de tora produzidos<sup>10</sup>.

Além das características econômicas semelhantes e da dificuldade de acesso, outro fator comum entre esses sete municípios mencionados é a majoritária concentração rural de sua população, a inexistência de ligações rodoviárias e a inexistência de automóveis, a exceção de Manuel Urbano e Mâncio Lima, que também possuem ligações rodoviárias.

---

10 IBGE. Cidades @. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em julho, 2004.

Tabela 6.9 – População urbana e densidade populacional dos municípios acreanos

Município	População absoluta	Percentual da pop. urbana	Percentual da pop. rural	Densidade demográfica
Rio Branco	249.930 hab	88%	12%	25,09 hab/km <sup>2</sup>
Acrelândia	6.730 hab	30%	70%	4,18 hab/km <sup>2</sup>
Assis Brasil	2.918 hab	64%	36%	1,01 hab/km <sup>2</sup>
Brasiléia	13.938 hab	52%	48%	3,20 hab/km <sup>2</sup>
Bujari	4.641 hab	27%	73%	1,37 hab/km <sup>2</sup>
Capixaba	3.286 hab	34%	66%	2,10 hab/km <sup>2</sup>
Cruzeiro do Sul	60.817 hab	57,5%	42,5%	7,82 hab/km <sup>2</sup>
Epitaciolândia	10.012 hab	60%	40%	6,03 hab/km <sup>2</sup>
Feijó	24.164 hab	44%	56%	1,06 hab/km <sup>2</sup>
Jordão	3.699 hab	14%	86%	0,55 hab/km <sup>2</sup>
Mâncio Lima	9.095 hab	54%	46%	1,94 hab/km <sup>2</sup>
Manuel Urbano	5.889 hab	48%	52%	0,62 hab/km <sup>2</sup>
Marechal	8.522 hab	6%	94%	1,11 hab/km <sup>2</sup>
Thaumaturgo				
Plácido de Castro	12.101 hab	32%	68%	5,89 hab/km <sup>2</sup>
Porto Acre	7.944 hab	11%	89%	2,72 hab/km <sup>2</sup>
Porto Walter	4.898 hab	22%	78%	0,80 hab/km <sup>2</sup>
Rodrigues Alves	9.360 hab	22%	78%	2,82 hab/km <sup>2</sup>
Santa Rosa do Purus	2.246 hab	23%	77%	0,37 hab/km <sup>2</sup>
Senador Guiomard	13.791 hab	45%	55%	7,63 hab/km <sup>2</sup>
Sena Madureira	22.825 hab	53%	47%	0,90 hab/km <sup>2</sup>
Tarauacá	23.838 hab	48%	52%	1,48 hab/km <sup>2</sup>
Xapuri	13.756 hab	48%	52%	2,91 hab/km <sup>2</sup>

\*Fonte: IBGE. 2000. Censo demográfico.

Nos municípios acreanos de médio porte, que são aqueles que têm sua economia ligeiramente estruturada, as atividades econômicas dominantes são o extrativismo de borracha e da madeira, as indústrias de móveis, a atividade pecuária e a produção de frutas tropicais e palmito, embora estas últimas não ocorram de forma generalizada em todos os municípios. Entre estes municípios estão Tarauacá, Feijó, Sena Madureira,

---

Assis Brasil, Xapuri, Brasiléia, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guiomard, Cruzeiro do Sul e Bujari.

A produção econômica destes municípios normalmente é comercializada, o que na linguagem local é dito como exportada, pois não é consumida no próprio município. Em alguns deles a atividade extrativista e a indústria de móveis contam com a organização de cooperativas e associações de produtores rurais, que dão suporte à produção, armazenamento e comercialização dos produtos. Outras características comuns nestes municípios são: o maior equilíbrio entre a concentração urbana e rural de sua população, o que ocorre em mais da metade deles; as melhores condições de acesso, tanto por via aérea quanto rodoviária; e melhor infra-estrutura urbana.

Cruzeiro do Sul é a cidade com melhores índices entre estes municípios, em 2002 tinha 52.000 cabeças de boi, produziu 4t de borracha a R\$ 5 mil e produziu 187 mil m<sup>3</sup> de madeira vendidos por R\$ 864 mil. Ainda assim, o valor produzido por sua principal atividade econômica significa pouco mais de 14% do valor do repasse constitucional do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, que em 2002 foi de R\$ 6 milhões<sup>11</sup>.

Xapuri é outro exemplo semelhante à Cruzeiro do Sul, embora em menor escala. Apesar da ocorrência de algumas atividades produtivas, os repasses institucionais são muito mais volumosos do que todas as atividades econômicas somadas. Em 2002 tinha 147 mil cabeças de boi e sua produção se resumiu a 144t de borracha vendida a R\$ 200 mil, 763t de castanha comercializada a R\$ 320 mil, 6.700 m<sup>3</sup> de lenha a R\$ 61 mil e 12 mil m<sup>3</sup> de tora vendida a R\$ 430 mil. Somada a produção econômica de Xapuri em 2002

---

11 IBGE. Cidades @. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em julho, 2004.

---

não ultrapassou os R\$ 830 mil, menos de 30% do valor do FPM anual do município, que em 2002 foi de R\$ 2,89 milhões.

Rio Branco, a capital, tem características mais diferenciadas. A primeira delas é sua majoritária concentração urbana, na ordem de 88%. Sua economia rural, assim como nos demais municípios, está principalmente baseada na atividade extrativista da borracha e da madeira, e na pecuária, que em 2002 contabilizava 355 mil cabeças de bois. A produção extrativista do mesmo ano foi de 255t de borracha vendida a R\$ 356 mil, 676t e castanha que alcançou o valor de R\$ 284 mil, 16 mil m<sup>3</sup> de lenha e 55 mil m<sup>3</sup> de tora, que juntos foram renderam R\$ 2,1 milhão.

Entre as atividades produtivas urbanas destacam-se as indústrias relacionadas ao beneficiamento da produção extrativista, especialmente serrarias, ou ao beneficiamento de leites e derivados. Também têm participação importante na economia da capital o setor da construção civil e o comércio, que juntos empregam quase 20% da população economicamente ativa do município. De maneira geral, o setor de peso da economia de Rio Branco é o setor terciário, que emprega 70% da população empregada no município.

Apesar da atividade produtiva em Rio Branco ser mais significativa e variada do que nos demais municípios, o orçamento municipal também é o principal elemento de sua economia e o município também é dependente dos repasses constitucionais ou de financiamentos. Por exemplo, em 1993 a receita própria do município de Rio Branco, que incluía IPTU, ISS, receitas financeiras e outras, era igual a US\$ 6,96 milhões de dólares, enquanto a somatória das transferências da União e dos convênios atingia US\$

21,45 milhões. Na composição final das receitas, as receitas próprias correspondiam a 22%, enquanto as transferências da União e convênios colaboravam com mais de 70% da composição da receita<sup>12</sup>.

Com relação aos indicadores de infra-estrutura urbana, Rio Branco concentra os melhores índices, seguida por Xapuri. A seguir os municípios se misturam, restando com os piores índices os municípios de Mâncio Lima, Jordão, Capixaba e Feijó. Em geral, o pior índice de todos os municípios é o de coleta de esgoto.

Tabela 6.10 – Indicadores de infra-estrutura urbana - 2002

Município	Nº total de domicílios	Percentual de domicílios com coleta de esgoto	Percentual de domicílios com abastecimento de água	Percentual de domicílios com coleta de lixo
Rio Branco	64.078	25%	50%	83%
Assis Brasil	785	5%	46%	54%
Brasiléia	4.069	6%	23%	45%
Capixaba	1.258	0%	4%	20%
Cruzeiro do Sul	13.941	2%	29%	26%
Feijó	5.125	2%	5%	21%
Jordão	716	0%	4%	6%
Mâncio Lima	2.225	0%	5%	0%
Plácido de Castro	3.621	1%	12%	36%
Santa Rosa do Purus	325	0%	25%	27%
Senador Guiomard	4.864	0,05%	11%	43%
Tarauacá	5.103	2%	20%	28%
Xapuri	3.016	17%	40%	52%

\* Fonte: IBGE. 2000. Cidades @.

12 RIO BRANCO. Prefeitura de Rio Branco. 1993. **Relatório das Ações de Governo – 1993**. Rio Branco, 1993. p.8.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que mede a longevidade, a educação e a renda da população dos municípios acreanos também confirma a precariedade na oferta de serviços revelada pelos indicadores de infra-estrutura urbana, só que a partir dos indicadores de renda, educação e saúde. Apesar dos indicadores do IDH dos municípios acreanos serem baixos diante da comparação com os indicadores médios brasileiros, a análise das décadas apresentadas permite constatar que a cada década todos os municípios acreanos, sem exceção, têm melhorado seus indicadores.

Tabela 6.11 – IDH dos municípios do Acre – 1970 a 2000

Município	1970	1980	1991	2000
Rio Branco	0,429	0,659	0,722	0,753
Senador Guiomard	-	0,466	0,534	0,700
Epitaciolândia	-	-	-	0,684
Plácido de Castro	-	0,449	0,447	0,683
Acrelândia	-	-	-	0,680
Assis Brasil	-	0,358	0,530	0,670
Brasiléia	0,334	0,422	0,498	0,667
Xapuri	0,300	0,404	0,462	0,669
Cruzeiro do Sul	0,347	0,529	0,582	0,668
Porto Acre	-	-	-	0,664
Sena Madureira	0,294	0,446	0,445	0,651
Mâncio Lima	-	0,387	0,404	0,642
Bujari	-	-	-	0,639
Capixaba	-	-	-	0,607
Tarauacá	0,239	0,332	0,383	0,604
Manoel Urbano	-	0,341	0,378	0,601
Rodrigues Alves	-	-	-	0,550
Feijó	0,287	0,346	0,413	0,541
Porto Walter	-	-	-	0,540
Marechal Thaumaturgo	-	-	-	0,533
Santa Rosa do Purus	-	-	-	0,517
Jordão	-	-	-	0,476

\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE. VII, p.178. IPEA. 2000.

---

Constatamos ainda que a estratégia geopolítica de ocupação territorial do Acre tenha alcançado os objetivos planejados, mas os municípios que sustentam parte deste plano ainda estão distantes dos padrões médios dos municípios brasileiros.

Por outro lado, é preciso destacar que, embora o processo de produção do espaço nacional sob o modelo das políticas dos planos de desenvolvimento tenha se extinguido, a continuidade na implantação de políticas econômicas, territoriais e sociais no Acre, principalmente na virada para o século XXI, ainda mantém em curso o processo de homogeneização do espaço acreano em relação ao espaço nacional.

A análise pormenorizada dos municípios acreanos também permitiu reforçar os argumentos da presente tese, de que o processo de produção do espaço no Acre se deu segundo os princípios geopolíticos, uma vez que cerca de 30% de seus municípios têm atividade econômica insipiente e que o restante deles, embora tenha atividade produtiva mais estruturada, ainda é majoritariamente dependente dos recursos públicos.

#### ***6.4 – O processo de urbanização no Acre***

A tendência à concentração urbana da população acreana, 66,4% em 2000, faz parte do processo de urbanização da população brasileira, que pode ser verificado desde meados da década de 30, e concomitante com o processo de produção do espaço nacional, servindo de suporte à expansão do mercado interno brasileiro e ao processo de industrialização brasileiro.

---

No entanto, no caso específico do Acre, este processo faz parte também, e principalmente, de uma política de povoamento e ocupação territorial da Amazônia, cujo objetivo estava baseado na estratégia geopolítica de ocupação territorial e de adensamento populacional das faixas da fronteira brasileira, especialmente daquelas julgadas mais vulneráveis, como era o caso das fronteiras amazônicas, no qual o Acre se enquadra.

O processo de urbanização acreano foi intenso principalmente durante as décadas de 60, 70 e 80, justamente quando as políticas brasileiras incentivavam movimentos migratórios, criavam municípios, investiam em infra-estrutura e incentivavam a atividade agropecuária.

Os resultados destas políticas sobre o crescimento populacional urbano no Acre podem ser percebidos na Tabela 6.12 abaixo, onde é possível verificar que, desde a década de 60, a taxa de crescimento da população urbana acreana foi sempre superior à taxa de crescimento de sua população total. Este movimento, embora coincida com aquele vivido no Brasil e na Região Norte, se diferencia no Acre por apresentar, desde a década de 60, taxas de crescimento muito superiores às verificadas nas demais áreas.

Tabela 6.12 – Percentual de crescimento da população urbana no Acre – 1940 a 1990

		Décadas					
		40	50	60	70	80	90
Brasil	Pop. total	26%	36%	31%	28%	23%	15%
	Pop. urbana	-	66%	66%	54%	37%	24%
Norte	Pop. total	26%	48%	23%	63%	70%	28%
	Pop. urbana	-	54%	73%	86%	95%	52%
Acre	Pop. total	44%	40%	34%	40%	38%	33%
	Pop. urbana	-	59%	76%	123%	96%	43%

\*Fonte: IBGE. Censos Demográficos – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Apesar do intenso processo de urbanização acreano durante a segunda metade do século XX, e embora este movimento tenha ocorrido de forma crescente e constante, o que indica um contínuo movimento de aproximação em relação aos indicadores brasileiros, o índice de concentração urbana da população acreana ainda é inferior à média nacional e até, da Região Norte.

Tabela 6.13 - População urbana no Brasil, Região Norte e Acre – 1950 a 2000

		1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	Pop.	18.782.891	31.303.034	52.097.260	80.437.327	110.990.990	137.953.959
	urbana						
	%	36,16%	45,08%	55,94%	67,59%	75,59%	81,23%
Região Norte	Pop.	607.164	935.319	1.626.275	3.036.264	5.922.574	9.014.365
	urbana						
	%	29,64%	35,54%	45,13%	51,63%	59,05%	69,83%
Acre	Pop.	21.272	33.998	59.439	131.930	258.520	370.018
	urbana						
	%	18,54%	21,22%	27,61%	43,79%	61,89%	66,40%

\*Fonte: IBGE. Censos Demográficos – 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

O mesmo pode ser dito em relação à densidade demográfica no Acre, que apesar de ter aumentado intensamente nas últimas décadas, e de ser ligeiramente superior ao índice

da Região Norte, ainda é bastante inferior à média brasileira, na verdade é o sexto menor índice de densidade demográfica no Brasil.

Tabela 6.14 – Densidade demográfica no Brasil, Região Norte e Acre (hab/km<sup>2</sup>)

Unidade territorial	Ano								
	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	2,05	3,60	4,84	6,10	8,34	11,10	14,23	17,26	19,92
Norte	0,18	0,37	0,42	0,53	0,76	1,09	1,76	2,66	3,35
Acre	-	0,61	0,52	0,75	1,05	1,43	2,01	2,74	3,65

\* Fonte: IBGE. Censos Demográficos. 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Se os indicadores acreanos de povoamento e urbanização se mantiveram inferiores à média brasileira, os mesmos mantiveram, durante o século XX, um contínuo movimento em direção aos índices médios brasileiros. A cada década de investimentos públicos as características acreanas se tornam mais próximas daquelas brasileiras, em que pese as peculiaridades locais e a distância que ainda a separa dos índices médios nacionais.

Isso pode ser verificado, por exemplo, através do IDH. A cada década o indicador acreano apresenta-se mais próximo do índice brasileiro, embora a diferenciação ainda persista.

Tabela 6.15 – IDH no Estado do Acre – 1970 a 2000

	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,830	0,766*
Norte <sup>13</sup>	0,391	0,572	0,617	(não disponível)	(não disponível)
Acre	0,347	0,506	0,584	0,754	0,697*

\* A partir de 2000 o método de verificação deste indicador foi modificado. - \*Fonte: IPEA. 2000.

Se por um lado parte dos indicadores revela o contínuo processo de homogeneização do espaço no Acre, por outro lado alguns deles revelam a distância que ainda existe entre a infra-estrutura aí disponível em relação à média nacional. Por exemplo, o indicador sócio-ambiental e econômico do Acre, que indica que a oferta de infra-estrutura, em 2002 ainda era muito inferior à média nacional e inclusive à média da própria Região Norte.

Tabela 6.16 - Principais indicadores sócio-ambientais e econômicos do Acre

Indicador	Acre	Região Norte	Brasil
Coleta de lixo	74,2%	76,2%	91,2%
Pop. abastecida de água	49,2%	63,0%	89,1%
Coleta de esgoto	26,3%	12,3%	53,8%
Esgoto tratado	0%	45,3%	35,3%
Analfabetismo	31,1%	28,7%	29,4%
Mortalidade infantil	44,7	34,6	33,1
Médicos por 1.000 habitantes	1,14	1,15	2,56
PIB per capita em R\$	2.817,00	3.380,00	5.740,00
População abaixo da linha de pobreza	34,5%	34,85%	28,36%

\*Fonte: IBGE. 2002. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2002.

13 Em 2000 o IDH de Tocantins era 0,710; do Amazonas era 0,713; do Pará era 0,723; de Rondônia era 0,735; de Roraima era 0,746; e do Amapá era 0,753. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em julho/ 2004.

---

Em todos os indicadores da Tabela 6.16, sem exceção, os índices acreanos são inferiores à média nacional. Em alguns deles a diferença é bastante expressiva, como no caso do tratamento de esgoto, inexistente no Acre, da taxa de mortalidade infantil (50% acima da média nacional) ou ainda no valor do PIB per capita, metade da média brasileira.

Embora os indicadores da realidade acreana tenham melhorado a cada década do século XX, tornando-se cada vez mais próximos dos índices brasileiros, ainda persiste uma expressiva diferenciação entre eles. A partir de meados da década de 70, quando o processo de produção do espaço no Brasil já não era o elemento central das políticas implantadas, no Acre este ainda esteve em curso, embora num ritmo mais lento do que aquele ocorrido nas décadas de 60 e 70. Essa continuidade no processo de produção do espaço no Acre conduziu, e ainda conduz a aproximação entre os indicadores locais e nacionais, no sentido de homogeneização do espaço nacional, no entanto, a diferença entre os indicadores ainda é grande.

Apesar deste movimento de homogeneização, não é possível afirmar que o processo de integração do Acre tenha sido concluído, tanto do ponto de vista das estratégias geopolíticas quanto da expansão da forma-mercadoria.

A partir do ponto de vista da estratégia geopolítica de defesa territorial, ainda persistem situações consideradas vulneráveis, como por exemplo, no caso das denúncias de que madeireiros peruanos invadiram terras indígenas acreanas localizadas na fronteira do Acre com o Peru para a extração ilegal de madeira, ou também das denúncias de que na área da fronteira existe ocorre o trânsito pouco fiscalizado do tráfico de drogas<sup>14</sup>. A

---

14 MARQUES, Hugo. 2003. Acre pede polícia na fronteira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20/03/2003.

---

partir do ponto de vista da expansão da forma-mercadoria, este processo foi sempre condicionado à expansão do trabalho assalariado promovido pela própria instituição do Estado.

### **6.5 – Os projetos para o ‘desenvolvimento sustentável’**

Nos primeiros anos do século XXI a ideologia mundialmente dominante era a do desenvolvimento sustentável, que predominava também no Brasil e conseqüentemente no Acre. Aí o ‘desenvolvimento sustentável’ era o elemento central das políticas implantadas, envolvendo-as num manto de novidade e apresentando-se como a solução para o desenvolvimento do Acre.

Os projetos propostos pela onda do desenvolvimento sustentável foram incorporados e adaptados às características acreanas, ganhando destaque os projetos de manejo florestal, as ilhas de alta produtividade (IAP’s)<sup>15</sup> e os sistemas agroflorestais (SAF’s), as reservas extrativistas, os assentamentos com preocupação ambiental, entre outros.

---

SCHNEIDER, Flaviano. 2003. Peruanos invadem área indígena no Acre. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 21/11/2003.

BATISTA. Josafá. 2003. Desguamecida, fronteira do Acre continua aberta ao tráfico. **Jornal a Tribuna**. Rio Branco, 04/12/2003.

15 As ilhas de alta produtividade IAPs são pequenos plantios de seringueira em áreas de roçado, espaçadas entre si e circundadas pela diversidade da floresta natural. As IAPs, em essência, assemelham-se aos sistemas agroflorestais (SAFs) e desenvolvem-se como uma interface entre a agricultura e floresta. É uma forma de adensamento das espécies de seringueira e uma nova forma de produzir borracha. “[...] O adensamento [...] permite o aumento da produção e da produtividade do sistema e, conseqüentemente, a redução dos custos e aumento da rentabilidade.” In: MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 88 f. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003. p.45-46.

---

Em comum todos eles tinham a defesa da exploração não-predatória dos recursos naturais, que na linguagem dominante era dito como exploração sustentável.

Dentre os projetos para o desenvolvimento sustentável no Acre destacam-se aqueles relacionados à atividade extrativista. Ela é julgada a mais benéfica das atividades econômicas desenvolvidas no Acre, uma vez que apresenta uma produtividade estável ao longo de muitos anos, sem o esgotamento da oferta. RÊGO (1996) economista professor da Universidade Federal do Acre – UFAC e ex-secretário de Estado de Produção do governo de Jorge Viana, aprimorou os projetos para esta atividade e defende sua viabilidade a partir de alternativas que combinem o sistema extrativista tradicional aos sistemas agroflorestais, às ilhas de alta produtividade e à micro-agroindústria, o que configuraria o que ele denomina de ‘neoextrativismo’.

Na dimensão econômica, [neoextrativismo] é um novo tipo de extrativismo, que promove um salto de qualidade pela incorporação de progresso técnico e envolve novas alternativas de extração de recursos associadas como cultivo, criação e beneficiamento da produção.<sup>16</sup>

Do ponto de vista do desenvolvimento sustentável o extrativismo é defendido também pelo papel que tanto as reservas extrativistas quanto os assentamentos agro-extrativistas têm de reter sua população tradicional em seu habitat, diminuindo assim os processos migratórios em direção às cidades, o que além de provocar a ocupação das periferias urbanas provoca também o esvaziamento das áreas rurais, facilitando a implantação de fazendas pecuaristas e os conseqüentes desmatamentos.

---

16 RÊGO José Fernandes do. 1996. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. Universidade Federal do Acre. Rio Branco: Mimeo, 1996. P.3.

No entanto, há quem questione esta posição, como por exemplo, HOMMA (1989) especialista em economia rural da Embrapa, que defende que o extrativismo vegetal tem alta viabilidade ecológica e agrônômica, mas tem baixa viabilidade econômica, uma vez que é dependente dos subsídios governamentais e está vulnerável à disputa gerada pela renda das atividades agrícolas, cuja produtividade é melhor.

Seu argumento é sustentado pela análise das informações do projeto das ilhas de alta produtividade proposto por RÊGO (1996). “A margem bruta familiar mediana por seringueiro [o valor bruto médio apropriado pelo seringueiro] está em torno de R\$1.500,00/ano”<sup>17</sup>, o que significa R\$ 125 por mês. Esse valor deve ser acrescido à renda média mensal da atividade extrativista, que é de U\$52, cerca de R\$ 150, o que proporcionaria uma renda média de R\$275 por mês, valor ainda bastante inferior à renda média de R\$ 869 mensais dos assentados do INCRA no projeto PAD Peixoto, que desenvolvem atividade agrícola e pecuarista<sup>18</sup>. No entanto são justamente a atividade agrícola e a pecuária os elementos apontados como responsáveis por promover a expulsão das populações tradicionais de seu habitat e principalmente os desmatamentos, além de ser baixa geradora de empregos.

Embora o argumento dos desmatamentos esteja sempre presente nesses debates, no caso do Acre eles não chegam a ser tão intensos quanto em outros Estados amazônicos. Aí os

---

17 MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 88 f. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003. p.60.

18 GUERRA, Raíssa Miriam. 2002. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia legal? O caso do PDS São Salvador no Acre**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2002. P.67.

índices de desmatamento atingiram, em 2000, cerca de 10% das terras acreanas, enquanto o desmatamento total da Amazônia brasileira era de 15,7% em 2002<sup>19</sup>.

No entanto, o ponto crítico com relação ao desmatamento no Acre está no fato de sua concentração em oito municípios, justamente naqueles onde a atividade pecuarista é a principal atividade econômica e onde estão concentrados 60% do rebanho acreano<sup>20</sup>. E mais, somadas a produção de madeira destes municípios, constatamos que 66,6% da madeira produzida no Acre em 1999 são provenientes exatamente destes municípios.

Tabela 6.17 – Desmatamentos e produção de madeira no Acre - 1999

Município	Área desmatada (1999)	% da madeira produzida no Acre (1999)
Senador Guimard	51%	3,6%
Plácido de Castro	41%	0,1%
Epitaciolândia	34%	5,2%
Capixaba	30%	2,9%
Acrelândia	27%	5,3%
Porto Acre	26%	1,7%
Bujari	26%	-
Rio Branco	20%	47,8%
<b>TOTAL</b>		<b>66,6%</b>

\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II, p.157 e V III, p.21.

19 BRASIL. Presidência da República - Casa Civil. **Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal**. Brasília, 2004. p.9.

20 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II. P.157.



cujos ecossistemas estavam preservados, ou cuja biodiversidade tivesse significativa importância, ou que fossem ocupadas por populações indígenas.

Sob essa diretriz foram criadas as terras indígenas<sup>21</sup>, as florestas nacionais e estaduais, as unidades de conservação<sup>22</sup> e as terras públicas arrecadadas<sup>23</sup>. A somatória destas áreas legalmente protegidas atingiu 29% das terras do Acre em 1999, índice idêntico ao da média amazônica.

Tabela 6.18 – Situação das Terras do Estado do Acre – 1999

<b>Denominação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Áreas (ha)</b>	<b>% do Estado</b>
Projetos de assentamento e colonização	53	1.379.084	9,00
Projetos de Assentamentos agro-extrativista – PAE	08	193.447	1,27
Reservas extrativistas	02	1.482.756	9,58
Terras indígenas	28	2.167.146	14,20
Floresta Nacional e Estadual	02	239.404	1,56
Unidades de conservação	02	920.512	6,00
Terras públicas (terras arrecadadas pelo INCRA)	-	1.128.664	7,37
<b>TOTAL DE ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>		<b>7.511.013</b>	<b>49,04</b>
Áreas discriminadas pelo INCRA	várias	3.980.430	25,99
Áreas em estudo de discriminação	várias	3.383.088	22,09
<b>ÁREAS PARTICULARES</b>		<b>7.363.518</b>	<b>48,08</b>
Áreas urbanas, militares, estaduais etc.	várias	447.659	2,84
<b>OUTRAS ÁREAS</b>		<b>447.659</b>	<b>2,84</b>
<b>TOTAL DO ESTADO DO ACRE</b>		<b>15.314.990</b>	<b>100,00</b>

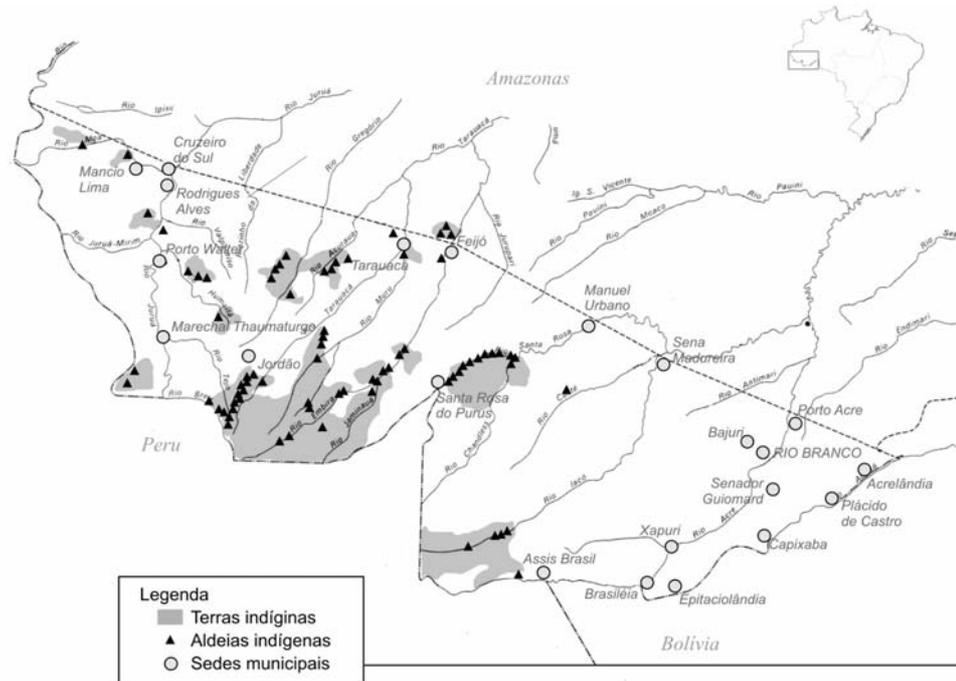
\* Fonte: ACRE. 2000. ZEE. V II. P.35.

21 Existem hoje no Acre 28 terras indígenas reconhecidas pelo governo federal, que ocupam uma área equivalente a 14% do Estado do Acre. Sete delas estão localizadas na fronteira Brasil-Peru. Através das terras indígenas os índios têm assegurado o direito ocupação permanente da terra e o usufruto das riquezas do solo, dos rios, dos lagos e das terras tradicionalmente ocupadas por eles, no entanto a terra é de propriedade da União.

22 Unidades de conservação são aquelas áreas destinadas às reservas extrativistas, as florestas nacionais e estaduais, aos parques nacionais e às estações ecológicas.

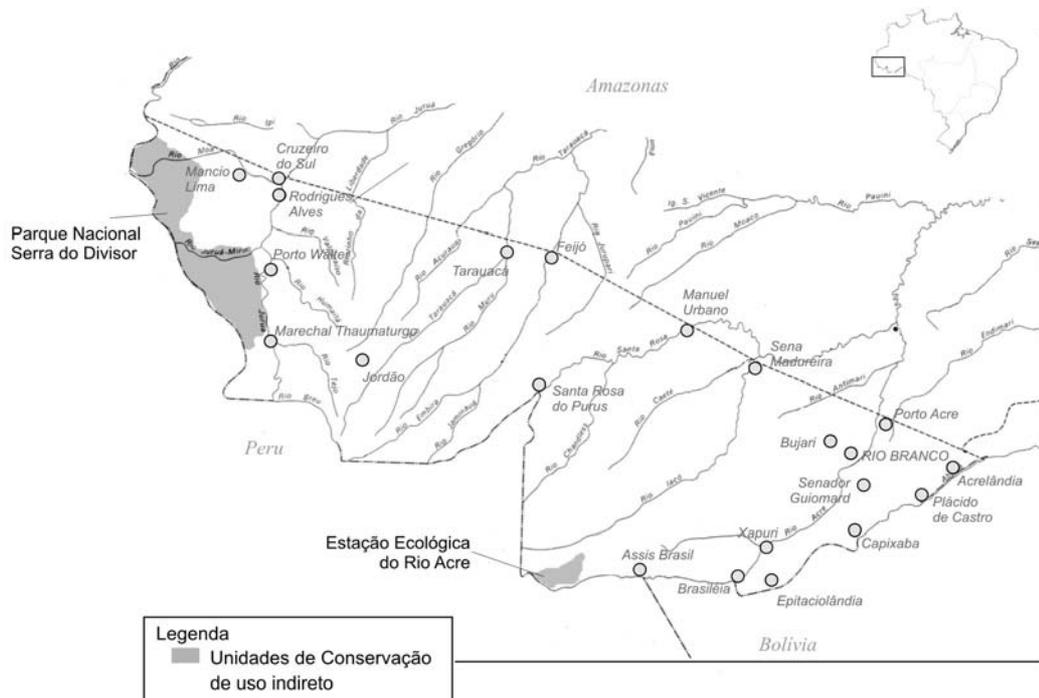
23 Terras públicas arrecadadas são as terras arrecadadas pelo Incra porém ainda não destinadas a qualquer tipo de uso, correspondem a 7% do Estado do Acre.

Mapa 6.3 - Terras indígenas no Acre



\*Fonte: ACRE. 2000. ZEE.Terras indígenas do Estado do Acre. V II. P.137.

Mapa 6.4 – Unidades de conservação no Acre



\* Fonte: ACRE. 2000. ZEE. Unidades de conservação de uso indireto do estado. V II. P.250.

Um outro projeto proposto como forma de evitar os processos de desmatamentos é o dos planos de manejo florestal, onde a exploração dos recursos naturais é feita de maneira não predatória. Neste modelo a exploração pode ser de produtos madeireiros e não-madeireiros, a madeira explorada sob este plano é identificada como legal, de “origem ‘legítima’ do ponto de vista ambiental ou social”<sup>24</sup>, e recebe o ‘Selo Verde’, o que a diferencia no mercado internacional de madeira<sup>25</sup>. Este é mais um dos novos modelos, que estão em fase de experiência no Acre e cujo cerne é o dominante ‘desenvolvimento sustentável’.

No entanto, estes projetos não são consensuais, assim como os demais projetos baseados na idéia do desenvolvimento sustentável, os projetos focados na elaboração de alternativas aos desmatamentos também são questionados e, em geral, aqueles que duvidam de sua viabilidade apontam impreterivelmente para a pressão que as atividades mais lucrativas exercem sobre esse modelo.

A questão do desenvolvimento florestal com sustentabilidade não se deve resumir à questão do desmatamento e sim as potencialidades para competir [...]. O lucro da agricultura e da extração da madeira é tão poderoso que o desmatamento continuará mesmo que a política florestal procure incrementar a lucratividade e sustentabilidade do manejo florestal.<sup>26</sup>

---

24 MACQUEEN, Duncan. et al. 2004. **Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais**. Forestry and land use programme, International Institute for Environment and development. Nottingham, Reino Unido: Earthprinted Limited, 2004. P.47.

25 Para maiores detalhes ver capítulo 5.

26 BECKER, Bertha K. 2001. 2001. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, 2001. p.18. Apud MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 88 f. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003. P.71.

### **6.6 – A estruturação do Estado do Acre**

Se no Acre a ideologia do desenvolvimento sustentável orientou a implantação de uma série de projetos relacionados ao modo de exploração dos recursos naturais, ela também possibilitou a estruturação de praticamente todos os setores que compõem a estrutura física, econômica e administrativa do Estado. Embora o desenvolvimento sustentável seja um dos pilares das políticas neoliberais - que preconizam, entre outras coisas, a diminuição da intervenção do Estado, seu desmonte e sua ineficiência administrativa -, no caso do Acre ele foi elemento fundamental para a viabilização de financiamentos nacionais e internacionais que permitiram a completa estruturação do Estado.

Antagonicamente, os financiamentos oriundos dos programas que sustentavam a propagação mundial do neoliberalismo serviram, no Acre, à organização e fortalecimento de todos os setores, inclusive da instituição do Estado. Economia, saúde, educação, urbanização, assistência social, infra-estrutura e mesmo a instituição do Estado, nada fugiu ao alcance das políticas de estruturação implantadas no Acre no início do século XXI.

A partir da predominância da ideologia neoliberal, da diminuição da intervenção nacional no processo de produção do espaço e da quase omissão do governo brasileiro em relação às políticas nacionais, o governo do Estado do Acre passou a ocupar uma posição mais ativa na condução dos processos desenrolados no Acre. Apoiado num estruturado plano de governo e em financiamentos externos, o governo estadual assumiu

---

o controle do processo de produção do espaço no Acre, tomando o lugar ocupado pelas políticas brasileiras até meados da década de 70.

Através de um detalhado planejamento de governo, que incluía cada uma das áreas que compõem a estrutura do Estado, foram elaborados os projetos que incorporavam a ideologia do desenvolvimento sustentável e estabeleciam as intervenções e as metas do Estado. A partir destes projetos e diante de sua condição dependente dos repasses e financiamentos externos, o governo do Acre, viabilizou os recursos necessários à implantação de seus projetos nas mesmas fontes que financiavam as políticas neoliberais.

Foi através destes projetos e financiamentos que foram implantados projetos como a pavimentação e duplicação de rodovias, a construção de pontes, a construção e reforma de aeroportos, a expansão da oferta de água tratada para 90% dos municípios, a instalação de energia solar em comunidades isoladas, a universalização da oferta de energia elétrica, a reforma e equipamento das escolas e das unidades de saúde, a instalação de pólos moveleiros, a instalação de usinas de beneficiamentos de castanha, a implantação de pólos agroflorestais, a implantação de casas de farinha, a oferta de bolsas de renda mínima e a organização e modernização da instituição do Estado.

Com relação à infra-estrutura, o objetivo do governo de Jorge Viana era melhorar as condições de tráfego e acesso aos municípios acreanos através da construção de aeroportos em Manuel Urbano, Feijó, Porto Walter e Jordão; a reforma do aeroporto de Xapuri e a pavimentação das rodovias BR-364 e da BR-317. Alguns trechos destas rodovias já estão concluídos, entre eles o trecho entre Brasiléia e Assis Brasil,

---

conhecido como a Estrada para o Pacífico, que também já tem concluída a ponte de ligação com o território boliviano.

A ponte que liga Brasiléia a Cobija na Bolívia foi inaugurada em 2004 pelos presidentes brasileiro, boliviano e peruano, com o objetivo de estimular o comércio e o turismo na região. Seu custo foi de R\$7,3 milhões, financiados pelo Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, através da SUFRAMA. No mesmo dia da inauguração desta ponte foi lançada a pedra fundamental para a construção de outra ponte ligando Assis Brasil a Iñapari, no Peú, cujo custo estimado é de R\$25 milhões.

Complementando estas ligações, que almejam não apenas os mercados boliviano e peruano, mas também o alcance dos portos do oceano Pacífico, está a pavimentação da Estrada do Pacífico no território peruano, cuja execução conta com a possibilidade de financiamento do governo brasileiro.

A pavimentação desta rodovia vai consolidar a BR-317 como a Rodovia Bioceânica, pois ligará o oceano Pacífico ao Atlântico, transformando-se, inclusive num dos maiores corredores do ecoturismo do planeta.<sup>27</sup>

Na verdade esta aspiração está baseada sobre o projeto dos Corredores Bioceânicos, elaborado pelo Ministério dos Transportes, que estabelece ligações entre os oceanos Atlântico e Pacífico através de sistema de transporte fluvial e rodoviário. O trecho do projeto que abrange o Acre inclui a BR-364 no trecho Porto Velho – Rio Branco e a BR-317 no trecho Rio Branco – Assis Brasil, e faz parte de um eixo maior que é aquele

---

27 AQUINO, Romerito. Ministério libera R\$11 milhões para o Acre. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 17/07/2004.

que liga Manaus a Arequipa, no Peru, Manaus a Puerto Illo, também no Peru e Manaus a Arica, no Chile.

Mapa 6.5 – Corredores Bioceânicos



\* Fonte: BRASIL. Ministério dos Transportes. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). S.d. Gentilmente cedido pelo professor Wanderley Messias da Costa.

O projeto de ligação com o Pacífico, materializado no projeto dos Corredores Bioceânicos, ressuscita mais uma vez a ambição brasileira de alcançar o Pacífico, registrada pela primeira vez em 1874, a partir de um plano de André Rebouças, o Plano Misto Ferroviário e Fluvial. Desde então, com algumas variações, os planos para

---

alcançar o Pacífico ressuscitavam de tempos em tempos como, por exemplo, durante a década de 1960, através do plano de transformar o Acre e Rondônia num corredor exportador de carne através da Bolívia e do Peru.

No início do século XXI, esta aspiração estava marcada pelo sonho da integração comercial sul-americana, objeto do projeto de Integração de Infra-estrutura regional da América do Sul – IIRSA, que inclui doze países sul-americanos com 22 projetos de grandes obras para a integração<sup>28</sup>. “A ligação com países e Estados vizinhos criará novas oportunidades de integração comercial, facilitando as exportações e barateando as importações<sup>29</sup>”.

É importante constar, no entanto, que apesar das menções à integração comercial, inclusive almejando as exportações, no caso específico do Acre ainda não há muito que ser exportado, apesar dos inúmeros esforços do governo do Estado no sentido de organizar e incentivar a produção local. Além da limitada produção, ainda pesa sobre a produção acreana a dificuldade de acesso e até mesmo a dificuldade de comunicação.

Para efeito de pesquisa desta tese, tentamos contatos telefônicos com algumas indústrias e organizações de produtores acreanos, no papel de um hipotético supermercado paulista interessado na compra de produtos característicos do Acre,. Das ligações realizadas entre 01/08/2004 e 15/08/2004 apenas a Cooperativa de Xapuri e a Empresa

---

28 VALENTE. Rubens. 2003. Planos de Lula para integrar continente preocupam ONGs. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 26/10/2003. Caderno Brasil, A 6.

29 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p.77.

Bonal, produtoras de castanha e palmito respectivamente, foram capazes de oferecer informações precisas e seriam capazes de fornecer seus produtos de forma empresarial.

Com relação aos demais produtos procurados, a farinha de Cruzeiro do Sul, chocolates e doces de cupuaçu, caixas de madeira entalhadas e guaraná, nenhum deles poderia ser comprado em grande quantidade ou poderiam ser fornecidos periodicamente. Alguns desses produtores sequer puderam ser contatados, especialmente aqueles de Cruzeiro do Sul, uma vez que as linhas telefônicas do município não funcionaram por alguns dias por algum problema de transmissão, segundo informação recebida.

Com relação aos demais setores que compõem a estrutura do Estado do Acre, a partir de 1999 praticamente todos eles foram alvos das intervenções do governo estadual. Economia, saúde, educação, assistência social, infra-estrutura, urbanização, entre outros.

Com relação à área da saúde, foram reformadas e reequipadas todas as unidades existentes; construídos 26 postos na zona rural; implantados o Hospital do Idoso, o Hospital da Criança e UTI pré-natal. Também foi implantado o Programa de Saúde da Família em quase todos os municípios; contratados profissionais da área, aumentando em 60% o número destes profissionais; imunizadas contra a hepatite B e febre amarela 100% da população. Assim como nas demais áreas onde o Estado interveio, de maneira geral os projetos têm sido elogiados, “a UTI do Hospital de Base [hospital de referência do Estado], não fica atrás de nenhuma UTI pública da cidade de São Paulo”<sup>30</sup>

---

30 GENZINI, Tércio. Relato concedido em 13/10/2004. Dr. Tércio Genzini é professor da disciplina de gastrocirurgia da PUC de Campinas, membro da equipe de transplante de pâncreas do SUS do Hospital Albert Einstein – a terceira maior equipe de transplante de pâncreas do mundo, e membro da equipe de captação de órgãos doados no Acre.

Já na área da educação também ocorreu intensa intervenção do Estado através de projetos que investiram na reforma e equipamento das escolas de ensino médio; na reconstrução de 30% das escolas indígenas; na implantação de programas de alimentação escolar, bolsa escola, assistência médica, odontologia e psicologia. O planejamento para a educação orientou também a implantação de laboratórios de informática em todas as escolas de ensino médio; instituiu o plano de carreira, que elevou o piso salarial de um professor com curso superior de R\$500 para R\$1.200; proporcionou o curso superior a 4.491 professores que ainda não o tinham<sup>31</sup>; e implantou o programa de alfabetização bilíngüe para os índios, inclusive com treinamento e formação dos professores que passaram a contar com um curso superior de magistério indígena. Como resultado destas políticas, o número de alunos matriculados aumentou de 142 mil em 1999 para 168 mil em 2001<sup>32</sup>.

O investimento em equipamentos [na educação] já extrapola a marca dos R\$30 milhões [em 2002]. O volume de investimento em equipamento nos últimos três anos [1999 a 2002] é superior aos investimentos somados dos últimos três governos.<sup>33</sup>

Na área da assistência social, além dos já mencionados projetos dos Centros de Florestania e daqueles relacionados ao acompanhamento das áreas da saúde e educação, foram distribuídas 10 mil bolsas de renda mínima, alcançando cerca de 2% da população acreana, através dos programas Bolsa Escola (R\$60), Bolsa Primeira Infância

---

31 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p.11.

32 Ibid., p.15.

33 Ibid., p.13.

---

(R\$60), Bolsa Primeiro Emprego (R\$90), Bolsa Florestania Universitária (R\$185), Bolsa Renda Trabalho (R\$185) e Bolsa Renda Mínima (R\$60)<sup>34</sup>.

Com relação à estruturação da atividade econômica produtiva, além dos já mencionados projetos relacionados aos modelos propostos pela ideologia ambientalista dominante, as intervenções dos projetos estaduais apontaram também no sentido da estruturação das atividades relacionadas à produção da área rural.

A vocação do Acre é para uma economia florestal moderna que distribua emprego e renda em todos os setores, desde o extrativismo no interior da floresta até a indústria urbana.<sup>35</sup>

Para tal foram implantadas 120 casas de farinha, aumentando em 60% a produção acreana; instaladas duas usinas de beneficiamento de castanha em Xapuri e Brasiléia, com capacidade de processar 50% da produção de castanha do Estado; implantados pólos moveleiros e treinada a mão-de-obra, inclusive na Itália, para o desenho e confecção de móveis<sup>36</sup>.

Por fim, entre os muitos outros projetos sobre os quais não devemos no estender, está o projeto de organização e estruturação da própria instituição do Estado. Além de programas de informatização, treinamento de pessoal e contratação de profissionais, o governo estadual implantou o plano de carreira para todas as categorias<sup>37</sup>, o governo

---

34 Ibid., p.53.

35 Ibid., P.76.

36 Ibid., P.96.

37 Como resultado a folha de pagamento do governo do Estado do Acre passou de R\$21 milhões em 1999 para R\$35 milhões em 2002, confirmando seu importante papel como pagador dos melhores salários do Estado. In: ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. P. 105.

---

acreano também criou secretarias diretamente relacionadas a seus projetos prioritários, inclusive aqueles inspirados no desenvolvimento sustentável. Foram criadas a Secretaria da Floresta e do Desenvolvimento, a Agência de Negócios do Acre e a Universidade da Floresta.

Por outro lado o governo do Acre concentrou-se também no sentido de sanear e aumentar a arrecadação do Estado. Como resultado, a participação dos recursos próprios na composição da receita do Estado passou de 7% do total em 1999, para cerca de 20% do total da receita do Estado em 2002<sup>38</sup>.

O conjunto destas políticas aponta no sentido de uma ampla estruturação dos setores que compõem a estrutura física, econômica, social e administrativa do Acre. Através das políticas implantadas foram criadas condições, jamais reunidas, ao desenvolvimento econômico acreano.

O antagonismo deste caso está justamente no ponto em que esses resultados foram alcançados a partir de projetos que preconizavam o desenvolvimento sustentável e financiados por agências como BID, um dos pilares das políticas neoliberais.

No caso peculiar do Acre o neoliberalismo, seus neologismos e seus financiamentos serviram não apenas para a implantação dos projetos de caráter ambientalista, mas também para uma ampla organização, estruturação e fortalecimento do próprio Estado, num sentido oposto àquele preconizado pelo próprio neoliberalismo.

---

38 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. p. 106.

O conceito de desenvolvimento sustentável não é claro; envolvendo múltiplas e diversas interpretações, constitui uma ‘caixa preta’. Só pode, pois, ser compreendido no contexto histórico da nova ordem em construção sob a desordem global e do desafio que representa para o Brasil e para a Amazônia.<sup>39</sup>

No Acre, o desafio do desenvolvimento sustentável foi encarado não apenas como um conjunto de diretrizes para a implantação de projetos dirigidos à exploração não-predatória dos recursos naturais. Aí ele serviu também como um instrumento para viabilizar a estruturação do Estado a partir de um modelo de planejamento integrado, de intervenção estatal e de defesa do interesse comum, que era justamente desqualificado pela ideologia neoliberal dominante.

As diretrizes do desenvolvimento sustentável implicam num Estado eficiente, competente e, acima de tudo, democrático e transparente. Nesse contexto, precisam ser valorizadas suas funções essenciais, como a garantia do acesso democrático à terra e outros recursos naturais, a contenção da violência e outras violações dos direitos humanos, a defesa dos direitos trabalhistas, saúde pública, educação, infra-estrutura básica (estradas etc.) e políticas para incentivar o uso sustentável dos recursos naturais (e ao mesmo tempo, para desestimular práticas de degradação ambiental). [...] De fato, um dos grandes desafios atuais para a sociedade civil é resgatar o Estado, não para o velho autoritarismo e clientelismo, mas para a democracia, para a cidadania e para o verdadeiro interesse público.<sup>40</sup>

Assim, o Estado, agora em seu âmbito estadual, mantém-se como o principal elemento do processo de produção do espaço no Acre.

---

39 BECKER, Bertha K. 1993. 1993. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BURSZTYN, M. (Org.) 1993. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Editora Brasiliense, 1993.. p.130.

71 ACRE. Governo do Estado do Acre. 2000. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II. p.310 – 311.



## *7 - Considerações finais*

---

## 7 – *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

A análise realizada em *O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre* permite a conclusão de que o Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias e formas, foi o elemento fundamental do processo de ocupação, incorporação e integração territorial do Acre. O Estado brasileiro esteve presente em todos os momentos do referido processo, orientando e conduzindo os rumos da produção do espaço neste Estado brasileiro.

O processo de produção do espaço no Acre foi caracterizado por três momentos específicos. O primeiro deles foi aquele de sua conquista e incorporação ao território brasileiro. Nesse primeiro momento, marcado pela disputa das fronteiras com a Bolívia e Peru, as políticas brasileiras induziram a ocupação territorial do Acre e diante da disputa com os países vizinhos findaram intervindo e conduzindo à sua incorporação ao território brasileiro.

Nesse momento, meados de 1900, apesar do federalismo e da concepção descentralizadora da Primeira República, a opção pela incorporação do Acre foi marcada pela antiga concepção imperial do todo territorial brasileiro, cujos limites se estendiam da bacia do rio Prata à do rio Amazonas. Essa incorporação territorial foi o último movimento do processo de constituição do território brasileiro iniciado no momento da Independência.

---

O segundo momento do processo de produção do espaço no Acre foi o de sua integração ao espaço nacional, resultado dos planos nacionais que orientaram a implantação de rodovias e de uma rede de comunicações que alteraram profundamente suas características históricas. Este segundo momento foi marcado pelas concepções geopolíticas de defesa territorial, especialmente com relação à Amazônia e suas faixas de fronteira, que deveriam ser ocupadas, adensadas, urbanizadas e integradas à porção centro-sul brasileira através de rodovias.

O último momento do processo de produção do espaço no Acre, cujas maiores intervenções ocorreram nos últimos seis anos, foi aquele caracterizado pela consolidação dos resultados das políticas implantadas nos anos anteriores e também pelo aumento da autonomia do Estado do Acre, no sentido de intensificar sua intervenção na implantação e condução das políticas. Houve uma profunda reestruturação dos elementos que compõem a estrutura estadual, inclusive da própria instituição. Neste momento o elemento essencial também é o Estado, no entanto agora em seu âmbito estadual.

Com a crise brasileira da acumulação travada e com a ascensão mundial das políticas neoliberais, que logo alcançaram o Brasil, houve uma redução da intervenção das políticas nacionais que apenas propunham diretrizes ou financiavam projetos propostos. O espaço aberto pela ausência das políticas nacionais foi ocupado pelo governo estadual do Acre que, após a incorporação da ideologia ambientalista dominante viabilizou o financiamento de projetos que possibilitaram uma vasta estruturação dos setores que compõem a estrutura do Estado do Acre, inclusive sua própria instituição. Na medida em que as políticas nacionais se extinguiram e a partir dos financiamentos alcançados, o

---

governo do Acre tomou a condução dos processos de produção do espaço no Acre, aumentando sua autonomia e o peso dos processos endógenos no referido processo.

Esse período foi marcado pela preponderância da idéia do ‘desenvolvimento sustentável’, que servia como pretexto a reimposição dos entraves ao desenvolvimento brasileiro, mas que no caso do Acre foi fundamental à organização e estruturação do Estado.

Em defesa da Amazônia e a partir da incorporação das idéias ambientalistas, em especial da idéia do desenvolvimento sustentável, as políticas neoliberais no Acre acabaram dando sustentação, não à diminuição da intervenção do Estado ou a seu desmonte, mas sim à sua estruturação. A partir da incorporação do discurso ambientalista, o governo do Estado do Acre viabilizou financiamentos, inclusive nos principais órgãos propagadores das políticas neoliberais, e se tornou mais estruturado e organizado do que jamais esteve.

Concluimos então que o Estado foi o elemento central de todos os processos que levaram à constituição do Acre. Ele esteve presente em todos os momentos da história do Acre desde sua ocupação e conquista, ainda no século XIX, passando pelo momento de intensa implantação das políticas de produção do espaço no período de 1930 a 1975, e encerrando-se nos primeiros anos do século XXI, quando, depois de uma redução da intervenção do Estado brasileiro, o governo acreano fortaleceu sua estrutura institucional e passou a conduzir o processo de produção do espaço no Acre.

---

E se o Estado foi o elemento central do processo de produção do espaço no Acre, a concepção central sobre a qual esteve baseada suas políticas foi a estratégia geopolítica, que desde meados do século XIX já apontava a rarefeita ocupação territorial da Amazônia como um ponto de vulnerabilidade à defesa da soberania brasileira. Segundo as concepções geopolíticas a dispersiva ocupação territorial acreana, sua baixa densidade demográfica, sua localização numa faixa da fronteira brasileira na Amazônia e sua tênue integração ao espaço nacional eram consideradas pontos vulneráveis à defesa do território e da soberania brasileiras.

A concepção geopolítica sobre a Amazônia perpassou então todos os momentos do processo de produção do espaço no Acre, desde o início de sua ocupação territorial, em meados do século XIX, até as políticas de integração nacional da década de 1970. E mesmo nos anos recentes, quando tal estratégia já não é mais mencionada, a opção pela subvenção nacional do Acre aponta sua importância estratégica.

Assim, a estratégia de defesa territorial inspirada pelas concepções geopolíticas se configurou no elemento central do processo de produção do espaço, a despeito de quaisquer outras condições, inclusive econômicas, que pudessem envolver o Acre.

Isto não significa dizer que não houve a expansão do mercado nacional no Acre, ou que a produção do espaço ocorrida aí não tenha sido promovida também pelo processo de expansão do modo capitalista de produção. A expansão do mercado nacional ocorreu no Acre de forma concomitante à constituição dos elementos de defesa do território, como um resultado deste processo de produção do espaço. Tal expansão na verdade está em

---

curso ainda hoje, embora seu ritmo tenha diminuído com o fim do período do ‘milagre econômico brasileiro’ e do próprio estágio de desenvolvimento extensivo.

Importante apenas notar que a penetração do mercado nacional no Acre não era o elemento prioritário nesse processo e também não ocorreu de forma generalizada e muito menos homogênea. Ela ficou marcada pelos movimentos de avanço e retrocesso que caracterizaram o processo de produção do espaço brasileiro e principalmente pela estrutura econômica do Estado do Acre, sustentada pela própria instituição do Estado.

Esta peculiar característica acreana, que se configurou como um limitador à expansão da forma-mercadoria, revela em suas entrelinhas, a concepção brasileira do espaço produzido no Acre. O Estado brasileiro financiou e financia, ainda hoje, a ocupação territorial e o processo de produção do espaço desta porção da fronteira brasileira na Amazônia, que deveria ser subvencionado, a despeito de qualquer outra condição.



---

## 8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS<sup>1</sup>

ACRE, Governo do Estado do Acre. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: recursos naturais e meio ambiente – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. I.. 116 p.

\_\_\_\_\_. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: aspectos sócio-econômicos e ocupação territorial – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. II. 313 p.

\_\_\_\_\_. 2000. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento ecológico-econômico: indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. V. III.. 124p.

\_\_\_\_\_. 2003. **Plano Plurianual 2004-2007**. Anexo I. Rio Branco, 2003. 124 p.

ALEGRETTI, Mary Helena.. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. 826 f. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2002.

AQUINO, Romerito. Ministério libera R\$11 milhões para o Acre. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 17/07/2004.

BACKHEUSER, Everardo. **Curso de Geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1948. 277 p.

BATISTA, Josafá. 2003. Desguarnecida, fronteira do Acre continua aberta ao tráfico. **Jornal a Tribuna**. Rio Branco, 04/12/2003.

BECKER, Bertha K. 1988. A geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 50, nº. especial, Tomo II. FIGBE, 1988.

\_\_\_\_\_. 1993. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: BURSZTYN, M. (Org.) 1993. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Editora Brasiliense, 1993. 161p.

---

<sup>1</sup> De acordo com: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. 2001. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Brasília, 2001.

BENCHIMOL, Samuel. 1977. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus, Umberto Calderaro, 1977.

BEZERRA, Maria José et al. (coord). **Cidade de Rio Branco – a marca de um tempo – história, povo e cultura**. Rio Branco: Globo, 1993. p.89.

BOBBIO, Norberto. 1976. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

BRASIL, Kátia. Colômbia diz ter reconquistado área das FARC. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 11/06/2004. Caderno Brasil, A9.

\_\_\_\_\_. Falta de agentes prejudica ação na fronteira. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 10/06/2004. Caderno Brasil, p. A8.

\_\_\_\_\_. Greve faz PF desativar postos em fronteiras. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 28/04/2004. Caderno Brasil, p.A6.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **O que é Agenda 21**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/ag21global/agenda21.html>> Acesso em: julho de 2004.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil. **Plano de ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia legal**. Brasília, 2004.

BRUNDTLAND, Gross. (org.) 1991. **Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CALAÇA, Manoel. **Característica da pequena produção no Estado do Acre**. 1983. 253 f. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro, 1983.

CASTRO, A. B de; SOUZA, F.E.P. 1985. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1985. 217 p.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **Carmem: era uma vez um seringal**. 2002. 134 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CHAUÍ, Marilena. 1978. Crítica e ideologia. **Cadernos CEAF**, Rio de Janeiro, 1(1): 21-22, agosto de 1978.

\_\_\_\_\_. 1980. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 46ª reimpressão, 1999. 125 p.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. 1992. **Relatório preliminar**. Rio Branco: julho, 1992. Mimeo.

\_\_\_\_\_. 1997. **Extrativismo na Amazônia**. Boletim nº1. Rio Branco: agosto, 1997.

CORDEIRO, Mancio. **Considerações acerca da nova dinâmica da produção de matérias-primas na Amazônia**. 1982. 95 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1982.

COSTA Wanderley. M da.. 1992. **Geografia política e geopolítica – discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. 81 p.

COSTA, Craveiro. (1940). **A conquista do deserto ocidental** – subsídios para a história do Território do Acre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. 434 p.

CUNHA, Euclides da. 1914. **À margem da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 209p.

DEÁK, Csaba. 1985. **Rent theory and the price of urban land**. PhD Thesis. University of Cambridge, King's College, Cambridge. 1985.

\_\_\_\_\_. 1989. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. In: **Espaço & Debates**. São Paulo: nº28, p.18 – 31, 1989.

\_\_\_\_\_. 1990. Acumulação Entravada no Brasil / E a crise dos anos 80. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, p. 19-48. 1999.

\_\_\_\_\_. **Globalização**. 2003. Disponível em:  
<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/period\\_k/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/period_k/index.html)> Acesso: agosto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Periodização do capitalismo - verbetes**. 2004. Disponível em:  
<[http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c\\_deak/CD/4verb/global/index.html](http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/global/index.html)> Acesso: agosto, 2004.

\_\_\_\_\_. SCHIFFER, Sueli. 2004. **The making of global city-regions. Globalizing city regions in the south. The metropolis of an elite society**. São Paulo, Mimeo, 2004. 28 p.

DECCA, E. S. 1981. **1930 O silêncio dos vencidos – memória, história e revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª edição, 1997. 209 p.

DREYFUSS, R. A. 1987. A noção de soberania da Escola Superior de Guerra. In: OLIVEIRA, E. R. (coord.) **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Editora Papirus, 1987.

DUARTE, E. C. 2003. **O processo de formação do espaço regional nos últimos 20 anos: a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Estado do Acre**. 2003. 72 f. Monografia. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2003.

DUARTE, Élio G. 1987. **Conflitos pela terra no Acre**. Casa da Amazônia. Rio Branco, Mimeo, 1987.

ENGELS, F. 1884. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002. 218. p.

FERNANDES, Florestan. 1972. **Capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2ª edição, 1973. 157 p.

FURTADO, Celso. 1959. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 27ª edição, 2000. 276 p.

GERTH, H.H.; WRIGHT, C. Mills. 1946. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. 530 p.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do território do Acre**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955. 287 p.

GUERRA, Raíssa Miriam. **É possível atingir a sustentabilidade nos assentamentos de reforma agrária na Amazônia legal? O caso do PDS São Salvador no Acre**. 2002. 116 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília. 2002.

IANNI, Octavio. 1971. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1971. 317 p.

\_\_\_\_\_. 1979. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979. 140 p.

IBGE. 1950. **Recenseamento Geral do Brasil - Acre 1940**. Rio de Janeiro, 1950.

\_\_\_\_\_. 1950. **Censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.

\_\_\_\_\_. 1956. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

\_\_\_\_\_. 1960. **VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Recenseamento, 1960, Volume I, Tomo II, 1ª parte.

\_\_\_\_\_. 1970. **VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970**. Censo Demográfico do Acre. Rio de Janeiro: Departamento de Censos, 1970, Volume I, Tomo II, Série Regional.

\_\_\_\_\_. 1982. **IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980**. Censo Demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, Volume I, Tomo 4, Nº3.

\_\_\_\_\_. Cidades @. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em julho, 2004.

\_\_\_\_\_. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação de Dados. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/> >. Acesso em julho, 2004.

INCRA. 2001. **Base de Dados do Departamento de Assentamentos**. D.P. Brasília, 2001.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dados Macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em julho, 2004.

KAXINAUWA, Siã. 1987. Fala, Chico! Entrevista com o líder seringueiro. In: **Revista N'ativa**. Rio Branco, 12/1998, nº 04.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. 88 f. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003.

MACQUEEN, Duncan. et al. 2004. **Exportando sem crises: a indústria de madeira tropical brasileira e os mercados internacionais**. Forestry and land use programme, International Institute for Environment and development. Nottingham, Reino Unido: Earthprinted Limited, 2004. 132. p.

MAGNOLI, Demétrio. 1997. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1997. 318 p.

MAISONNAVE, Fabiano. Coca ameaça Amazônia, afirma Uribe. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 23/06/2004. Caderno Brasil. p. A12.

\_\_\_\_\_. Colômbia ainda precisa dos EUA por ‘dois ou três anos’. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 17/05/2004. Caderno Brasil, p. A12.

\_\_\_\_\_.; BRASIL, Kátia. PF suspeita de envio de munição à Venezuela. . **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 04/08/2004. Caderno Brasil, p. A12.

MARQUES, Hugo. 2003. Acre pede polícia na fronteira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20/03/2003.

MARQUES, Jairo. Governador quer ajuda para conter tráfico. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 12/10/2003. Caderno Brasil, A18.

MARTINELLO, Pedro. A ‘batalha da borracha’ na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. 1985. 404 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MATTOS, Carlos de M. 1980. **Uma geopolítica pan-amazônica**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980. 216 p.

\_\_\_\_\_. 1975. **Brasil - geopolítica e destino**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2ª edição, 1979. 151 p.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. 1999. 379 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MORI, Klára Kaiser. **Brasil: urbanização e fronteiras**. 1996. 294 f. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NEPSTAD, Daniel. et al. 2000. **Avança Brasil: os custos ambientais para a Amazônia**. Belém: Gráfica e Editora Alves, 1ª edição, 2000. 24 p.

OLIVEIRA, Francisco. 1977. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 5ª edição, 1987. 197 p.

POULANTZAS, Nico. 1981. **O Estado, o poder e o socialismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra., 2000. 272 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RÊGO, José Fernandes do. 1996. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, Mimeo, 1996.

RICUPERO, Rubens. 2000. **Rio Branco: o Brasil no mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 71 p.

RIO BRANCO. Prefeitura de Rio Branco. 1993. Relatório das Ações de Governo – 1993. Rio Branco, 1993. 33 p.

SANTOS, Roberto. 1980. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. 359 p.

SASSAGAWA, Hiromi S. Y. et.al. 2000. **A evolução do uso da terra na reserve extrativista Chico Mendes, Acre-Brasil**. 2000. Disponível em:  
<<http://lba.cptec.inpe.br/lba/port/conf/Land%20Use%20Abstracts.pdf>> Acesso em agosto de 2002.

SCHÄFFER, Neiva O.. Globalização e fronteira. In: CASTELLO, I. R., et al (orgs.). **Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

SCHIFFER, Sueli T. R.. **As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista 1955 – 1980**. 1989. 199 f. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

SCHNEIDER, Flaviano. 2003. Peruanos invadem área indígena no Acre. **Jornal Página 20**. Rio Branco, 21/11/2003.

SEVÁ, Fernando Farias. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: o caso da borracha e da pecuária no Acre**. 2002. 113 f. Monografia. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002.

SILVA, Golbery do Couto e. 1967. **Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2ª edição, 1981. 273 p.

SILVA, Marina O. 1996. **O sonho sustentável**. Disponível em:  
<<http://www.senado.gov.br/web/senador/marinasi/asonhosu.htm>>. Acesso em 2002.

SOUZA, Márcio. 1973. **Galvez imperador do Acre**. São Paulo: Editora Marco Zero, 2000. 196 p.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Ministério do Interior. **Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia: 1960/1995**. Belém: SUDAM/ FADE, 1997. 113 p.

---

\_\_\_\_\_. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Ministério do Interior. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia** - Detalhamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 - 1979). Belém: SUDAM/ FACE, 1976. 334 p.

TOCANTINS, Leandro. 1961. **Formação Histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979. V.I, 429 p. e V II, 439 p.

VALENTE, Rubens. 2003. Planos de Lula para integrar continente preocupam ONGs. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 26/10/2003. Caderno Brasil, A 6.

VARGAS, Getúlio. 1944. Discurso do rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia**. Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Edição do Conselho Nacional de Geografia, 1944.